

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINA LANGNOR E SOUSA LISBOA

**NOVOS FEMINISMOS: PERSPECTIVAS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL  
FEMINISTA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

CURITIBA

2017

CAROLINA LANGNOR E SOUSA LISBOA

**NOVOS FEMINISMOS: PERSPECTIVAS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL  
FEMINISTA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.a Dr. a Maria Rita de Assis César

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Lisboa, Carolina Langnor e Sousa.

Novos feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na  
Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2017.  
128 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade  
Federal do Paraná.

1. Feminismo. 2. Gênero. 3. Universidades e faculdades. 4. Violência. I. Título.

CDD 305.42



## PARECER

Defesa de Dissertação de Carolina Langnor e Sousa Lisboa para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nadia Maria Guariza, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Piazzentini Vieira, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: “NOVOS FEMINISMOS: PERSPECTIVAS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL FEMINISTA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ”.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Maria Rita de Assis César		Aprovada
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Nadia Maria Guariza		Aprovada
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Priscila Piazzentini Vieira		Aprovada

Curitiba, 08 de março de 2017.

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn  
Coordenador do PPGE

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn  
Coordenador do Programa de  
Pós-Graduação em Educação  
MPAP 137022 / MSIAPE 2169216

Dedico este trabalho às minhas  
queridas avós Leonor Troglio Langnor e  
Durvalina de Souza Abreu (in memoriam).

## AGRADECIMENTOS

À querida orientadora Maria Rita de Assis César, por sua amizade, por sua generosidade e atenção aos detalhes necessários para o meu processo de aprendizado, por sua franqueza e cuidado quanto aos caminhos a serem percorridos neste trabalho, por ter depositado em mim sua confiança e ter me incentivado a desenvolver uma escrita verdadeiramente autoral. Foi um privilégio poder trabalhar com ela nestes últimos dois anos nos quais pude me inspirar em seu profundo refinamento intelectual, refinamento este que me ensinou modos outros de se compreender o trabalho da pessoa acadêmica, ensinando-me também as dinâmicas do envolvimento de si com a pesquisa como uma dimensão ética da vida.

Ao André Duarte, pela amizade, pelas conversas e pelos cursos oferecidos que ampliaram as discussões deste estudo, trazendo aprofundamentos indispensáveis para a pesquisa. Agradeço também por suas imensas contribuições durante a banca de qualificação deste trabalho.

Ao LABIN – Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação – grupo do qual tenho participado desde 2013 e que me proporcionou muitos momentos de reflexão, amizades e trocas de experiências.

À querida amiga Dayana Brunetto, que me apoiou desde o deste trabalho início e tem me presenteado com seu carinho e amizade em todos os momentos, enriquecendo as minhas reflexões ao compartilhar comigo seu brilhantismo acadêmico.

Ao meu pai Luiz e minha mãe Léia, por terem investido em meus estudos e por terem sido sensíveis às minhas necessidades intelectuais, respeitando os meus interesses e escolhas. Por estarem sempre torcendo por mim e me dando palavras de apoio e carinho em todos os meus projetos pessoais e profissionais.

Ao meu companheiro Josias Junior, por todos esses anos do nosso relacionamento no qual estive engajado comigo me dando suporte e afeto durante

todas as minhas muitas jornadas e transmutações. Por ter compreendido e apoiado às causas que me são mais caras, minhas demandas inegociáveis e minhas esperanças para o futuro.

Ao meu filho Vitor, por sua disposição em compreender a importância do silêncio durante suas emocionantes partidas online de *Minecraft*, por seu apreço e carinho ao meu trabalho em todas as etapas da pesquisa.

À Megan Landwehr Winzeler e à Jessica Coffey-Hanlin, queridas amigas, pela imensa disposição em me receberem em suas casas e pelas visitas às principais universidades do estado da Carolina do Norte. Agradeço à Megan pelo empenho em organizar meus encontros com as professoras Karey A. Harwood e Ashley Simons-Rudolf na North Carolina State University, e à Jessica pelas visitas à North Carolina University – Chapel Hill e à Duke University.

À professora Karey A. Harwood, por sua gentileza em me receber, pela conversa agradável e pelos debates sobre o panorama das pesquisas feministas norte-americanas.

À professora Ashley Simons-Rudolf, coordenadora do *Women's Center* da North Carolina State University, pelo acolhimento e pela disponibilidade em dividir comigo seus conhecimentos sobre as formas de enfrentamento da violência de gênero na NCSU, me proporcionando a possibilidade de desenvolver uma visão enriquecedora dessas discussões para a realidade das universidades brasileiras.

À Tatiana Escobar, amiga querida, que desde a graduação divide comigo o prazer pelos debates sobre Educação, sobre nossas vivências como estudantes, professoras, mães, e tantas outras facetas das nossas experiências, fazendo desses momentos de reflexão uma oportunidade de produção política e de afetiva.

À CAPES pela bolsa mestrado recebida nos últimos dois anos, tornando possível a realização desta pesquisa.

Finalmente, agradeço especialmente a todas as entrevistadas que participaram desse trabalho emprestando-me suas falas e compartilhando comigo suas experiências de dor, luta e resistência. Todas elas possuidoras de uma potência imensa. O que aprendi com essas mulheres não se resume apenas a dados para o trabalho de pesquisa. Aprendi com elas sobre mim mesma em cada frase, em seus gestos e vozes que me atravessaram, exigindo em mim uma resposta interna, uma reelaboração própria, uma produção política outra. Transformei-me a cada encontro, a cada conversa, a cada questionamento generosamente devolvido. Nesse movimento conjunto do ouvir e do falar, essas mulheres construíram comigo, e em mim, um olhar expandido sobre o feminismo. Agradeço a elas pela disposição em nos reunirmos em meio às estações bizarras de Curitiba, entre verões e invernos de temperaturas por vezes improváveis. Agradeço também pelas palavras de apoio ao meu trabalho que me foram investidas ao final de cada entrevista. Foi uma grande e prazerosa responsabilidade tentar tornar esse trabalho tão rico quanto me foram esses momentos.



*Essa gota caindo é o tempo afilando-se num ponto. O tempo que é uma pastagem ensolarada coberta de luz dançarina, o tempo, estendido como um campo ao meio-dia, torna-se pendente. O tempo se afila em um ponto. O tempo cai como uma gota cai dos sedimentos do fundo de um cálice. Esses são os verdadeiros ciclos, os verdadeiros eventos.*

*As Ondas de Virgínia Woolf*

## RESUMO

Este estudo foi desenvolvido através da proposta de se discutir como o movimento feminista contemporâneo encontra conexões temporais e espaciais no escopo da história do movimento feminista, ao mesmo tempo, este novo feminismo se distancia de algumas das formas anteriores de militância, imprimindo características novas e particulares para a prática feminista. O movimento estudantil feminista universitário tem se articulado nos últimos anos com o intuito de combater a violência de gênero, a homofobia e o racismo dentro das instituições. O questionamento norteador desta pesquisa foi buscar compreender como o movimento estudantil feminista da Universidade Federal do Paraná tem elaborado novas formas de militância para o enfrentamento dessas violências estabelecendo uma performatividade política que impacta o âmbito acadêmico e os espaços onde estes grupos atuam. A partir das narrativas de estudantes participantes de grupos feministas dentro da universidade utilizei o conceito de *audiografia*, uma geografia da voz, para localizar as aproximações e os espaçamentos destes grupos em relação às ressonâncias e modulações das produções teóricas feministas. Para as análises dos dados obtidos, procurei problematizar as categorias encontradas na pesquisa através dos pensamentos de Michel Foucault, Judith Butler e demais trabalhos pós-estruturalistas, apontando algumas direções possíveis para o debate da violência de gênero nas universidades.

Palavras-chave: violência de gênero; feminismo; universidades; novas práticas; performatividade política

## ABSTRACT

This study was developed through the proposal of discussing how the contemporary feminist movement finds temporal and spatial connections within the scope of the history of the feminist movement, at the same time, this new feminism distances itself from some of the previous forms of militancy, printing new and particular characteristics for feminist practice. The university feminist student movement has been articulated in recent years with the aim of combating gender-based violence, homophobia and racism within institutions. The guiding question of this research was to understand how the feminist student movement of the Federal University of Paraná has elaborated new forms of militancy to confront these instances of violence, establishing a political performativity that impacts the academic scope and the spaces where these groups act on. From the narratives of students participating in feminist groups within the university I used the concept of audiography, geography of voice, to locate the approximations and separations of these groups in relation to the resonances and modulations of the feminist theoretical productions. For the analysis of the data obtained, I aimed to problematize the categories found in the research based on the thoughts of Michel Foucault, Judith Butler and other poststructuralist works, pointing out some possible directions for the debate of gender-based violence in universities.

Key-words: gender-based violence; feminism; universities; new practices; political performativity;

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEL	- Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre
CA	- Centro Acadêmico
CAO	- Comissão Anti-opressões
C7	- Conselho de Estudantes do Setor de Tecnologia
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
EME	- Encontro de Mulheres Estudantes
JSPDT	- Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista
LABIN	- Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação
LBL	- Liga Brasileira de Lésbicas
NEAB	- Núcleo de estudos Afro-Brasileiros
NEG	- Núcleo de Estudos de Gênero
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAR	- Partido Acadêmico Renovador
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PDU	- Partido Democrático Universitário
PSOL	- Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	- Partido dos Trabalhadores
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
SINDITEST	- Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Paraná
SISMUC	- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba
TERF	- Trans-Exclusionary Radical Feminist
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
1.1 PENSAR A PESQUISA ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS FEMINISTAS.....	20
1.2 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	25
<b>2. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E NO MUNDO.....</b>	<b>37</b>
2.1 O FEMINISMO UNIVERSITÁRIO NORTE-AMERICANO.....	45
2.2 O FEMINISMO BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA.....	48
2.3 GÊNERO E EDUCAÇÃO.....	54
<b>3. FEMINISMO EM ONDAS SÔNICAS – A “TERCEIRA ONDA” DO FEMINISMO.....</b>	<b>59</b>
3.1 OS MUITOS FEMINISMOS: QUEM É A DONA DO MEGAFONE?.....	60
3.2 TENSÕES NO MOVIMENTO FEMINISTA: EFEITOS DO PÂNICO MORAL.....	69
<b>4. O FEMINISMO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ....</b>	<b>84</b>
4.1 ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – PROPOSTAS E DESDOBRAMENTOS.....	85
4.2 ANÁLISES SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DOS GRUPOS.....	97
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO A – BRAÇADEIRA DA COMISSÃO ANTI-OPRESSÃO HELLA C7.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO B – MANUAL DO COLETIVO FRENTE FEMINISTA.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO C - BATERIA DA UNIVERSIDADE UNICURITIBA.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO D - BATERIA FACULDADE MARINGÁ.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO E - TRECHOS DE MATÉRIA DO JORNAL SPRESSOSP 2014.....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

A trajetória deste trabalho se delineou a partir dos sons, dos rastros e das marcas da presença potente das alunas feministas da Universidade Federal do Paraná que tem se organizado pelo o enfrentamento da violência de gênero na instituição. No ano de 2015, devido a uma agressão lesbofóbica<sup>1</sup> ocorrida no prédio do curso de Arquitetura, pude presenciar a dimensão do quanto essas alunas estavam atuantes naquele espaço. Elas estavam em todos os campi da universidade, organizadas de formas múltiplas, ora em coletivos, ora em grupos institucionais, algumas vezes em grupos fechados, exclusivos, outras vezes em grupos fluidos e abertos à comunidade.

A partir do barulho da presença desses grupos estudantis a instituição se viu 'convidada' a compreender que seus recintos foram constituídos apenas para a manutenção daqueles alunos que, segundo Guacira Lopes Louro, de "tão normais... não precisam dizer de si" (LOURO, 2000, p.67).

O caso de agressão lesbofóbica por parte de estudantes do campus, e por parte da direção do curso de Arquitetura e Urbanismo, contra alunas lésbicas e feministas, levantou diversos questionamentos a respeito do posicionamento institucional frente às demandas da comunidade estudantil que cotidianamente tem de lidar com a violência de gênero e a homofobia na universidade. Ao mesmo tempo em que o evento expôs o despreparo da universidade em lidar com essas questões, também desvelou uma massa jovem feminista disposta a fazer daquela circunstância uma oportunidade inegociável de denúncia e de demanda por respostas.

Foi justamente no momento em que houve uma multiplicidade de levantes desses grupos de estudantes contra o machismo, o racismo, a homofobia e a transfobia na instituição que se constatou de forma explícita, para toda a comunidade acadêmica, os números alarmantes dos casos de violências vividos por alunos e alunas na Universidade Federal do Paraná nos últimos anos.

---

<sup>1</sup> Descrevo com mais detalhes como ocorreu o evento de agressão e seus desdobramentos na universidade no capítulo 4 deste trabalho.

Esses grupos feministas surgem e disseminam-se, no âmbito universitário, como forma de resistência e se configuram, assim como nas palavras de Michel Foucault,

[...] com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento (FOUCAULT, 1988, p. 106).

Aos olhos menos atentos, esses grupos de alunas feministas estavam dissipados em meio a tantas outras atividades acadêmicas cotidianas. Ao contrário disso, essas alunas estavam – e elas estão – em constante elaboração de uma maneira outra de experimentar a universidade, através de uma perspectiva de questionamento de como o gênero se insere na dinâmica de relações de poder.

Pensar como o feminismo tem atuado nas universidades tem sido o foco de muitas pesquisas desde a entrada do feminismo nas universidades brasileiras, em meados dos anos 1970. No entanto, o que me toca quanto a este tema é pensar o quanto o feminismo universitário atual tem lançado mão de novas práticas e formas outras de organização para dar visibilidade às suas demandas e provocar mudanças no espaço em que está inserido.

Ao se organizarem como grupos políticos e coletivos, as jovens do movimento estudantil feminista da Universidade Federal do Paraná buscam tornar identificável quais são os espaços interditos na universidade, como eles são recortados e como elas mesmas se localizam nesses recortes. Através de seus agrupamentos, elas sistematizam saberes feministas, compõem discursos de resistência e os transformam em pautas.

O que há de novo nesse feminismo universitário atual? Seria possível traçar contornos que definissem um novo feminismo ao mesmo tempo em que, de certo modo, este estabelece relações com o feminismo que se configurou em décadas passadas? De que forma esse movimento se relaciona e se articula junto a proposições institucionais? Como poderia este movimento feminista, no âmbito da universidade, ser compreendido como o popularmente chamado ‘feminismo universitário’? Que linhas o definiriam como sendo de um certo tipo de feminismo denominado ‘universitário’? E, de quais feminismos estamos falando, afinal de contas?

O feminismo que se configura nos coletivos estudantis na Universidade Federal do Paraná talvez pudesse ser entendido como novo na medida em que esse feminismo engloba reivindicações que eram pouco visibilizadas no movimento feminista em tempos passados, como, por exemplo, as questões da transexualidade. No entanto, há um consenso de pautas nesses coletivos? Quais pautas prevalecem nessas organizações? Também, poderia supor-se novo feminismo porque há, atualmente, no mundo todo, uma massa de pessoas jovens liderando grandes manifestações via on-line, divulgando um volume maior de conteúdos, aglutinando mais pautas e mais participantes, mesmo que virtualmente. Deste modo, como se dá essa relação da virtualidade na construção desses agrupamentos feministas?

Como objetivo inicial para a minha investigação, busco fazer um mapeamento dos grupos e coletivos feministas existentes na Universidade Federal do Paraná, nos campi localizados na cidade de Curitiba, com o intuito de delimitar quantitativamente os coletivos que se autodenominam feministas. Posteriormente, discuto a articulação de suas organizações com outros grupos externos à universidade e o modo como se constituem suas pautas. Desta maneira, pretendo compreender como esses coletivos impactam, em alguma medida, a vida estudantil na instituição e quais são as principais concepções do movimento feminista que norteiam suas ações.

## **Metodologia**

A escolha metodológica deste trabalho se configurou a partir de um posicionamento teórico-filosófico que aposta em um movimentar dos questionamentos a respeito do objeto de pesquisa. Para este desenvolvimento do construir teórico-filosófico da metodologia de pesquisa utilizo os pensamentos de Michel Foucault e de pesquisadoras e pesquisadores pós-estruturalistas. Como afirma Michel Foucault (2012), o trabalho do intelectual não é fornecer um guia ou soluções sobre como agir, mas, através de análises,

[...] interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir de nova problematização (na qual ele desempenha seu trabalho específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar) (FOUCAULT, 2012, P. 243).



Deste modo, é o olhar, a leitura de enunciados, as formas de desconstruir o que está posto, e talvez legitimado, que incitam uma postura pesquisadora para compreender como o caráter de uma suposta obviedade institui relações assimétricas de poder e saber.

Por meio de entrevistas gravadas, em encontros pessoais com as lideranças de seis coletivos e dois grupos estudantis feministas institucionais, elaborei em forma de conversas questões que procuraram identificar nas narrativas: o período e o contexto em que se deu a formação dos grupos e a partir de quais pautas eles se formaram; quais concepções feministas estão inseridas em suas discussões; como os grupos se relacionam com a universidade e com a comunidade estudantil. Com a finalidade de não expor os nomes das oito pessoas entrevistadas, optei por substituí-los por nomes de artistas brasileiras que de alguma forma exprimiram pioneirismo em seus trabalhos e que por este motivo tornaram-se também símbolos de força e de resistência às normas da sociedade de suas épocas. Na construção das minhas análises, utilizo, sobretudo, as teorizações desenvolvidas nos trabalhos de Michel Foucault e de Judith Butler, para discutir a ideia de resistência, sexualidade, performatividade e sujeito do feminismo. Ao longo do texto deste trabalho, na medida em que traço argumentações sobre diferentes vertentes do feminismo, exponho algumas das narrativas das alunas entrevistadas estabelecendo uma relação de temporalidade do movimento feminista que não se faz de modo linear, mas em multiplicidade de junções, dissonâncias e coexistências entre o antes e o agora.

Pensar o feminismo por si só pode ser uma tarefa um tanto extensa e desafiadora, porém sempre pertinente se considerarmos seus muitos desdobramentos, seja em sua perspectiva histórica ou de suas produções teóricas. O fato é que para falar de feminismo é preciso colocar-se no exercício de falar a respeito de um movimento plural, de muitas vozes, de lugares diversos. É preciso entender que nunca se falará tudo, e que nunca se falará de um todo.

De certo modo, o movimento que faço neste trabalho é uma espécie de mapeamento “audiográfico”, em que procuro localizar onde as vozes múltiplas do feminismo encontram locais. “Audiografia”, uma geografia da voz, assim denominada por Philippe Artières, em *O Belo Perigo*, a respeito do pensamento de Foucault em sua relação com a fala.

Falar para Foucault, era se inscrever, ou não, numa ordem dos discursos, mas era também problematizar, no próprio gesto, essa prática [...] Para ele, falar era reinventar incessantemente um novo teatro, um teatro profundamente político (FOUCAULT, 2016, p. 16).

Para desenhar esse itinerário audiográfico, divido este trabalho em quatro partes. Na primeira parte, com o capítulo sob o título de A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA, traço o caminho teórico, político e metodológico que conduz as motivações e as direções da pesquisa. A partir da produção teórica feminista e pós-estruturalista, busco apontar as bases epistemológicas que sustentam este trabalho. Também, neste capítulo, assinalo como foram realizadas as primeiras aproximações com o objeto de pesquisa. Indico os caminhos que utilizei para delimitar meu objeto de pesquisa explicitando como ocorreram as definições das entrevistas, quais foram os coletivos e os grupos encontrados ao longo do processo de investigação.

Na segunda parte, intitulada O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E NO MUNDO, faço uma introdução do movimento feminista no mundo e no Brasil de forma generalizada, buscando sinalizar as pautas centrais das chamadas “primeira onda” e “segunda onda” do feminismo, localizando desde como se deu o sufrágio feminino, no contexto da política brasileira da República Velha, até o movimento feminista dos anos 1960 durante o período da ditadura militar. Com o intuito de iniciar neste capítulo uma articulação temporal das experiências do movimento feminista passo a incluir alguns dos trechos das entrevistas em discussões pontuais, em que certas pautas de momentos anteriores do movimento encontram relações com as pautas atuais. Ainda neste capítulo discuto sobre o início da formação dos núcleos dos estudos de gênero nas universidades, pontuando as influências do movimento feminista norte-americano para o desenvolvimento desses núcleos nas universidades brasileiras. Também ressalto como o feminismo e os estudos pós-estruturalistas nas universidades promoveram o desenvolvimento de novas teorizações que deram suporte na interface entre os estudos de gênero e o campo da Educação.

Na terceira parte, com o título FEMINISMO EM ONDAS SÔNICAS – A “TERCEIRA ONDA” DO FEMINISMO, trago as contribuições da filósofa Judith Butler para pensar o conceito feminismo interseccional e articular as discussões que ora aproximam, ora afastam, as várias vertentes do feminismo. Evidencio as tensões

dentro do movimento entre as diferentes pautas, sobretudo no que diz respeito às concepções do feminismo radical. A partir desta parte, apresento narrativas das alunas entrevistadas de forma mais intensa, localizando seus discursos na produção desse debate.

Na quarta parte, nomeada como O FEMINISMO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, narro dois eventos de violências de gênero ocorridos na Universidade Federal do Paraná que ganharam maior destaque na comunidade acadêmica entre os anos de 2012 e 2015, e pontuo seus desdobramentos. Procuo traçar recortes temporais que estabelecem relações entre esses eventos de violência de gênero e a formação desses grupos na universidade. Busco fazer uma análise sobre como esses agrupamentos feministas tem atuado na instituição, quais são suas conexões com outros grupos políticos e como as dinâmicas de interação entre grupos feministas e o espaço universitário podem gerar debates que apontem direções no enfrentamento da violência na instituição.

## 1. A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

### 1.1. PENSAR A PESQUISA ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS FEMINISTAS

A objetividade feminista abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento; não estamos no comando do mundo. Nós apenas vivemos aqui e tentamos estabelecer conversas não inocentes através de nossas próteses, incluindo aí nossas tecnologias de visualização (HARAWAY, 1995a, p. 38).

Estabelecer conversas não inocentes tem sido o contínuo impulso das construções teóricas feministas. É nesse percurso próprio de estabelecer e elaborar os espaços que possibilitam duvidar da ‘inocente’ objetividade científica que a epistemologia feminista propõe uma questão epistemológica, ética e política (HARAWAY, 1995). Para Donna Haraway, o conceito de objetividade científica implica em compreender como o objeto científico tem sido alvo de um olhar que não está isento do posicionamento ético e político de “visualização”. Qualquer posicionamento científico que busca objetividade, validade, veracidade e universalidade está apoiado em algum aparato, em algum pressuposto – uma hipótese antecipada.

Este aparato não consiste em uma neutralidade ou em um movimento natural da ação pesquisadora, se desta maneira fosse, o pesquisador<sup>2</sup> teria de instituir a si mesmo como expressão verdadeira e universal de tais pressupostos. A autora alerta que esse movimento de “auto-identidade”, pretendido como incorpóreo e não mediado, é “fantástico, distorcido e, portanto, irracional” (HARAWAY, 1995, p. 27). Haraway aponta para o fato de que não se trata de invalidar os caminhos teóricos anteriores às teorizações feministas, ou propor uma “doutrina de objetividade que prometa transcendência” (HARAWAY, 1995, p.16). É preciso compreender que nenhum olhar se constitui sem uma mediação, sem uma lente protética, e que qualquer visualização é sempre parcial. Deste modo, é justamente a parcialidade, a partir da realidade posicionada, que permite a objetividade. Em outras palavras, a parcialidade, o lugar particular, possibilita a objetividade das divisões e das

---

<sup>2</sup> O termo aqui utilizado pretende marcar um lugar de criticidade no texto. Utilizo a palavra no masculino em alusão à falsa ideia de que palavras no gênero masculino representariam um sujeito universal supostamente desconectado de uma identificação generificada.

multiplicidades, pois não se trata de recorrer a posicionamentos dicotômicos entre o relativismo e a totalização. Quanto a isso, Haraway (1995) assinala que:

O relativismo e a totalização são, ambos, 'truques de deus' [grifo da autora], prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência. Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional. (HARAWAY, 1995, p. 24).

O empenho em compreender as ações políticas estudantis feministas, na Universidade Federal do Paraná, implica em uma ciência outra, "a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido" (HARAWAY, 1995, p. 31). Neste sentido, a metodologia utilizada nesta pesquisa busca as possibilidades de aberturas e conexões pautadas na objetividade de um olhar posicionado que pretende encontrar amplitude de traduções, através do "conhecimento situado" no campo teórico dos estudos pós-estruturalistas e feministas pós-estruturalistas.

Através da perspectiva do pensamento pós-estruturalista há uma abertura para se questionar qualquer justificativa com pretensões de maior veracidade ou maior objetividade a respeito do objeto de pesquisa, uma vez que a própria ideia de metodologia científica na academia se estabeleceu por parâmetros construídos a partir de uma noção de inteligibilidade instituída historicamente. Como Williams (2012) nos chama a atenção, o pós-estruturalismo não defende um âmbito da ciência e outro separado dela, como a ética e a estética. Segundo o autor:

Antes, a tese crítica de que os limites do conhecimento estão no cerne dele é aplicada às teorias científicas e às teorias de metodologia científica. A ciência não pode justificar postulados de objetividade ou uma maior veracidade, já que os fundamentos de tais postulados são, eles próprios, sujeitos à crítica ou à desconstrução em termos de seus limites. Não há um fundamento puramente científico para a justificação da ciência (WILLIAMS, 2012, P. 35).

No campo dos estudos pós-estruturalistas, por compreender-se que há um caráter normativo e histórico na forma como se constitui a ideia do científico e não científico, torna-se necessário construir caminhos de análise, objetividade e veracidade através de epistemologia própria. Os objetos de investigação e recursos adotados para o desenvolvimento de uma pesquisa pós-estruturalista no campo dos estudos de gênero são diversificados e algumas vezes considerados marginais a um

pensamento científico normativo. Para as investigações pós-estruturalistas as histórias pessoais, a arte, e particularidade de certos grupos políticos passam a ocupar dimensões significativas como propostas de pesquisa.

Desde uma perspectiva analítica a partir dos trabalhos de Michel Foucault, questionar o científico é também entender o jogo do discursivo e o do não discursivo, de como o dizer sobre é fazê-lo, de como a linguagem está entrelaçada à constituição do real. Foucault (2012) enfatiza que há um jogo discursivo que promove aquilo que deve ser tido como verdadeiro ou falso, e por isso o constitui como objeto para o pensamento, “seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política” (FOUCAULT, 2012, P. 236). Dessa maneira, interessa investigar o objeto como algo que se relaciona no campo do discursivo, situado em um momento histórico, como um monumento – nas palavras de Foucault em *A arqueologia do saber*. De acordo com Rosa Maria Bueno Fischer (2012), Foucault sugere transformar os documentos analisados em monumentos porque neles está materializado um discurso presente e vivo de uma época, e esse é o “discurso que precisamos descrever” (FISCHER, 2012, P. 44).

As indagações sobre como o movimento feminista estudantil tem atuado no espaço universitário, e como esses modos de agir feminista se articulam com as construções históricas do movimento feminista, partem, a priori, do reconhecimento da multiplicidade do que poderia ser nomeado como “as estudantes feministas” ou o “feminismo universitário”. Essas ações ou modos de agir feministas se configuram na relação com o espaço onde atuam, formando um corpo político em relações múltiplas do ponto de vista discursivo e que, nesse movimento múltiplo, expressam uma “performatividade política” (BUTLER, 2015).

Para Foucault o sujeito pedagógico não está fora do discurso pedagógico, o sujeito pedagógico ocupa uma função dentro deste discurso (VEIGA-NETO, 2016). Seguindo alguns traços deste mesmo pensamento, em sua obra *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*, Judith Butler irá propor que não há uma luta política que possa prescindir de um campo discursivo de lutas políticas, em outras palavras, não é possível recusar uma performatividade política nas instâncias de reivindicação coletiva. Essa performatividade se dá através da relação entre o corpo e o espaço, em que a autora questiona sobre qual espaço é possível de ser ocupado nessas ações políticas e quais corpos podem ocupá-los (BUTLER, 2015).

A relação com o espaço, neste caso a universidade, imprime certas características ao movimento feminista estudantil quanto às possibilidades materiais e as necessidades de construções de pautas e práticas de resistência. Deste modo, ao introduzirem pautas e ações que interferem no espaço, as estudantes feministas da Universidade Federal do Paraná que foram entrevistadas para esta pesquisa formulam discursos e traduções diversas – por vezes divergentes – relativas às demandas locais e geracionais, ao passo que acoplam pautas que poderiam ser consideradas mais globais e generalizadas. Nesta perspectiva, seria necessário considerar que, atualmente, os grupos feministas se articulam de forma um tanto fluida e que, portanto, o modo de investigação pretendido requer um olhar atento para as ricas flutuações desses agrupamentos. Ao mesmo tempo, seria imprescindível resgatar e evidenciar as ‘marcas’ feministas que esses grupos carregam, contextualizando uma historicidade que produziu e continua a produzir seus efeitos. De acordo com Sônia E. Alvarez (2014),

O momento atual de mobilizações, protestos e manifestações “não cívicas”, não institucionalizadas e mais fluidas, e de feminismos cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si, pede uma reavaliação metodológica de como apreender, elucidar e interrogar “os movimentos”. Uma conclusão básica seria indagar além dos chamados “ebbs and flows” ou “fluxos e refluxos” [...] deveríamos averiguar se há atores ou vetores atuantes em um determinado campo movimentista que se articulam verticalmente no interior do Estado ou dos partidos em um dado contexto histórico e o que isso significa para o campo como um todo (ALVAREZ, 2014, p. 46).

O que talvez a autora busque assinalar com essa afirmação seria a importância de se compreender a perspectiva de influências mais amplas que o feminismo atual teria tomado no interior de grandes grupos políticos que visam materializar impactos macrossociais e biopolíticos nas populações através do Estado, de partidos políticos ou organizações multilaterais. Certamente, para esta pesquisa não haveria tempo e/ou condições que possibilitassem tal investigação, no entanto, de forma breve e pontual, busquei em minhas entrevistas encontrar vestígios dessas influências na formação dos grupos ou nas atividades individuais das participantes fora da universidade.

De qualquer maneira, o que instiga a produção deste trabalho são os modos do fazer feminista dessas estudantes universitárias e como os discursos se formam e se transformam através das possibilidades de atuação dessas feministas, uma vez

que a performatividade política, em configurações atuais, ultrapassa o sentido da presença corporificada nas ruas, ou neste caso, nos prédios e pátios da universidade. Ao mesmo tempo, a virtualidade dos corpos significa também um corporalidade política que se realoca nas dinâmicas das lutas e resistências.

Neste sentido de possibilidades e configurações atuais dos movimentos sociais haveria algo de novo para o movimento feminista, mas o quê? Talvez o novo seja não o quê está sendo dito, mas o como, por quais meios ou estratégias. A respeito dos discursos e de como os enunciados levam consigo a contínua e mera recitação, Michel Foucault, em sua obra “A Ordem do Discurso”, afirma que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014, p. 25). Deste modo, através das narrativas anunciadas pelas entrevistadas busca-se na pesquisa compreender como são certos contextos que, em tensionamento, mobilizam os grupos feministas a intervirem em um espaço institucional propiciando a transformação de práticas coletivas e individuais.

Como mencionado na introdução do trabalho, através de mapeamento ‘audiográfico’, compondo um mapa das vozes múltiplas dos grupos feministas entrevistados que não necessariamente está vinculado ao ato da fala em si, à expressão literal do som, mas sim da linguagem do campo discursivo que em última instância remete ao corpo envolvido em uma declaração de si. Como afirma Judith Butler, “speech and silence, movement and immobility, are all political enactments” (BUTLER, 2015, p. 172).

Os contextos, os espaços, os tempos e os modos de produzir os discursos também se configuram em corporalidades virtuais. Judith Butler (1995) afirma que o âmbito da virtualidade pode produzir conexões efetivas de solidariedade tanto quanto a manifestação pública dos corpos. Seja de forma pública ou de forma virtual, ou mesmo em condições de interdição dos corpos, o corpo permanece sendo um recurso em que os ajuntamentos dos corpos nos movimentos sociais afirmam a modalidade social do corpo. Segundo a autora, “...it should come as no surprise that the bodies gathered in social movements are asserting the social modality of the body” (BUTLER, 1995, p. 153).

Nesta perspectiva, assume-se como suposição nesta pesquisa que há uma corporalidade discursiva, uma performatividade política, no engajamento feminista das estudantes entrevistadas, performatividade essa que se articula através de



enunciados e silêncios que são eles próprios efeitos, ao mesmo tempo em que produzem efeitos, produzem transformações.

## **1.2. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

Inicialmente, o tema estabelecido para esta pesquisa de mestrado tinha como proposta discutir as perspectivas do campo dos Estudos de Gênero no currículo dos cursos de graduação em Pedagogia nas universidades do Paraná. No entanto, o início do ano de 2015 foi um período de alterações fundamentais para a pesquisa. O plano inicial para a pesquisa foi repensado para dar lugar a uma discussão que pretendesse compreender as formações estudantis feministas na Universidade Federal do Paraná.

Em minhas investigações introdutórias para esta dissertação sobre os grupos e coletivos feministas na Universidade Federal do Paraná, identifiquei que certas situações de violência de gênero, ao ganharem visibilidade na mídia e entre a comunidade acadêmica, evidenciavam o 'desconforto' da instituição em se defrontar com a publicidade dessas situações. Na mesma medida, são esses eventos que, ao se tornarem momentos catalizadores, acabaram por desvelar uma massa jovem feminista disposta a fazer daquela circunstância uma oportunidade inegociável de denúncia e de demanda por respostas.

No início do ano de 2015, pós a repercussão da agressão lesbofóbica, e, posteriormente, a agressão institucional sofrida pelas estudantes feministas no prédio de Arquitetura e Urbanismo da universidade, houve uma grande mobilização estudantil para que fossem criados espaços de diálogo com a reitoria. Logo nas primeiras reuniões, inicialmente fechadas, as estudantes relataram não apenas o evento ocorrido no prédio de Arquitetura e Urbanismo, como também várias denúncias de estupros cometidos por alunos da universidade nos campi da UFPR e fora deles. Na medida em que mais espaços de debate com a reitoria eram criados, surgiu a necessidade de uma criação de fóruns de debate sobre a violência de gênero na instituição. É importante ressaltar que esses espaços de diálogo e a criação do fórum foram o resultado de um esforço comum de diversos grupos, como coletivos estudantis e núcleos de pesquisa, que pressionaram a reitoria da universidade por uma resposta às situações de violência.

Deste modo, as reuniões do *Fórum Contra As Violências*, fórum de discussões sobre violências que centralmente traziam debates sobre gênero e raça na Universidade Federal do Paraná, surgiram a partir de uma mobilização conjunta de diferentes entidades da comunidade acadêmica. As pessoas envolvidas nesses debates, em sua maioria, eram representantes do movimento estudantil, servidoras técnico-administrativas e docentes de núcleos de estudos que buscavam um diálogo com a reitoria da universidade, neste caso, especificamente representada pela participação do vice-reitor.

Nessas reuniões a presença estudantil se mostrou muito ativa reivindicando espaços de fala que expusessem suas demandas e suas experiências no enfrentamento dessas violências na universidade. Os coletivos que ali participavam tinham composições diversificadas, e, inicialmente, me coloquei na tarefa de identificar o maior número possível dos grupos que se apresentavam com a seguinte configuração: organizações estudantis feministas e autogestionadas. A presença dos alunos e alunas envolvidas nessas reuniões me chamou a atenção não apenas pelo grande número de pessoas interessadas nessas discussões, mas também pela performatividade política desses grupos.

Ao longo do *Fórum Contra as Violências*, constatei a presença de: pesquisadores e pesquisadoras dos núcleos de pesquisa da instituição, como o Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação – LABIN, Núcleo de estudos Afro-Brasileiros – NEAB e o Núcleo de Estudos de Gênero – NEG; representantes de grupos externos à instituição como Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, o Transgrupo Marcela Prado, Marcha Mundial de Mulheres, Levante Popular da Juventude e Partido Acadêmico Renovador – PAR da faculdade de direito; e representantes de diversos outros grupos e coletivos estudantis da universidade, institucionais e/ou autogestionados.

O *facebook* se constituiu como a principal forma de comunicação entre minhas possíveis entrevistadas e eu. Elas me adicionavam como suas ‘amigas’ e me indicavam para novas entrevistas outras feministas estudantes nas universidades de Curitiba e de algumas outras cidades do estado do Paraná e Santa Catarina. Em poucos dias minha lista de coletivos exclusivamente<sup>3</sup> feministas e universitários era

---

<sup>3</sup> Observei posteriormente que alguns dos coletivos que se apresentaram nas reuniões do fórum como feministas entendiam que as pautas do feminismo faziam parte de reivindicações importantes

tão extensa que se tornaria impossível uma investigação que não fosse meramente superficial. Deste modo, era preciso definir recortes que viabilizassem uma investigação detalhada, uma vez que o intuito da pesquisa era compreender de forma mais profunda como esses grupos estavam se organizando, sem negligenciar quais vertentes do movimento feminista estavam, de certa forma, 'aguçando' um modo de agir feminista. Dentre os grupos que se encaixavam em minha primeira lista como coletivos ou organizações estudantis feministas universitárias, optei por delimitar para a realização das entrevistas oito grupos da Universidade Federal do Paraná e quatro grupos de universidades privadas, todos estes da cidade de Curitiba.

Devido à extensão do material obtido e o limitado tempo para uma análise completa de todo os dados recebidos nas entrevistas para este trabalho de pesquisa, foram analisados apenas as falas dos grupos feministas da Universidade Federal do Paraná e a relação desses grupos com esta universidade. Cada grupo entrevistado, seja da UFPR ou das universidades privadas, apresenta especificidades que, a meu ver, necessitam de análises que deem conta da complexidade das diferentes formas de um fazer feminista em seu âmbito institucional. Existem diferenças marcantes entre as possibilidades de atuação desses grupos nos dois tipos de instituição<sup>4</sup>. Além disso, existem também diferentes modos de organização dos grupos entre as universidades privadas entre si. Cada universidade privada possui características particulares na relação com seus alunos e alunas. Deste modo, sendo esta pesquisa um instante primeiro de investigação, os dados analisados são relativos apenas aos grupos da Universidade Federal do Paraná, tendo em conta que há uma possibilidade de ampliação desta pesquisa em momentos futuros.

---

na composição do grupo, mas que estas reivindicações nem sempre se figuravam como centrais para a escolha de pautas dando o lugar de centralidade para as discussões sobre racismo e desigualdades sociais. Sendo assim, diminuí a lista para conter somente os coletivos em que o feminismo, interseccional ou não, era o movimento orientador de suas atividades.

<sup>4</sup> Algumas das principais diferenças encontradas nos coletivos das universidades privadas é o fato de que nessas instituições os temas marginalizados pela normatividade social, como as discussões sobre gênero e sexualidade, encontram bem menos reconhecimento por parte das direções e reitorias. Há também uma desconfiança maior quanto ao propósito da formação dos coletivos por parte da administração e de alguns alunos e alunas. Os espaços para a realização de reuniões dentro dos campi é por vezes impedido ou torna-se dificultado pela instituição. Deste modo, esses grupos são menores e se constituem através de pautas pontuais relativas à sua realidade universitária, contudo sem perder a profundidade das discussões de suas demandas.

A proposta inicial foi fazer a seleção somente dos coletivos da Universidade Federal do Paraná, nos campi de Curitiba, sem incluir os grupos estudantis institucionais. No entanto, dois grupos me chamaram a atenção por serem organizações institucionais em que a gestão foi feita por estudantes com atuações majoritariamente feministas, o DCE – Diretório Central dos Estudantes, na gestão de 2015, e a CAO – Comissão Anti-Opressão dos centros acadêmicos dos cursos de Engenharia chamado C7, com o nome CAO – Hella. Nos dois grupos as pautas feministas eram norteadoras das atividades e a gestão era feita por alunos e alunas fortemente envolvidos com esses debates na instituição. No caso do grupo Hella, sua proposta de atividade é a prevenção e o combate de situações de violência de gênero e de agressão sexual nas festas dos cursos das Engenharias.

Com a definição sobre quais grupos iriam compor o objeto desta investigação, procurei fazer algumas aproximações através de abordagens pelas mídias sociais, enviando um convite às integrantes que consideravam a si mesmas como líderes de cada coletivo ou grupo para participar de uma conversa gravada em áudio. Quando a convidada não se autoidentificava como uma das organizadoras do grupo, outra pessoa era indicada pela mesma. Deste modo, foram entrevistados oito grupos e oito pessoas da seguinte forma: uma integrante da gestão do DCE do ano de 2015; duas integrantes da CAO – Hella C7, sendo esta participação conjunta uma escolha do próprio grupo; uma integrante do coletivo Lara – curso de Direito; uma integrante do coletivo Aurora – curso de História; uma integrante do coletivo Vitória Régia – curso de Comunicação Social; uma integrante do coletivo Feministas da UFPR – vários cursos; e uma integrante do coletivo Estrelícia – curso de Engenharia Ambiental. Também faço nesta pesquisa um relato sobre o oitavo grupo que não está mais ativo, mas que foi mencionado pelas entrevistadas que fizeram parte dele anteriormente por ser um dos primeiros grupos desse tipo na universidade, o coletivo Frente Feminista.

Como ponto de partida para a coleta de dados, elaborei um Estudo Exploratório que consistia em selecionar os grupos e os coletivos através de critérios como: apenas grupos liderados e compostos por estudantes universitárias, atuantes nas universidades da cidade de Curitiba, em que sua formação tivesse o feminismo

como pauta central e organizativa de suas atividades<sup>5</sup>. A partir deste recorte, estruturei tópicos no formato de perguntas que sugeriam um roteiro de entrevista com o intuito de estabelecer uma conversa com as estudantes. Efetuei todas as entrevistas até a primeira metade do ano de 2016. Cada entrevista gravada teve uma duração média de quarenta minutos, totalizando quase nove horas de gravações.

Para a realização dessas entrevistas gravadas apenas em áudio e em encontros pessoais com as entrevistadas, priorizei por conduzir os tópicos e as perguntas na forma de conversa aberta e sem que houvesse uma limitação do tempo de fala, propiciando assim a inclusão de novos tópicos que poderiam surgir a partir do interesse da entrevistada e da entrevistadora, para além daqueles que já estavam previstos no roteiro. Optei também por favorecer a ampliação das falas que marcavam posicionamentos relativos às vertentes feministas, na medida em que as conversas possibilitavam novos questionamentos. A cada entrevista realizada, começava a me deparar com um material bastante extenso e rico sobre as ações feministas dos grupos entrevistados, ao passo que era possível não apenas iniciar uma compreensão das formas de atuação e organização desses coletivos e grupos, mas também observar como estes estavam conectados entre si e conectados com vários outros movimentos sociais.

O roteiro<sup>6</sup> de conversa foi desenvolvido a partir de dois temas: 1) A história de formação do grupo, e 2) As formas de atuação do grupo. Quanto à história de formação dos grupos questioneei sobre o ano de formação, como se deu a escolha do nome e como foram escolhidas as primeiras pautas feministas do grupo. Quanto às atividades dos grupos indaguei sobre: as formas de atuação na universidade; as formas de gestão; pautas atuais do grupo; as formas de comunicação entre

---

<sup>5</sup> Mesmo no caso dos grupos autogestionados como os coletivos há algum tipo de liderança, ou seja, uma organização que segue as influências de um comando que delimita regras e propósitos de suas atividades. Essa liderança acontece de forma espontânea e contingente sendo que um grupo menor de participantes, de forma coletiva, acaba tomando as principais decisões no grupo, inclusive definindo o grau de necessidade de uma convocação geral de participantes para a tomada de uma decisão coletiva. A maioria das entrevistadas desta pesquisa se considerava uma das líderes dos coletivos, e não a única líder. Muitas delas estavam na formação inicial dos coletivos. O conceito de liderança nesses grupos é fluído, há uma mudança na liderança na medida em que as alunas terminam seus cursos de graduação e deixam de frequentar a universidade. Assim, outras participantes passam a assumir essa posição por vontade própria, porém contando com o incentivo e o apoio das demais participantes.

<sup>6</sup> O roteiro utilizado encontra-se no Apêndice A.

integrantes e para a comunidade; como o grupo se relaciona com a instituição; envolvimento de integrantes com outros grupos. Após as entrevistas enviei formulários que pretendiam traçar um perfil do envolvimento das entrevistadas com as ideias feministas. As perguntas pretenderam saber a respeito de sua formação acadêmica; coletivos dos quais participa atualmente; coletivos que havia participado anteriormente; outras formas de envolvimento com movimentos sociais; e quando e como se tornou feminista. A devolutiva desses formulários apresentou problemas, pois nem todas as entrevistadas puderam ou se interessaram em preenchê-los em tempo hábil para a pesquisa. Desta maneira, não obtive retorno suficiente para trabalhar com seus dados. Assim, os dados analisados neste trabalho são apenas aqueles que foram obtidos durante as entrevistas.

### **A substituição dos nomes**

O movimento de se compreender como esses grupos tem atuado na universidade preservou ao longo da pesquisa uma postura crítica para a análise dos dados que não está isenta de um posicionamento teórico-político da pesquisadora, no entanto, não há a intenção de se prescrever um feminismo como referência ideal, universal ou puro. Uma vez que as vertentes do feminismo se apresentam nos grupos de formas variadas, optei por não mencionar os nomes das entrevistadas ou relacionar os trechos das entrevistas aos cursos e aos coletivos descritos na pesquisa. Deste modo, o nome das entrevistadas foi substituído por nomes de mulheres do cenário artístico brasileiro que de alguma forma significaram um desafio para a sociedade de sua época, rompendo com certos paradigmas e gerando questionamentos a respeito dos limites normativos impostos ao seu gênero<sup>7</sup>. De acordo com Elsa Dorlin, uma pesquisa de proposição epistemológica feminista é um trabalho que lança mão de uma trajetória da produção crítica feminista que

[...] al recuperar las tensiones, las crisis, las resistencias localizadas sepultadas, a través de la historia de las mujeres, del género o de las

---

<sup>7</sup> Nem todas essas artistas brasileiras selecionadas para representar os nomes das entrevistadas são figuras do feminismo brasileiro, ou consideraram a si mesmas como feministas. Procurei fugir dos nomes de grandes feministas brasileiras pelo fato de que muitos grupos feministas já foram intitulados com esses nomes. Deste modo, é correto lembrar que as falas das entrevistadas nesta pesquisa não pretendem expressar de modo algum pensamentos e possíveis condutas dessas artistas em seus diferentes contextos e épocas.

sexualidades, hizo posible un pensamiento de la historicidad de una relación de poder considerada ahistórica (DORLIN, 2009, p. 14).

A opção por não associar o nome dos coletivos às afirmações das entrevistadas através de seu ponto de vista do feminismo (com exceção dos dois grupos institucionais), e também não associar o nome das pessoas entrevistadas ao nome dos seus coletivos ou grupos, não é exclusivamente para a preservação do anonimato das participantes. Embora seja possível afirmar que este trabalho expõe o estabelecimento de um movimento histórico do feminismo na Universidade Federal do Paraná, uma das propostas da pesquisa é justamente evidenciar a multiplicidade do movimento feminista como um todo, explorando a heterogeneidade das falas, das pautas e das formas de resistência, conduzindo a pessoa leitora a compreender a intercambialidade dos momentos históricos do feminismo, em que um trecho de entrevista, uma afirmação, mostra uma continuidade das pautas feministas independentemente dos tempos e espaços em que se encontram tais interlocutoras.

Outra questão a ser considerada é o fato de que ao se evidenciar a multiplicidade dos muitos feminismos, multiplicidade esta que se encontra em um local de grande proximidade entre os grupos, seria necessário ponderar sobre os possíveis impactos da exposição dos conflitos e divergências entre esses grupos e coletivos entrevistados. Mesmo que as rupturas entre os diferentes pontos de vista sobre suas atividades e formas de pensar o feminismo sejam uma força geradora de debates enriquecedores, seria pertinente que se buscasse através deste estudo formas de produzir problematizações a partir dessas mesmas rupturas, propiciando um debate que pretenda alcançar não um apaziguamento das ideias, mas a produção de propostas de políticas de coalizão que se apresente como oportunidade de aproximação e fortalecimento para esses grupos e para o próprio movimento feminista como um todo.

Os nomes das artistas escolhidas para substituir os nomes das entrevistadas foram inspirados nas afirmações de algumas entrevistadas quando estas justificavam o motivo da escolha do nome de seus grupos: “por ser um nome muito forte, é um nome que traz força para a gente” (Cassandra Rios), “a gente queria que fosse uma mulher brasileira” (Claudia Celeste). Desta maneira as mulheres brasileiras escolhidas para nomeá-las na pesquisa pretende representar essa ‘força’ em suas falas. No entanto, não é possível afirmar que todas essas relevantes

mulheres para a história brasileira fossem feministas ou que defendessem pautas do movimento de mulheres de suas épocas, também não seria estranho se algumas delas compreendessem o feminismo de modo alheio às suas visões de sociedade. Contudo, mesmo que assim fosse, essas artistas brasileiras não tiveram suas trajetórias impedidas ou seus legados apagados, em grande medida, justamente por causa das feministas brasileiras que tem criado ao longo da história do movimento aberturas para o reconhecimento dos trabalhos das mulheres artistas. Deste modo, os nomes escolhidos foram:

1. Anita Malfatti – pintora e desenhista brasileira da vanguarda do Movimento Modernista que com suas pinturas escandalizou os padrões artísticos da época, o início do século XX. Suas obras já se caracterizavam como expressionistas antes mesmo do reconhecimento público desse movimento. A ousadia de seu trabalho lhe rendeu diversas críticas de nomes de brasileiros consagrados como Monteiro Lobato que comparou seus desenhos aos de pacientes de manicômios. Anita Malfatti é hoje reconhecida como uma das poucas mulheres a ocupar os lugares de ícone do Movimento Modernista brasileiro<sup>8</sup>.

2. Carolina de Jesus – escritora mineira, nasceu em 1914. Sua obra mais conhecida, *Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*, é um testemunho das violências sofridas por ela que acabou por se transformar em uma relevante denúncia da discriminação racial e das desigualdades sociais no Brasil. Como mulher negra e pobre, moradora da cidade de São Paulo, ela guardava livros e revistas que encontrava no lixo. Carolina de Jesus é umas das escritoras referenciais para discussões sobre violência e vulnerabilidade social nas periferias das grandes cidades<sup>9</sup>.

3. Claudia Celeste – atriz de teatro, televisão e cinema, Miss Trans Brasil em 1976, sendo a primeira atriz brasileira travesti a atuar em uma novela. Durante seu trabalho na novela “Espelho Mágico” em 1977, na TV Globo, Claudia Celeste sofreu fortemente com a repressão da Ditadura Militar. Com a projeção de sua personagem, a mídia brasileira passou a explorar a imagem da atriz de forma

---

<sup>8</sup>Disponível em: <http://www.macvirtual.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/artistas/malfa/index.htm> (Acesso: 04/02/2017).

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40983> (Acesso: 04/02/2017).



sensacionalista. Claudia Celeste continuou sua carreira principalmente no teatro, até os dias atuais<sup>10</sup>.

4. Rachel de Queiroz – cronista, jornalista e romancista cearense, nasceu em 1910. As publicações de suas crônicas foram extensas fazendo parte dos principais jornais e revistas do país. Chegou a fazer parte do Partido Comunista, mas rompeu com o partido por um conflito relativo à publicação de um de seus romances. Raquel de Queiroz foi a primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras em 1977<sup>11</sup>.

5. Leila Diniz – atriz brasileira dos anos 1960 e 1970 que ficou conhecida por sua postura irreverente quanto às questões do papel da mulher na sociedade brasileira. Leila Diniz era considerada uma má influência para as outras mulheres por ser defensora do amor livre e por se expressar utilizando palavrões e termos chulos. Chegou a fazer parte da lista do DOPS<sup>4</sup> e foi impedida de atuar novamente em novelas por conta de um decreto. Teve sua prisão evitada quando assinou “um termo de compromisso em que se dispunha a não emitir suas opiniões ou falar palavrões em público” (BILINSKI, 2008). Depois disso, Leila Diniz decide desfilar de biquíni em público exibindo a barriga de gravidez, algo que chocou a sociedade para a época, pois a mulher grávida era considerada um ser sagrado, assim como a virgem Maria<sup>12</sup>.

6. Elza Soares – cantora carioca, nasceu na favela de Moça Bonita em 1937. Aos doze anos de idade foi obrigada pelo pai a se casar com um homem dez anos mais velha que ela, com quem teve cinco filhos, o primeiro filho nasceu quando a cantora tinha apenas treze anos. A pobreza em que a família vivia era tanta que um dos seus filhos morreu de subnutrição e outro foi entregue à adoção. Antes de seguir a carreira de cantora profissional, trabalhou como operária em uma fábrica de sabão. Elza Soares rejeitou qualquer exigência de seu marido, de seus amantes, ou da norma social que a tornasse submissa a eles. Com uma carreira de sucesso

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.nlucon.com/2013/04/primeira-travesti-fazer-novela-claudia.html>(Acesso: 04/02/2017).

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/rachel-de-queiroz> (Acesso:04/02/2017).

<sup>12</sup> Disponível em: <http://tede.utp.br:8080/jspui/handle/tede/297> (Acesso em 04/02/17).

mesmo com tantas dificuldades como mulher negra e da favela, Elza Soares é um símbolo de resistência para a luta feminista no Brasil<sup>13</sup>.

7. Cassandra Rios – escritora lésbica que vendeu mais de trezentas mil cópias de seus livros em apenas um ano. Seus livros tinham como tema o erotismo e a afetividade lesbiana, sendo considerados por alguns críticos como pornográficos. Foi pioneira na escrita literária das relações homossexuais. Seu primeiro romance do gênero foi lançado em 1948, quando a autora tinha dezesseis anos de idade, sob o título de *A Volúpia do Pecado*. Durante a ditadura militar nos anos 1970 seus livros foram proibidos. Dos quarenta títulos publicados pela a autora, trinta e seis foram reprimidos pela ditadura<sup>14</sup>.

8. Chiquinha Gonzaga – pianista e compositora carioca que viveu entre o século XVIII e o século XIX. Seus trabalhos mais conhecidos são as músicas de Choro estilo esse que causou indignação na elite, naquela época apenas estilos como a valsa, polca e tango eram os escolhidos pela corte. Além disso, ela havia sido educada para ser uma dama de salão. Ao romper com seu primeiro casamento passou a garantir seu sustento tornando-se uma profissional da música. Filha de uma mulher negra e um de general branco, Chiquinha Gonzaga fez parte do movimento abolicionista e foi a primeira mulher regente de orquestra no Brasil<sup>15</sup>.

### **Feministas em conexões parciais**

Até os últimos momentos da realização deste trabalho outros novos coletivos e grupos feministas em universidades de Curitiba e se formaram, seus nomes e contatos chegaram aos meus ouvidos e com certa tristeza tive de ignorá-los, pois não pude, neste momento, entregar-me às novas e enriquecedoras falas das feministas de Curitiba. Contudo, é emocionante saber delas, dos grupos que

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/09/02/culturaipilon/noticia/elza-soares-cantara-ate-ao-fim-1742742> (Acesso em 04/02/17).

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/sou-uma-lesbica> (Acesso: 04/02/2017).

<sup>15</sup> Disponível em: <http://chiquinhagonzaga.com/wp/biografia/> (Acesso:04/02/2017).

proliferam e da população feminista potente que elas compõem nas universidades, nas ruas, nas mídias sociais, ou onde mais elas estiverem.

Cada um dos encontros com essas jovens mulheres me enriqueceu como pesquisadora e como feminista, foi o aprendizado de um ouvir diferente porque era preciso que o ‘meu’ feminismo ficasse em segundo plano naquele momento. Era preciso que eu me aproximasse de ‘tantos feminismos’ permitindo que eles me atravessassem e me transformassem, através do engajamento que é ouvir a outra pessoa, a outra história, a outra experiência.

Em *A Hermenêutica do Sujeito*, Foucault (2010), durante um dos seus cursos no Collège de France, analisou a prática da escuta como prática de si na filosofia grega, em que o mestre<sup>16</sup>, ao falar, fala também a partir da conduta da pessoa ouvinte. Esta conduta não é passiva, ao contrário disso, é um ouvir ativo que solicita um exercício do silêncio para uma “boa escuta”, que “deve ser uma espécie de compromisso, de manifestação da vontade por parte de quem escuta, manifestação que suscita e sustenta o discurso do mestre” (FOUCAULT, 2010, p. 308).

Deste modo, era preciso que eu me construísse minuciosamente a cada encontro, compreendendo que a escuta pesquisadora, do lugar político e teórico posicionado proposto por Donna Haraway, consiste não em uma anulação de si, mas um protagonismo outro. Este não é um protagonismo fácil, pois nos exige decidirmos entre momentos de fala e momentos de silêncio, os quais nos tornam propositadamente mais vulneráveis às ressonâncias da outra existência que traz consigo tudo o que é passível de afetar nossa escuta.

E com certa precisão cirúrgica, assim como Foucault (2016) fala de sua escrita, um trabalho intelectual profundo é um trabalho de legista, em que fazemos pequenas incisões em nossas certezas cambaleantes, de onde tiramos dores, espantos, risos, rejeições, indignações, incógnitas belas ou aterrorizantes, nos perdendo e nos reencontrando nas perguntas, principalmente através das perguntas que nos devolvem ao lugar prévio do problema onde não há nada senão a divisão. Na perspectiva teórica feminista pós-estruturalista compartilho com Haraway o pensamento de que,

---

<sup>16</sup> No contexto descrito por Foucault a relação entre o mestre e o aluno se dava de forma rígida e hierárquica. Minha relação com as entrevistadas não foi neste mesmo contexto, entretanto, pairava no ar uma certa uma autoridade em suas falas, elas sabiam mais do que eu sobre os seus grupos, indiscutivelmente.

Divisão, e não o ser, é a imagem privilegiada das epistemologias feministas do conhecimento científico. “Divisão”, neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas, simultaneamente necessárias e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas. [...] O eu cognoscente é parcial em todas as suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de junta-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial (HARAWAY, 1995, p. 26).

## 2. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E NO MUNDO

Como um capítulo que inicia uma trajetória do feminismo, esta parte do trabalho busca, para além de um traçado histórico do movimento, retratar contextos políticos brasileiros e estrangeiros que indicaram fluxos aglutinadores das lutas das mulheres. Em diferentes momentos, as pautas do movimento feminista se formaram a partir de situações contingentes. Assim como ocorre com os grupos e coletivos feministas da Universidade Federal do Paraná, as feministas de outros tempos se configuraram como grupos políticos de múltiplas vozes, e, portanto, não assumo aqui uma trajetória histórica de consensos. Ao contrário disso, procuro destacar propositalmente tempos e espaços desses grupos feministas que possam, de alguma forma, evidenciar os aspectos que julgo pertinentes para a construção desta pesquisa.

Mesmo que os capítulos estejam organizados em certa linearidade temporal, não pretendo lançar uma ideia de linearidade do movimento feminista, nem procuro evocar uma noção evolutiva de pautas e conquistas. Esta é uma postura teórico-metodológica que assumo neste e nos próximos capítulos do trabalho, a intenção explícita de marcar acontecimentos e seus discursos, reconhecê-los *audiograficamente*, entendendo que estes se apresentam em descontinuidades. Recorro a essas marcações históricas do movimento feminista para que elas me auxiliem na constituição de uma leitura a respeito dos grupos feministas atuais na Universidade Federal do Paraná, objeto de investigação nesta pesquisa. Deste modo, também produzo um recorte no tempo e dou a este recorte uma leitura, um tratamento que reconhece o descontínuo no jogo de sua instância, na forma como assinala Michel Foucault (1968), sobre as descontinuidades dos discursos:

É preciso acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo da instância próprio de cada um (FOUCAULT, 1968, p. 95).

Desta maneira, inicio uma discussão sobre o movimento feminista a partir do sufrágio feminino. Não porque este tema é o início de tudo, o ponto de partida das ideias feministas, até porque o sufrágio, a luta das mulheres pelo direito ao voto,

surge em períodos muito anteriores ao que se convencionou chamar de período do sufrágio feminino. Mas porque este período representa uma irrupção histórica da atuação de mulheres que, ao disputarem um espaço público, o espaço da política eleitoral, disputaram também as possibilidades de uma prática pública, de um fazer político das mulheres.

Em outro momento deste capítulo apresento um período que constituiu as bases do feminismo como um movimento que ampliou suas pautas para um fazer político que se associa a outros movimentos sociais, o início da chamada “segunda onda” do feminismo. É nesta configuração do feminismo que pontuo como os movimentos sociais se articulavam com as pautas feministas e como rupturas políticas indicaram uma formação que o denominou de feminismo radical<sup>17</sup>. Escolho esse período porque as premissas do feminismo radical instituíram um fazer político não apenas de mulheres, como no sufrágio feminino, mas um fazer político de mulheres feministas.

Procuro evidenciar ao longo deste capítulo, e em outras partes do trabalho, que influências de militância feministas de outros países permearam as formações feministas brasileiras, sem, contudo, deixar de assinalar as características próprias dos contextos sociais no país.

Quanto à configuração do movimento feminista da chamada “segunda onda”, procurei resgatar as particularidades do movimento no âmbito das universidades, primeiramente nos Estados Unidos, e posteriormente no Brasil. O intuito é de se criar uma ponte entre o que poderia ser chamado de feminismo universitário histórico e um feminismo universitário contemporâneo, que será discutido nos capítulos seguintes. Assumo recortes que não pretendem dar conta de uma totalidade sobre o tema, mas indicar os reflexos de certos eventos e seus efeitos temporais na discussão sobre o movimento feminista nas universidades e as produções teóricas que se desenvolveram a partir desse movimento.

A partir de demandas das feministas acadêmicas foi possível que se abrissem caminhos institucionais para a criação dos núcleos de pesquisas sobre gênero e

---

<sup>17</sup> O feminismo radical que se configurou durante o período da “segunda onda” do feminismo se difere do feminismo radical pós anos 1980, principalmente quanto às questões da transexualidade. No terceiro e quarto capítulos discuto como o feminismo radical da atualidade tem se posicionado no debate feminista frente à outras vertentes como o chamado feminismo liberal e feminismo interseccional.

sexualidade e que se iniciasse um campo que colocará em xeque formas de se pensar aquilo que seria o caráter científico das pesquisas acadêmicas em vários campos do conhecimento. Deste modo, este capítulo pretende, também, colocar em evidência a militância feminista nas universidades que viabilizou uma trajetória do desenvolvimento de abordagens teóricas que se consolidaram como um campo de estudos. Discuto, também, as contribuições dos estudos de gênero pós-estruturalistas para os Estudos Feministas e para o campo da Educação no Brasil.

### **O período sufragista e o movimento feminista da “segunda onda”**

O sufrágio brasileiro foi uma época que compreendeu o final do século XIX e o início do século XX, coincidindo com parte do período do movimento sufragista norte-americano e europeu que se iniciaram algumas décadas antes do movimento no Brasil. As mulheres brasileiras que se envolveram no movimento sufragista, em sua maioria, eram pessoas das classes mais privilegiadas e que possuíam vivências mais elitizadas e, por isso, tiveram uma aproximação maior dos eventos que aconteciam fora do Brasil. Os modelos estrangeiros de luta sufragista que inspiraram as brasileiras se estabeleceram pelo fato de que havia aqui reivindicações similares aos contextos das mulheres naqueles países, notadamente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos.

A escrita de mulheres em meados do século XIX foi fundamental para o início de um movimento organizado no Brasil e no mundo que mais tarde se tornaria o feminismo. Desde a Revolução Francesa, o manifesto sobre o direito das mulheres de Mary Wollstonecraft – *Direitos das mulheres e injustiças dos homens* – engajou uma parcela da população feminina em diversos países na reivindicação pelo direito ao voto. No Brasil do século XIX, a jornalista Nísia Floresta foi fundamental para o início do movimento de mulheres. Nísia Floresta era abolicionista e apoiadora do movimento republicano, chegando a realizar a tradução do manifesto de Wollstonecraft em 1832. Como jornalista sua escrita era provocativa para o contexto da época, ela defendia a igualdade de direitos e a educação para mulheres. Seu trabalho influenciou fortemente o surgimento de uma imprensa alternativa feminina. De acordo com Norma Telles, “apesar das limitações de distribuição e divulgação de opiniões na época, a obra de Nísia Floresta teve muita repercussão, sendo

mencionada como exemplo por escritoras até o final do século XIX” (TELLES, 2015, P. 406). Foi neste período da atuação de Nísia Floresta que surgiram vários jornais em todo o país que pretendiam alcançar o público feminino com o intuito de trazer informações que esclarecessem as leitoras sobre reivindicações necessárias e questionamentos sobre a condição social das mulheres (TELLES, 2015).

É possível afirmar que desde meados do século XIX, uma das vias mais produtivas das reivindicações feministas continua sendo a comunicação através da escrita e a divulgação de informação de diversas formas. Nos relatos das entrevistadas desta pesquisa a principal forma de comunicação entre as participantes dos grupos e dos grupos para a comunidade estudantil se dá através de textos publicados nas mídias sociais e a divulgação de trabalhos na área dos estudos de gênero, seja para o debate de pautas ou para a divulgação de informações das discussões feministas. Os grupos também investem na produção de cartazes e de materiais informativos que são distribuídos para o público. Como relatam as entrevistadas,

A maior demanda sempre acabava chegando através da página [de facebook]. O pessoal mandava bastante mensagem in box. A gente começou a usá-lo como canal efetivo. Foi um trabalho bem grande que a gente fez... de aumentar a página, aumentar a visibilidade, fazer o pessoal centralizar ali um canal (Elza Soares).

Entre a gente, a principal ferramenta é o *Facebook*. A gente tinha um grupo, a gente tem ainda um grupo, ele se iniciou como secreto, depois a gente abriu...e depois o *Whatsapp*, essas são as duas principais ferramentas de comunicação entre a gente. Como comunicação externa a gente usa cartazes para divulgar onde a gente vai estar...basicamente cartazes nos espaços de circulação, pátio, RU [refeitório universitário] ...e criamos eventos pelo *Facebook* e deixamos aberto para o pessoal divulgar (Carolina de Jesus).

A escrita da lei também foi um lugar de disputa para as mulheres do século XIX. As discussões sobre o direito ao voto na elaboração da primeira Constituição da República ganharam muito destaque e evidenciou a necessidade de uma organização de mulheres que fosse mais combativa. Embora a pauta sobre o voto feminino não tivesse sido aprovada na Constituição em 1891, não houve um texto que deixasse claro uma impossibilidade de que mulheres pudessem ser compreendidas como cidadãs, e, portanto, exercer o direito ao voto. Deste modo, mesmo com a derrota do texto de garantia de direitos igualitários, esta brecha na lei fez com que o movimento do sufrágio persistisse e ganhasse ainda mais força.



Nas décadas seguintes duas mulheres se tornaram o símbolo da conquista de um espaço para mulher brasileira na arena política e na vida pública, são elas Leolinda de Figueiredo Dalto e Bertha Lutz, cada uma delas instituiu abordagens diferentes sobre como a luta de mulheres deveriam se configurar no país. Aparentemente as sufragistas defendiam de forma uníssona quanto às reivindicações para as mulheres que basicamente consistiam em obter direitos para uma vida autônoma e cidadã na mesma proporção que os homens. Entretanto, esse movimento esteve envolto em muitas discussões, e alguns rachas.

A história do sufrágio brasileiro do início do século XX foi marcado por duas vertentes divergentes da luta de mulheres por direitos políticos. Para a autora Mônica Karawejczyk dois feminismos protagonizaram a reivindicação de melhores condições de trabalho e direito ao voto e o exercício da atividade pública para as mulheres. De um lado estava o “feminismo bom” de Bertha Lutz, jornalista uma das fundadoras da FBPF – Federação Brasileira do Progresso Feminino, e de outro estava o “feminismo mau” de Leolinda Dalto, professora, fundadora do PRF – Partido Republicano Feminino – defensora das causas indígenas e do ensino laico (KARAWEJCZYK, 2014). Dalto e Lutz sofreram duras críticas da sociedade vigente relativas às suas lutas pela cidadania de mulheres, e ambas trouxeram importantes contribuições ao movimento sufragista brasileiro.

A grande questão da luta sufragista na época era o debate sobre a ideia de vida pública para as mulheres. O modelo de mulher burguesa do século XIX havia sido amplamente esquadrihado pelo saber médico que instituiu o discurso de que à mulher cabia o cuidado do lar e dos filhos como peça fundamental para a manutenção da sociedade. Deste modo, ao se instituir o domínio da vida privada como o espaço idealmente feminino instituiu-se também a desgraça das mulheres da vida pública, mulheres em situação de vulnerabilidade social, aquelas a quem a vida pública significava a possibilidade de trabalho e sustento como no caso das mulheres pobres, mulheres negras, mulheres indígenas e as prostitutas. Para o pensamento da época, ser uma mulher pública significava ser como algumas dessas mulheres, entretanto, todas elas se resumiam na figura da prostituta. De acordo com Rago,

[...] esta identidade pautada por uma referência médico-policial foi instituída como parâmetro definidor da condição de normalidade e anormalidade da mulher. Esta construção conceitual permitiu a partilha de campos onde se

alojaram as “normais” e as “devassas”, as “ninfomaníacas”, as “perversas” em geral, e que acabou por definir seus modos de subjetivação e filantrópicas, leis e decisões regulamentares que seqüestram as sexualidades insubmissas e as codificam segundo sistemas classificatórios de pensamento criados no século XIX (RAGO, 1995, P.89).

E foi com base nesta construção da diferença entre a mulher pública e a mulher privada que se manteve toda uma resistência da sociedade brasileira em se apoiar a pauta do voto das mulheres até o ano de 1932. Karawejczyk, afirma que esta contestação sobre o papel da mulher na sociedade estava presente também no movimento de mulheres que disputavam uma noção de vida pública para as mulheres. A autora afirma que Leolinda Dalto era vista como uma defensora de uma vida pública que se chocava com os ideais da época, ela mesma era uma dessas mulheres indesejáveis da sociedade por ser uma mulher trabalhadora e uma ativista.

Dalto foi uma grande defensora da causa indígena, como professora ela lutava pelo direito à educação das populações mais discriminadas. Sua proposta de militância implicava na reivindicação de mudanças mais profundas na sociedade, deste modo, o feminismo de Dalto era muito criticado e comparado ao movimento mais intenso e violento do sufrágio inglês, os críticos de Dalto diziam que ela se assemelhava às *suffragettes*, algo considerado pejorativo para a época (KARAWEJCZYK, 2014). Em contrapartida, Bertha Lutz tinha um posicionamento que se distanciava da imagem associada à Dalto. Isso não significou que Lutz não tivesse incomodado os setores mais conservadores, mas o movimento de mulheres organizado por Lutz era formado por mulheres das classes mais favorecidas, elas eram mais instruídas e não reivindicavam por mudanças na estrutura social como Dalto e suas companheiras.

O movimento de mulheres comandado por Bertha Lutz priorizou o debate do voto feminino sem estabelecer uma quebra total do papel da mulher no âmbito privado. Lutz era o símbolo dessa mulher pública moderada, altamente instruída que poderia ter um trabalho e exercer o direito ao voto, sem, contudo, deixar de lado os cuidados com o lar e com os filhos. E foi este posicionamento de Lutz que se tornou a via possível para que o movimento de mulheres alcançasse um *lobby* mais efetivo na aprovação do direito ao voto em 1932 (KARAWEJCZYK, 2014). Mesmo com diferenças marcantes para o movimento, Lutz e Dalto contribuíram imensamente para o que se tornaria o feminismo ao longo do século XX, ambas foram centrais

para uma ressignificação da ideia de vida pública e militância para as mulheres no Brasil.

Durante primeira metade do século XX, os movimentos de mulheres alcançaram o direito ao voto em vários outros países. A partir da conquista da equiparação jurídica do voto entre homens e mulheres, o movimento feminista como um todo passou a investir nas demandas que não foram, ou não puderam ser incluídas no período do movimento sufragista. A autora norte-americana Dorothy Sue Cobble assinala que entre os anos 1930 e 1960, o movimento feminista não deixou de se articular e outras organizações como o movimento de mulheres negras e da classe trabalhadora passaram a ganhar mais força com os movimentos dos direitos civis e direitos do trabalho. De acordo com Cobble, “feminism and feminist activism did not diminish in the decades after suffrage: rather, from the 1930s to the 1960s, the struggle for the rights of low-income women of color surged forward as the labor and civil rights movements gained ground” (COBBLE, 2015, P. 5).

Os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos durante os anos 1950 e 1960 abarcou muitas das reivindicações das mulheres da classe trabalhadora e mulheres negras. Nesse período o feminismo norte-americano passou a se configurar de forma mais abrangente e organizado enquanto movimento social. No Brasil, à época, a ditadura militar havia se estabelecido como um governo hostil aos movimentos populares. Em uma análise abrangente, em vários países da sociedade ocidental, havia uma tensão crescente entre governos enrijecidos e arbitrários quanto às demandas das populações socialmente vulneráveis e os movimentos sociais da esquerda política.

Neste cenário de emergências contestatórias e do movimento de contracultura dos anos 1960, o movimento feminista ganhou proporções sem precedentes. Aliado ao movimento da nova esquerda, o movimento de Liberação Feminina passa a incluir em seus debates não apenas a defesa de direitos para a garantia de uma vida pública mais digna, mas também a defesa de que a vida privada, as experiências pessoais e particulares, são da ordem do político (COBBLE, 2015). Com essa premissa, surge para o movimento um interesse maior em se construir saberes a partir das experiências das mulheres, localizando os lugares, as tramas, os discursos e os apagamentos históricos que acabaram por cercear a presença e a legitimidade das mulheres no âmbito do político. Nesta perspectiva outra do movimento se caracterizou a chamada “segunda onda” do feminismo.

O feminismo da “segunda onda” foi inicialmente influenciado pelas teorias marxistas que entendiam a opressão feminina como uma condição produzida pela lógica capitalista na forma da exploração do trabalho de homens e mulheres. Para as teorias marxistas, as mulheres estariam sujeitas à exploração e só seriam livres de opressões na medida em que a noção de sociedade de classes fosse superada. De acordo com Margareth Rago essa aproximação das demandas do feminismo e dos partidos de esquerda se deu através de um desejo comum em se construir um novo sujeito livre da lógica do capitalismo e do mercado, visando uma formação política partidária que promovesse “formas libertárias de sociabilidade”. No entanto, essa proposta não deu conta de superar uma lógica arbitrária da organização militante que pretendia uma coesão encerrada para as multiplicidades das experiências dos sujeitos. Como afirma Rago,

[...] a dimensão disciplinar das práticas da militância nos grupos de esquerda acabou se sobrepondo às experiências e experimentações que possibilitariam a produção de subjetividades livres e de relações sociais pautadas pela ética e pelo respeito à diferença (RAGO, 2103, p.46).

Neste sentido, as teorias disponíveis não eram suficientes para se compreender como as experiências políticas das mulheres eram marcadas hierarquicamente mesmo nos movimentos libertários da esquerda. Através de grupos de conscientização as mulheres passaram a discutir assuntos que eram invisibilizados pela por outras alas do movimento de esquerda e que não encontravam espaço para o debate. A partir desta percepção, as feministas da “segunda onda” se empenharam a produzir formulações teóricas próprias dentro do movimento, levando seus questionamentos também para o âmbito universitário, propiciando o surgimento da pedagogia feminista e dos *estudos de mulheres*. Os grupos de conscientização dos anos 1960 parecem ser ainda hoje um momento importante de formulação e compartilhamento teórico na constituição dos coletivos e grupos feministas:

Todo mundo sentia aquele *feeling* de que: temos que ser feministas, mas quase nenhuma participante tinha uma formação teórica. Era só no *feeling*, sabe... eu me identifico [risos]. Mas espera aí, como é que eu explico para uma pessoa que o aborto tem que ser descriminalizado? Por isso que a gente criou o coletivo (Anita Malfatti).

## 2.1. O FEMINISMO UNIVERSITÁRIO NORTE-AMERICANO

A tarefa de expor um lugar, um percurso e as construções de ideias é assumir a escolha de um recorte que fala também de uma gama de indicadores que apontam posições de sujeitos em contrastes de privilégios e disputas políticas, isto é, indicadores que revelam as relações de poder.

Historicamente, as universidades foram constituídas como um espaço normativo voltado às populações da elite econômica e cultural e a definição de ciência se estabeleceu a partir de uma visão eurocêntrica, masculina, branca e heterossexual. Assim, a chegada do feminismo nas universidades representou, e representa ainda nos dias de hoje, o questionamento desses pressupostos científicos fixos e que apostam em pretensões de objetividade e universalidade das experiências humanas.

O início dessa militância na academia por mudanças de paradigmas criou a chamada pedagogia feminista<sup>18</sup>, que consistia em uma junção entre proposições ativistas na esfera da organização institucional e na produção de pesquisas que dessem conta de suprir a lacuna quanto às questões da mulher na sociedade. Essa iniciativa foi fundamental na abertura de espaço político e pedagógico e para a criação dos núcleos de estudos de gênero nas universidades do Brasil e de outros países.

### A pedagogia feminista

---

<sup>18</sup> Para discutir esse conceito utilizo as obras de Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. Nas obras dos autores ambos discutem sobre a pedagogia feminista, mas com recortes diferenciados. Tomaz Tadeu da Silva, em *Documentos de Identidades*, utiliza o termo em um recorte temporal específico, do surgimento da pedagogia feminista enquanto um movimento que se estabeleceu nas universidades, sem se aprofundar em suas repercussões nas instituições escolares. No entanto, Guacira Lopes Louro, em *Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós-estruturalista*, faz uso do termo sem discorrer amplamente quanto à época de surgimento desse movimento, mas enfatiza em sua obra, de forma extensa, os desdobramentos das teorizações que esse movimento produziu nas propostas pedagógicas escolares. Para ela é central discutir como as várias pedagogias feministas, e nesse caso, em multiplicidade, pretenderam promover conceitos que divergem de uma perspectiva feminista pós-estruturalista. Deste modo, nesse trabalho, opto por usar o termo pedagogia feminista, no singular, quando pretendo marcar o movimento historicamente, como na obra de Tomaz Tadeu da Silva. Posteriormente, quando apresento o termo para discutir educação escolar, utilizo o termo como ‘pedagogia feminista escolar’ [grifo meu], embora Guacira Lopes Louro utilize o termo apenas como pedagogia feminista, por vezes no plural, para se referir ao impacto deste movimento no campo da Educação de forma generalizada.

A discussão sobre uma pedagogia feminista, ao longo de sua construção enquanto campo teórico, esteve centralmente pautada na perspectiva relacional das categorias homem e mulher e sua produção de desigualdades quanto ao lugar do feminino<sup>19</sup> na sociedade e na academia. Tomaz Tadeu da Silva afirma que a história das discussões sobre gênero na educação se forma de modo independente e separada da ideia de pedagogia feminista nas universidades (SILVA, 2005, p. 96). De acordo com o autor, a ideia de uma pedagogia feminista nasce, inicialmente, com uma preocupação exclusiva com as posições de assimetrias de poder no ensino superior, sem que houvesse, inicialmente, alguma relação com os demais níveis da educação, ou uma reivindicação para o campo da Educação (SILVA, 2005).

As inquietações iniciais dessas feministas que começavam a ocupar espaço nas universidades giravam em torno da valorização da mulher e da produção de pesquisas que promovessem ideais feministas. Suas reivindicações colocavam em pauta o acesso de mulheres aos estudos, a contratação de professoras universitárias na mesma proporção que os professores homens, um currículo que incluísse valores feministas e a promoção do feminino frente ao privilégio masculino na educação superior (SILVA, 2005; GORDON, 2015).

Esse movimento foi pioneiro nas universidades norte-americanas em um contexto político que estava relacionado com uma crescente insatisfação das feministas dentro dos movimentos de esquerda. Embora existissem confluências em que mulheres e homens se viam unidos em causas semelhantes, o tensionamento quanto às formas desiguais da divisão do lugar de poder dentro dos movimentos sociais gerou rupturas entre participantes nas organizações políticas da esquerda. A autora Linda Gordon (2015) afirma que as militantes feministas entendiam que as teorias marxistas não eram capazes de explicar adequadamente as questões hierárquicas relacionadas ao gênero e à raça. De acordo com a autora “they believed feminists needed new analyses to understand how sexism worked” (GORDON, 2015, p. 89).

---

<sup>19</sup> Até meados dos anos 1970, ao invés de gênero usava-se o termo mulher, e temas relativos ao feminino eram restritos à figura da mulher cisgênera. O termo cisgênero é um conceito usado para descrever a relação que se estabelece à respeito do gênero, do sexo e da orientação sexual como estando em conformidade com a produção discursiva heterossexual em que, a partir de uma ideia de natureza e verdade do indivíduo, o sexo seria definidor de um gênero e de uma sexualidade.

Esse questionamento das posições de poder se refletiu também nas universidades, de forma que as alunas e professoras feministas passam a reivindicar um debate sobre o lugar do feminino no âmbito acadêmico<sup>20</sup>. Na medida em que as mais diversas vivências passavam pelo crivo de um olhar do lugar da mulher na academia, inicia-se o debate de como as experiências das mulheres nas produções literárias e de pesquisa se alocavam na perspectiva de um estudo de menor valor ou como tema exótico. Como parte do movimento da pedagogia feminista, surgem, então, grupos de mulheres feministas acadêmicas e militantes que passavam a se envolver em um projeto comum de formação de um corpo acadêmico do estudo sobre mulheres na perspectiva de outras mulheres, o que no Brasil será chamado de Estudos Feministas. O princípio fundante desses grupos de intelectuais era tornar a mulher um sujeito/objeto em suas formulações teóricas (LOURO, 2008).

Para discutir as questões das mulheres como um campo teórico, era preciso questionar também uma ideia dicotômica do lugar do feminino e do masculino nas produções discursivas. Era preciso criar outra linguagem, desestabilizar as noções de natureza e cultura, sentimento e razão, para explorar um caminho próprio que lançava mão dos saberes e experiências do que significava ser mulher na perspectiva das mulheres, e não a partir de uma leitura masculina e exterior a elas. Como afirma Margareth Rago (1998),

Entrando em num mundo masculino, possuído por outros, a mulher percebe que não detém a linguagem e luta por criar uma, ou ampliar a existente: aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à produção de novos significados na interpretação do mundo (RAGO, 1998, p. 11).

Deste modo, a pedagogia feminista passa a entender que um projeto de valorização das mulheres na academia consistia em inaugurar uma prática intelectual feminista, uma vez que as áreas do conhecimento das disciplinas existentes nas universidades não podiam dar conta de formas outras de interpretação do feminino.

---

<sup>20</sup> O documentário chamado *She's beautiful when she's angry* apresenta imagens reais em que algumas acadêmicas, nos pátios e em outros espaços públicos das universidades, queimam seus diplomas e seus livros, estes considerados cânones em suas áreas de estudos, como forma de protesto pela ausência de valorização das autoras femininas nos currículos dos cursos. Esse gesto representava um ato ainda mais subversivo, na medida em que, na aquela época, muitas dessas alunas faziam parte de uma primeira geração de mulheres a ingressar nas universidades e conquistar títulos acadêmicos.

## 2.2. O FEMINISMO BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA

A consolidação do movimento feminista nas universidades brasileiras se deu de forma mais tardia em relação às universidades europeias e norte-americanas. Desde as sufragistas na luta pelo direito ao voto as feministas brasileiras continuavam a existir em espaços múltiplos; no entanto, o que caracterizou o início de uma presença significativa das feministas brasileiras nas universidades foi o contexto político brasileiro. Neuma Aguiar assinala que em 1968, durante o governo militar que estava prestes a regular o Ato Institucional Número 5, houve a Reforma Universitária em que se decretou o fim dos sistemas de cátedra para fixar o sistema de departamentos, buscando-se a junção entre pesquisa e ensino. Com isso fomentou-se a criação dos núcleos de pesquisas de diversas áreas, incluindo núcleos que buscavam como tema as mulheres, sem que esses estudos sobre mulheres fossem, necessariamente, na perspectiva dos estudos feministas (AGUIAR, 1997).

Nos anos 1960, o trabalho de Heleieth Saffioti, com a obra *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, inaugurou no Brasil uma perspectiva transformadora dos estudos sobre a condição feminina. Entretanto, é nos anos de 1970, com a perspectiva de um feminismo global, que os grupos de estudos feministas começam a se instituir nas universidades brasileiras<sup>21</sup>.

Um dos modelos de implementação de um fazer feminista nas universidades brasileiras foi o norte-americano, uma vez que nos anos 1970 os centros de *estudos de mulheres* nos Estados Unidos já estavam difundidos em várias instituições. Além disso, outras organizações internacionais estavam investidas em um projeto feminista para o combate da ditadura no Brasil. Ao longo dos anos 1970 e 1980 os grupos feministas das universidades americanas passam a produzir pesquisas que irão se difundir amplamente por todo o mundo.

Nos Estados Unidos, principalmente a partir dos anos 1970, o impacto do movimento feminista fez surgir nas universidades americanas ações afirmativas através de programas de estudos – *women's studies* – e a criação dos chamados *women's centers*, além de programas e centros que estão presentes até os dias

---

<sup>21</sup> Costa e Sardenberg, 1994, afirmam que uma das primeiras iniciativas da promoção dos estudos feministas nas universidades brasileiras aconteceu em 1973 na Universidade Federal da Bahia (COSTA & SARDENBERG, 1994, p. 389).



atuais na imensa maioria das universidades americanas. Linda Gordon (2015) afirma que antes do ingresso dessa geração feminista dos anos 1970 nas universidades, apenas os cursos de antropologia e sociologia incluíam alguns estudos na perspectiva do gênero como parte de seus programas. Outras áreas de estudo – até mesmo a literatura, de um modo geral – tratavam do gênero como assunto de menor relevância. A escrita feminina, com raras exceções, era considerada um tema marginal.

A autora norte-americana bell hooks (2000) chama a atenção para o fato de que somente quando as feministas expuseram como os currículos nas universidades americanas não estavam isentos de parcialidade quanto à produção literária de mulheres, muito dos trabalhos que haviam sido esquecidos ou ignorados foram redescobertos. Com isso, os programas de *estudos de mulheres* passaram a ter um reconhecimento institucional. De acordo com hooks,

The formation of women's studies programs in colleges and universities provided institutional legitimation for academic focus on work by women. [...] Feminist movement gained momentum when it found its way into the academy. In classrooms all over the nation young minds were able to learn about feminist thinking, read the theory, and use it in their academic explorations (hooks, 2000, p. 20).

A partir dos anos 1980, com a expansão dos *women's studies* nas universidades norte-americanas, passam a integrar como parte das políticas afirmativas, relacionados aos estudos de gênero, os estudos sobre sexualidade e raça. Essa expansão do feminismo ao longo dos anos 1970 e 1980, nos Estados Unidos, também propiciou a troca de experiências e produções acadêmicas entre as feministas norte-americanas e as feministas de universidades de outras regiões do mundo, trazendo questões que ampliaram o debate sobre o que seriam as pautas feministas para além de uma visão colonialista do movimento (HENRY, 2015). Apesar de haver uma intenção de algumas feministas norte-americanas no sentido de acoplar interesses que não se resumissem apenas à sua realidade social, feministas de outros países foram fortemente influenciadas nas formas de condução do movimento e por essas produções teóricas.

Essa aculturação do movimento feminista não aconteceu sem críticas. Autoras feministas como bell hooks e, mais recentemente, Sônia Alvarez, discutem o feminismo em uma perspectiva que possa romper com o colonialismo ao mesmo tempo em que possa se fortalecer e dar um sentido outro à ideia de feminismo

global. Para Sônia Alvarez, as teorias que seguem fluxos viajantes guardam um potencial positivo no sentido de se tornarem interculturais, tendo em vista que o próprio movimento de tradução dos feminismos de outras regiões e povos nos permitiria traficar “teorias e práticas feministas”. No entanto, essa tradução corre “o risco de homogeneizar ‘culturas’ [grifo da autora] subalternas” (ALVAREZ, 2009). bell hooks aponta que o feminismo norte-americano da “segunda onda” imprimiu uma visão não apenas branca e heterossexual, mas também imperialista ao se colocar como modelo de mulheres livres frente aos modos de vida das mulheres do chamado “terceiro mundo” [grifo da autora], algo que para a autora se assemelha com a relação que foi estabelecida com as mulheres negras norte-americanas.

Acredito ser necessário fazermos críticas a uma ideia de feminismo global que entende as relações de trocas de experiência como uma empreitada feminista salvacionista. Um salvacionismo também guarda em si a ideia de identidade, ou até mesmo certa teleologia. Ao mesmo tempo, devemos nos perguntar até que ponto uma rejeição total ao que seria uma realidade estrangeira também não nos remeteria a esse mesmo lugar patriótico, uma forma supostamente tão única de vivenciarmos nossas práticas feministas que imputamos a nós mesmas características especiais e especialistas, fazendo com que as aproximações com outras realidades se tornem impossíveis. Concordo com bell hooks quando a autora afirma que uma perspectiva de feminismo global não deve passar pela formação de uma baliza de práticas feministas ideais, mas pelos questionamentos de como uma sociedade lida com as questões do controle dos corpos e como essas diferentes sociedades, através de um conceito de controle, estão conectadas entre si (hooks, 2000).

No caso das universidades brasileiras, a influência dos estudos de mulheres norte-americanos teve um grande impacto na criação dos núcleos de pesquisa feministas. A partir de um evento realizado no México pela ONU – Organização das Nações Unidas, em 1975, em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, foram reunidas, na cidade do Rio de Janeiro, mulheres de todo o Brasil para a criação de “grupos de estudos ou de reflexão e ação”. O tema do debate era *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira, em que* o Centro de Informações da ONU forneceu patrocínio para que essas reuniões fossem realizadas (PINTO, 2010). Esses trabalhos foram sistematizados nos padrões dos “grupos de conscientização surgidos nos Estados Unidos e na Europa, que se constituíram

como articulação básica do feminismo contemporâneo” (COSTA & SARDENBERG, 1994, p. 390). Segundo Albertina de Oliveira da Costa, um grande número de eventos, na mesma dinâmica, recebeu apoio financeiro da Fundação Ford, enquanto outros foram realizados com o apoio da Fundação Carlos Chagas. Apoios financeiros externos foram imprescindíveis para o debate feminista da época, pois desencadearam “processos que se revelaram cruciais para a afirmação do campo” (COSTA, 1994, p. 404).

Os grupos de consciência eram modelos organizativos de ações políticas que já eram utilizados nos grandes movimentos de esquerda, inclusive no início do movimento feminista, para a constituição de um sujeito tomado de consciência de sua realidade social. Como pontua Neuma Aguiar, no caso das feministas os grupos de consciência também tinham um caráter de tomada de consciência de que as experiências da vida privada se constituíam como políticas, e com isso estabelecer uma via de conexão entre as experiências que formavam um sujeito mulher (AGUIAR, 1997).

Um fator que também influenciou a introdução das pautas feministas nas universidades brasileiras, nesse período, foi a ampla articulação do movimento feminista na luta contra a ditadura, não apenas no espaço acadêmico, mas em outras esferas da sociedade brasileira. De acordo com a autora Cynthia Andersen Sarti, “embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política no país, desde o golpe militar de 1964” (SARTI, 2004, p. 36).

Com a perseguição de mulheres pela ditadura, várias delas estavam exiladas em outros países e tiveram contato com teorias feministas estrangeiras. Havia uma emergência para a articulação política contra a repressão uma vez que, segundo Céli Regina Jardim Pinto, “o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010, p. 17). Em outras palavras, o contexto político da ditadura militar imprimiu ao movimento feminista brasileiro características particulares<sup>22</sup>. As

---

<sup>22</sup> Grande parte das feministas desse período eram mulheres brancas das camadas médias, muitas delas marxistas, que tiveram acesso ao ensino superior e estavam engajadas em outros movimentos como a Teologia da Libertação. Essa relação com a Igreja Católica articulou o

questões políticas da época e uma convergência de fatores globais propiciou a troca de experiências entre o movimento feminista brasileiro e os movimentos norte-americanos e europeus, o que acabou por influenciar não apenas as ações da militância brasileira, mas também grande parte da produção acadêmica.

### **Teorizações feministas – a constituição de uma epistemologia**

Nos anos de 1980, os núcleos de estudos de mulheres nas universidades brasileiras irão se ampliar e lutar mais assiduamente por reconhecimento e legitimidade científica de uma epistemologia feminista. Ocorre também nesse período uma expansão da base disciplinar que tratava da categoria mulher como objeto de estudo, cada vez mais outras disciplinas assumem pesquisas em que o gênero se torna tema central. Deste modo, era preciso não apenas contar uma história sobre as mulheres, mas questionar, em uma perspectiva histórica, o que o termo mulher poderia significar para o debate feminista. A sociologia, a antropologia e a história foram disciplinas que tiveram um papel primordial neste movimento de discussão da temática, colocando em questionamento as produções teóricas tradicionais que estabeleciam visões acabadas sobre a categoria mulher. Como afirma Elsa Dorlin (2009): “Así, el saber feminista se vinculó com ‘contenidos históricos’ [grifo da autora], permitindo captar “la historicidad de la ‘diferencia sexual’ [grifo da autora], como las prerrogativas sociales y culturales que se desprenden de ello” (DORLIN, 2009, p.14).

Além das disciplinas que tradicionalmente faziam esse tipo de pesquisa nos anos 1980, áreas como o Direito, Saúde, Economia, Educação, Geografia, Artes e Comunicação passam a produzir pesquisas em suas áreas a partir de questionamentos quanto à mulher. Albertina de Oliveira Costa assinala que é nessa época, com a abertura de temas sobre a mulher, que o conceito de “primado do trabalho vai dando lugar a uma grande diversificação, abrangendo questões relativas ao corpo, à sexualidade, aos movimentos sociais, ao cotidiano e às mentalidades” (COSTA, 1994, p. 405).

A busca por esse reconhecimento científico configurou-se vinculadamente à adesão do termo gênero nas pesquisas com o intuito de se sobrepor ao termo

---

envolvimento das mulheres das camadas populares e as organizações de bairro, tornando-se um movimento “interclasses” (SARTI, 2004).

mulher. O problema com o termo mulher era que essa categoria produzia uma limitação conceitual na articulação com outras teorias, “a ênfase inicial na especificidade da experiência feminina empurrou a área para um relativo isolamento” (COSTA, 1994, p. 407). Deste modo, o termo gênero passa a configurar-se como termo que coloca a mulher e as experiências femininas em posição relacional nas experiências humanas.

A introdução do gênero nas teorizações feministas causou divergências entre as pesquisadoras. Grande parte dessas teorizações contrárias ao uso da categoria gênero pautava-se em uma visão binária do gênero e da diferença sexual <sup>23</sup>. Algumas delas alegavam que o termo invisibilizava as questões específicas das mulheres e que, com isso, as questões femininas e feministas perderiam espaço político, enquanto outras entendiam que gênero emprestava às produções acadêmicas uma característica de maior cientificidade. Além disso, com o uso do termo gênero era possível fazer com que os estudos feministas deixassem de ficar ‘guetizados’ [grifo meu], isolados em seu próprio campo científico (COSTA & SARDENBERG, 1994; SCOTT, 1995).

De acordo com Joan Scott, o uso do termo gênero para as pesquisas feministas dos anos 1980 funcionava como um “substituto para o termo mulheres”, ao mesmo tempo em que sugeria que “qualquer informação sobre mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, P.75). Deste modo, a própria categoria gênero não poderia ser pensada fora de uma posição relacional das construções, o que abriu caminhos para as discussões sobre as questões da masculinidade e contribuiu para os deslocamentos do termo mulher.

As teorizações como as de Joan Scott, uma autora pós-estruturalista, irão influenciar os estudos de gênero e sexualidade a partir do final dos anos 1980 e início os anos 1990, ao trazer o gênero para além da questão relacional e de assimetrias de poder. Scott evidenciará que o gênero não é apenas uma categoria a ser considerada no escopo de uma disciplina maior, pois o gênero é ele próprio um organizador das relações sociais. Segundo a autora “o gênero é uma forma primária

---

<sup>23</sup> Faço uma marcação histórica quanto a uma tendência das pesquisas de gênero da época. Contudo, é preciso ressaltar que nem todas as pesquisas da época seguiam da mesma forma, ou mesmo que o caráter binário do gênero e da diferença sexual sejam teorias superadas nas pesquisas. Essas teorias se mantêm presentes em algumas linhas do pensamento feminista até os dias atuais.

de dar significado às relações de poder... é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). É também neste período que os estudos de gênero pós-estruturalistas irão se estabelecer mais fortemente nos núcleos de pesquisas. Essas produções teóricas pós-estruturalistas passam a entender que a própria categoria mulher e a ideia de sujeito do feminismo devem ser colocadas sob perspectivas discursivas.

## **2.3. GÊNERO E EDUCAÇÃO**

### **Os estudos pós-estruturalistas e o gênero na Educação**

A repercussão dos estudos pós-estruturalistas, significativamente através das obras de Michel Foucault, irá representar uma virada epistemológica para as pesquisas sobre a sexualidade e o gênero. Do ponto de vista pós-estruturalista o objeto de pesquisa é contingente, está relacionado ao momento, sem estar ancorado em pressupostos de universalidade eterna ou à captura de uma verdade, de tal maneira que o que importa são os limites. Como afirma James Williams (2012), para as teorias pós-estruturalistas “não há um âmago conhecido que não pressuponha o limite. O limite vem primeiro, não o âmago” (WILLIAMS, 2012, P. 19).

Na perspectiva do pensamento de Michel Foucault, questionar o científico trata-se também de entender o jogo do discursivo e o não discursivo, compreender que o dizer sobre é fazê-lo. Neste sentido, a linguagem está entrelaçada à constituição do real. Foucault (2012) enfatiza que há um jogo discursivo que promove aquilo que deve ser tido como verdadeiro ou falso, e por isso o constitui como objeto para o pensamento, “seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política” (FOUCAULT, 2012, P. 236).

No campo dos estudos de gênero pós-estruturalistas, por compreender-se que há um caráter normativo e histórico na forma como se constitui a ideia do científico e não científico, tornou-se necessário construir caminhos de análise, objetividade e veracidade através de epistemologia própria. Uma epistemologia que se estabelece através do olhar que institui o gênero. Em outras palavras, as pesquisas pós-estruturalistas feministas vão questionar os elementos fundantes do gênero e como esses elementos se atrelam a um discurso que pretende falar de uma verdade do sujeito desestabilizando as produções de saberes a respeito da

relação sexo-corpo-gênero-sexualidade. Quanto às pesquisas pós-estruturalistas Louro (2007) afirma que

[...] a perspectiva pós-estruturalista não autoriza ninguém a utilizar conceitos, teorias ou procedimentos analíticos de modo descompromissado. Muito pelo contrário, exatamente por admitir o borramento entre as fronteiras disciplinares, por rejeitar narrativas totalizantes e finalistas, essa perspectiva exige que se historicize os conceitos e as teorias, que se leve em conta como esses são tomados por distintas vertentes em distintos contextos, que se busque com radicalidade os pontos nodais em que se assentam argumentos, que se problematize o inquestionável e o naturalizado (LOURO, 2007, p. 240).

Com os estudos pós-estruturalistas, alguns estudos feministas passam a formular teorizações que rompem com conceitos de universalidade e neutralidade. Essas pesquisas irão percorrer caminhos que se distanciarão de pesquisas feministas pautadas em uma dinâmica que aposta na lógica da diferença sexual e na construção dicotômica entre natureza e cultura. Para Louro (2008), essa vertente dos Estudos Feministas propõe operar com categorias analíticas instáveis acolhendo a crítica como parte de sua construção.

Algumas vertentes dos Estudos feministas fizeram críticas no sentido de que os estudos feministas pós-estruturalistas estariam promovendo uma desarticulação política do feminismo. No entanto, se a identidade, a categoria, a essência, a natureza, o sexo, não são questionáveis discursivamente dentro das relações de poder, como pode o feminismo produzir uma epistemologia que não opera dentro de construções de verdade historicamente androcêntricas? Como assinala Margareth Rago (1998), sobre a repercussão dos trabalhos de Michel Foucault,

É impossível deixar de pensar na reação que o livro a História da Sexualidade, de Foucault teve por parte dos historiadores ligados à História Social, por exemplo. De certo modo, não se pensava nas relações sexuais como dimensão constitutiva da vida em sociedade e como definidoras de nossa forma de operar conceitualmente. A sexualidade era identificada à força instintiva, biológica e, assim não merecia ser historicizada. Este era o lugar que tinha não apenas no marxismo, mas no imaginário ocidental (RAGO, 1998, p. 8).

Deste modo, as pesquisas feministas pós-estruturalistas ao invés de causar desarticulações entre mulheres e restringir o âmbito político do feminismo, elas o ampliam, na medida em que possibilitam que a própria categoria mulheres ganhe outras perspectivas de elaborações do político.

## **As contribuições dos estudos de gênero para pensar a Educação**

Com o crescimento das pesquisas sobre o gênero, os projetos de pedagogias feministas difundidos amplamente ganham espaço como possibilidade de modelo pedagógico nas escolas. Como afirma Louro (2008), as pedagogias feministas propunham um debate das relações hierárquicas – quanto às desigualdades entre homens e mulheres, meninos e meninas, na figura do professor e da professora, dos alunos e alunas – presentes nos padrões da sala de aula tradicional. Nessa perspectiva, para Louro (2008), as pedagogias feministas nas escolas acabavam sugerindo discussões que não fugiam de uma lógica pautada na disputa de poder, ao invés de uma desestabilização desse conceito, apostando em dualismos “clássicos” [grifo da autora] como: competição em oposição à cooperação; objetividade em oposição à subjetividade; ensino em oposição à aprendizagem; hierarquia em oposição à igualdade. Segundo a autora, um “dualismo em que o primeiro termo representa o modelo androcêntrico de educação e o segundo termo aponta para a concepção feminista” (LOURO, 2008, p. 113).

Penso que, de certa forma, essa concepção dualista e de lugar do poder nas pedagogias feministas escolares se configurou apenas como uma transposição conceitual das propostas curriculares e modelos pedagógicos dos aportes teóricos da Pedagogia Crítica<sup>24</sup>. Em outras palavras, essa pedagogia feminista entrava nas pautas escolares como um anexo da Pedagogia Crítica, e não como potência geradora dos debates. Nesse sentido, as pedagogias feministas escolares se afastam da intenção inicial da criação de uma pedagogia feminista, originalmente instituída nas universidades, de que os próprios conceitos ditos pedagógicos teriam que ser desestabilizados por um projeto feminista na educação.

Guacira Lopes Louro será umas das pioneiras a trazer duras críticas a esse modelo de pedagogia feminista nas escolas. A autora evidencia que, embora essa proposta escolar feminista ofereça formulações subversivas, esta não perturba uma

---

<sup>24</sup> A Pedagogia Crítica foi um movimento de construção de pensamentos que visava questionar os modelos educacionais pautados em relações hierárquicas. Esses pensamentos, e pensadores, eram fortemente influenciados pelas teorias marxistas. Um dos maiores teóricos da Pedagogia Crítica o filósofo e educador brasileiro Paulo Freire. Seus trabalhos tiveram grande repercussão no país e internacionalmente. Diversas teorias educacionais e modelos pedagógicos escolares buscaram inspiração em suas obras.



noção de um feminino desprovido de poder, em que é preciso que se ‘ceda’ algum poder ou que se ‘fortaleça’ a mulher que, por este prisma, está enfraquecida. Em uma perspectiva pós-estruturalista, a pedagogia feminista não poderia ter se formado enquanto um movimento de repercussão nos projetos pedagógicos das escolas se as mulheres feministas estiverem fora de uma possibilidade de poder. Como afirma Louro (2008),

Ora, a atividade de inúmeras professoras, em especial nos sindicatos, nas universidades e nos centros de pesquisa certamente não se coaduna com essa figura desprovida de poder, anódina, discreta e recatada. Muito pelo contrário. São múltiplas as situações que exigem dessas mulheres domínio de público, “exibição”; são inúmeras as situações em que elas se envolvem em disputas ou debates acirrados etc. Enfim, penso que podemos concordar que as mulheres feministas – professoras ou não – não teriam conseguido produzir as teorizações e as transformações práticas que produziram se estivessem ausentes dos jogos de poder (LOURO, 2008, p. 118).

Como autora pós-estruturalista, Louro coloca em xeque a proposta de uma pedagogia feminista que não considera os jogos de poder. E é na perspectiva das pesquisas pós-estruturalistas e foucaultianas que o campo da Educação no Brasil, a partir do início dos anos 1990, irá pensar a escola e os sistemas educacionais através das desestabilizações das noções do gênero, da sexualidade e das relações de poder.

Em 1993, surgem os primeiros trabalhos pós-estruturalistas na educação apresentados nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd (PARAÍSO, 2004). Contudo, são os trabalhos de Guacira Lopes Louro, a partir da segunda metade dos anos 1990, que contribuirão de forma fundamental para a área dos estudos de gênero na educação, notadamente com a obra *Gênero, sexualidade educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (LOURO 1997). Como assinala a autora Maria Rita de Assis César, a obra de Louro “marcou a constituição do campo dos estudos de gênero na educação brasileira e abriu fronteiras para diversas correntes de investigação” (CÉSAR, 2004). César (2012) chama a atenção para o fato de que as traduções de Guacira Lopes Louro quanto aos trabalhos pós-estruturalistas estrangeiros foram fundamentais para o campo dos estudos de gênero na educação no Brasil. Foram os trabalhos de Louro sobre o gênero e a sexualidade, no campo da educação, que contribuíram para a introdução de um questionamento pós-estruturalista no contexto brasileiro. Além dos estudos Foucaultianos e os *gay and lesbian studies*, foi o trabalho de

Louro que introduziu a teoria queer e as contribuições filosóficas de Judith Butler<sup>25</sup> para os estudos sobre corpo, gênero e sexualidade na educação. Neste sentido, a partir das contribuições de tais teorizações “os estudos de gênero na educação brasileira já nasceram pós-estruturalistas” (CÉSAR E SETTI, 2012). De acordo com César (2012), Louro

[...] apresentou aos estudos de gênero na educação um conjunto de interrogações sobre o sujeito universal, as grandes narrativas organizadoras dos saberes, sobre a constituição do campo das ciências humanas e sociais em geral e, sobretudo, questionamentos sobre a produção de saberes e poderes (CÉSAR E SETTI, 2012).

A partir dos trabalhos como os de Michel Foucault foi possível apostar em uma crítica da Educação que compreende os jogos de poder para além de uma lógica da relação opressor e oprimido. A escola não é uma instituição de mera inclusão ou exclusão de sujeitos, a escola e sua pedagogia é uma instância de produção de sujeitos, de corpos e sexualidades. Nesse sentido ao configurar-se como um locus de produção, a escola também produz os discursos normativos.

Sob o olhar das pesquisas pós-estruturalistas quanto ao gênero e à sexualidade, a pedagogia e a instituição escolar não mais são entendidas como instâncias últimas libertadoras do sujeito, mas sim como parte de uma série de mecanismos sociais que perpassam a constituição do real, que produzem o real, e, por isso mesmo, torna-se imprescindível localizar as discussões como currículo e projetos políticos pedagógicos no campo discursivo para que o espaço escolar seja um lugar de abertura política. Em uma crítica à escolarização da sexualidade, Maria Rita de Assis César (2014) afirma que,

Recusando as possibilidades majoritárias sobre as formas de escolarização da sexualidade, abre-se a perspectiva de produzir outros lugares. Além das implicações conhecidas, é importante ressaltar que a presença da sexualidade na escola pode também ser uma estratégia de ação política contra muitas coisas que ficaram estabelecidas pelo dispositivo da sexualidade [...] Desse modo, recusar os lugares definidos para os gêneros e as sexualidades, desde uma perspectiva masculina e heterossexual, significa também reconstruir os significados dos corpos, dos desejos e prazeres (CÉSAR, 2014, P. 26).

---

<sup>25</sup> As discussões sobre a teoria *queer* e o trabalho de Judith Butler foram ampliadas no terceiro capítulo.

### 3. FEMINISMO EM ONDAS SÔNICAS – A “TERCEIRA ONDA” DO FEMINISMO

Para este capítulo, proponho discutir as principais teorias produzidas no feminismo desde o início dos anos 1990. Ao discorrer sobre as marcações históricas e teóricas do movimento feminista da chamada “terceira onda”, insiro trechos das entrevistas realizadas com os coletivos e grupos feministas da Universidade Federal do Paraná. Os trechos que seleciono para esta parte do trabalho pretendem sinalizar, inicialmente, dois aspectos do movimento feminista que encontram similitudes nas falas das entrevistadas. Um aspecto diz respeito às continuidades e descontinuidades dos grupos enquanto organização fluida. Outro aspecto diz respeito à multiplicidade das pautas, das contingências nas formas de organização desses grupos.

Busco a partir deste ponto do trabalho estabelecer relações de reconhecimento quanto ao meu objeto de pesquisa em uma perspectiva das práticas feministas, de modos de fazer essa prática nos espaços onde esses grupos atuam. Ao entender que essas práticas dos coletivos e dos grupos feministas da universidade não estão desvinculadas das influências teóricas produzidas no movimento em tempos e lugares múltiplos, arrisco dizer que as ondas do feminismo não são ondas como as das águas, mas como ondas de som, de estampidos, sônicas.

Ao indagar sobre as ‘ondas’ do feminismo, a princípio me vinha à mente a imagem das ondas do mar, amplas, fluídas e potentes. No entanto, também me vinha junto com essa imagem uma cena emoldurada, imagem em movimento e ao mesmo tempo estática, de forma muito visível e de certa previsibilidade em seu acontecimento. Diferentemente das ondas das águas, penso que as ondas de som se aproximariam melhor de uma descrição análoga do movimento feminista, movimento de vozes, gritos e cantos plurais.

As ondas sonoras parecem representar vários aspectos do feminismo. O feminismo atual se assemelharia ainda, talvez, às ondas supersônicas em que os efeitos das ondas são inesperados, velozes, indômitos, como em um estrondo em que o impacto é sentido a quilômetros de distância, ondas que não podem ser controladas ou capturadas, e que se espalham em todas as direções.

Ao mesmo tempo, outras ondas perpassam esse feminismo, as ondas eletromagnéticas dos aparelhos celulares e da internet sem fio. O uso dos canais virtuais de comunicação tem sido uma ferramenta amplamente utilizada pelos diversos movimentos sociais e em especial pelo feminismo contemporâneo. Durante as entrevistas, as mídias sociais se apresentaram como a forma principal, por vezes única, de estabelecer canais de comunicação entre os grupos feministas universitários entrevistados. Essas mídias são utilizadas pelos grupos feministas da Universidade Federal do Paraná, meu campo de investigação, tanto para divulgações de atividades realizadas na comunidade acadêmica, como para discutir a gestão dos grupos, em que cada grupo se subdivide em muitos outros grupos virtuais para tratar de pautas ou atividades exclusivas, definindo subgrupos em constante remanejamento de participantes. Deste modo, os grupos virtuais feministas também se formam em caráter de multiplicidade.

### 3.1. OS MUITOS FEMINISMOS: QUEM É A DONA DO MEGAFONE?

O feminismo da “terceira onda” é a denominação de uma série de composições que se formaram durante o movimento feminista a partir dos anos 1990. A partir de um período de expansão do movimento nos anos 1980, o feminismo, assim como outros movimentos sociais e agências internacionais, adquirem formatos globalizados de atuação. Com isso, as pautas e as atuações políticas do movimento feminista passam a integrar diversas agendas institucionais com base nas práticas de *advocacy*<sup>26</sup>. No Brasil, relações bilaterais entre países passam a acomodar em suas organizações diversas iniciativas que visavam a promoção da igualdade de gênero entre homens e mulheres, maior acesso de mulheres no mercado de trabalho, no ensino superior e o cuidado com a saúde da mulher.

É também neste período dos anos 1980, após o período da ditadura militar, que no Brasil serão criados conselhos e departamentos de mulheres como parte de um projeto de redemocratização no país. No entanto, nem todas as feministas

---

<sup>26</sup> O *advocacy* é uma ação organizada por grupos que tem o intuito de advogar por causas sociais e por sujeitos invisibilizados politicamente (MAFRA, 2014). No dicionário Oxford o termo é definido da seguinte forma: “the giving of public support to an idea, a course of action or a belief” (OXFORD, 2005).

concordaram com as formas de integração do movimento nessa nova proposta de democracia. Outro aspecto desse período foi o surgimento das ONGs – Organizações Não-Governamentais – que aos poucos foram se tornando, no Brasil e no mundo, um paradigma dos modos de fazer um ativismo que pudesse se integrar com as agendas dos Estados.

Como em ondas sônicas, o feminismo globalizado e suas múltiplas vozes passavam a ser ouvidas em muitos lugares e de muitas formas. Isso não significou que essas ondas eram propagadas igualmente entre as diferentes vozes. Claramente as ideias feministas norte-americanas, assim como as ONGs norte-americanas, encontravam maior projeção. Portanto, algumas pautas interseccionais<sup>27</sup> do movimento norte-americano como o racismo e homossexualidade ganharam protagonismo nas discussões feministas a partir dos anos 1990.

A própria denominação “terceira onda” estava relacionada com esse conceito de interseccionalidade do movimento feminista. De acordo com Astrid Henry (2015), a terceira onda do feminismo foi assim chamada a partir de uma reação das feministas negras americanas do início dos anos 1990 em um caso de violência de gênero de grande projeção midiática nos Estados Unidos. Envolvidas nos debates da interseccionalidade entre gênero e raça, integrantes do movimento se sentiram representadas com o discurso da feminista negra Rebecca Walker em que ela se autodenominava uma feminista da “terceira onda”.

Em uma nota sobre o caso de Anita Hill versus Clarence Thomas, Rebecca Walker invocou que o feminismo dos anos 1960 não havia acabado ou se

---

<sup>27</sup> O conceito de interseccionalidade pode ser entendido de formas variadas de acordo com as diferentes vertentes do feminismo. Os grupos entrevistados também se diferem quanto ao conceito de interseccionalidade no feminismo. De maneira geral, a interseccionalidade no feminismo consiste em articular discussões sobre a violência de gênero que incluam outras formas de opressões geradas a partir do racismo, da homofobia, questões de etnia e classe social. Em outras palavras, os feminismos que se consideram interseccionais podem incluir, ou não, em seus debates tantas quantas formas de opressões forem consideradas pertinentes por um determinado grupo. No caso do feminismo radical da atualidade, observei entre as entrevistadas que alguns grupos feministas radicais se consideram interseccionais promovendo discussões sobre raça e classe social e permitindo a presença de homens em suas reuniões chegando a discutir masculinidades, sem, contudo, considerar a transexualidade como uma pauta interseccional do grupo ou até mesmo como uma pauta legítima para o movimento feminista como um todo. Em outros casos, nos grupos não radicais a transexualidade é uma pauta central do grupo desde que seja voltada para as mulheres transexuais e com alguma possibilidade de abertura para a discussão sobre a experiência de homens transexuais, mas a participação de homens cisgêneros, homossexuais ou heterossexuais, não é bem vinda.

esgotado em seus propósitos, e que, portanto, o movimento feminista dos anos 1990 não se tratava de um pós-feminismo e sim uma continuidade das lutas que se iniciaram com a geração feminista anterior, a “segunda onda” do feminismo. Por se tratar de uma nova geração de feministas que defendiam as pautas anteriores, e agora, com uma interface fortemente interseccional, Walker nomeou o movimento como “terceira onda”. Walker argumentou uma continuidade do feminismo em resposta à ideia de que o movimento feminista havia se dissolvido após conquistas políticas da geração anterior. Ao contrário disso o movimento feminista, em suas continuidades e descontinuidades, resistia.

Nesse período dos anos 1990, os estudos pós-estruturalistas a respeito do gênero e a transexualidade passam a ser configurados como parte das teorias feministas produzidas durante a chamada “terceira onda” do movimento. Questões interseccionais passam a tornar-se centrais nos debates feministas, como também é o caso de alguns coletivos que participaram desta pesquisa:

*Nós, inclusive, tivemos um debate de vertentes para apresentar que dentro do feminismo existem várias linhas, só que nosso grupo não se apresentava em nenhuma linha específica, até porque tinha gente que estava na organização e era radical, tinha gente que era interseccional, então a gente não podia definir o grupo como uma linha única. A gente queria trazer para debate o feminismo. Mas no sentido de acolhimento eu acho que ele [o coletivo] era ‘intersec’ [interseccional] por acolher as mais diferentes pautas e modos de ver o feminismo. A gente discutiu a questão da mulher negra, a mulher carcerária. Então, são coisas que a gente desenvolve dentro do ‘intersec’, mas não com esse nome (Carolina de Jesus).*

O foco interseccional do feminismo da “terceira onda” representa um momento em que a pauta da transexualidade ganha destaque a partir dos trabalhos de autoras pós-estruturalistas como Judith Butler. Considerada uma das autoras principais da *teoria queer*, as teorizações de Butler surgem em um período em que algumas autoras feministas da “terceira onda” do feminismo fazem um deslocamento do gênero, e por consequência das questões identitárias dentro dos movimentos sociais. Com a *teoria queer* as relações de correspondência entre sexo, corpo e desejo são desassociadas de uma cadência da ordem do natural. Antes, essas relações são desestabilizadas para dar lugar ao questionamento da própria ideia de naturalidade, ou o questionamento do âmbito do inteligível. A partir desse debate, do lugar do estranho e do ininteligível, torna-se possível evidenciar os mecanismos que atribuem aos corpos e às práticas sexuais o caráter de natural e de uma roupagem

de normalidade. A *teoria queer* coloca as questões interseccionais em uma perspectiva de rompimento com algumas teorizações feministas que entendem a categoria mulher apenas na condição de personagens variáveis como sujeito do feminismo. Como afirma Maria Rita de Assis César (2009), a teoria queer lança a discussão “não somente sobre a constituição dos sujeitos da sexualidade, como também sobre os próprios limites daquele modelo de construção de conhecimento e o quanto cada sujeito ou grupo suporta (des)conhecer” (CÉSAR, 2009, p. 49). Deste modo, a *teoria queer* passa a desestabilizar os mecanismos de conhecimento e reconhecimento do sujeito do feminismo, evidenciando que certos pressupostos feministas libertários tornam-se paradoxais ao dizerem quais sujeitos do feminismo podem ser legítimos e quais não podem se reconhecer dentro do movimento.

### **As teorizações de Judith Butler e o feminismo radical**

A chamada “terceira onda” do feminismo surgiu da necessidade de se colocar como centrais questões que não foram, ou que pouco foram, debatidas em grupos feministas anteriores. Esse feminismo dos anos 1990 e início de anos 2000 reivindicava que as feministas da chamada “segunda onda”, movimento que ganhou força principalmente nos anos 1960 nos Estados Unidos, deixaram de lado questões como raça, etnia, classe, gênero e orientação sexual. A acusação era a de que as feministas dos anos anteriores ainda entendiam o feminismo como um movimento pautado na reivindicação de um sujeito que se instituiu nos tempos das sufragistas britânicas do final do século XIX, uma ideia de sujeito que era representada na figura da mulher branca, ocidental, heterossexual e de classe média.

O fato de que autoras feministas fizeram uma marcação histórica entre as fases do feminismo não necessariamente significou que não havia em anos anteriores discussões relativas à raça e à sexualidade, bem como questões de classe social. Tais demandas por esses debates já existiam no feminismo negro americano e em outros grupos da segunda onda feminista dos anos 1960. A autora Astrid Henry sugere que os conflitos geracionais dentro do movimento produziram acusações às feministas da “segunda onda”, que foram um tanto negligentes, dada a multiplicidade de lutas e de pautas desse feminismo (HENRY, 2015).

De qualquer forma, o feminismo da chamada “terceira onda” inaugura um conjunto comum de pensamentos o qual não havia sido possível marcar

historicamente, ou de maneira mais evidente até o momento, em feminismos anteriores. Segundo Henry, o feminismo pós 1990 emergiu baseado em três princípios centrais: um feminismo plurivocal e que reconhece perspectivas múltiplas; um feminismo interseccional e que admite que a justiça de gênero está intrinsicamente ligada a outros movimentos de justiça social; um feminismo não dogmático e que pressupõe as complexidades e as contradições da experiência vivida (HENRY, 2015, p. 185). Neste sentido, observei que os coletivos e os grupos entrevistados sinalizaram a interação de suas integrantes com outros grupos políticos como coletivos, partidos políticos e organizações institucionais. Essas articulações ora promovem atritos entre participantes, ora ampliam a gama de pautas. Esse envolvimento com outros grupos políticos se articula com bastante intensidade nos dias atuais, diferentemente de períodos anteriores de início de formação desses grupos, quando os coletivos feministas participantes da pesquisa começaram a se formar na universidade, em 2012. Como afirma a entrevistada:

*Eu acho que antes, até por não estarem organizadas [formas de ação] era uma coisa mais tranquila, hoje essas questões políticas vem mais à tona. Eu vou defender o que, querendo ou não, o meu movimento para fora do coletivo também defende que é a minha forma de pensar. A pessoa que é da ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres – vai trazer a forma que eles utilizam dentro do movimento que dá certo e vai tentar colocar para debate. Hoje em dia, tem muito mais opções, e isso acaba tendo divergências porque daí não é uma pessoa que teve uma ideia boa e por não ter opção a gente vai naquela ideia boa... acho que não são nem divergências, mas correntes políticas que acabam trazendo outras demandas, inclusive (Cassandra Rios).*

É preciso salientar que o feminismo pós 1990 não traduziu um feminismo totalmente inédito, não significou a substituição ou a superação de ideias anteriores. As práticas feministas que buscaram respaldo político para a proteção dos direitos das mulheres, o combate à violência de gênero e valorização do feminino são questões caras ao movimento. Elas foram, e continuam sendo, pautas fundamentais nas ações feministas. Entre os grupos entrevistados, alguns passaram a desenvolver práticas centrais do movimento como o acolhimento de vítimas, ao mesmo tempo em que buscam atender demandas que se formam a partir das particularidades da experiência universitária. Como afirmam algumas entrevistadas:

*[Da possibilidade de violência em festas] Você chega como se fosse amiga da menina, chega conversando, perguntando se tem algum problema, tira ela de perto e, aí, pede para o segurança ficar de olho no*



*rapaz. A gente tenta fazer esse trabalho preventivo, para além do acolher depois (Leila Diniz).*

*Nós começamos a nos organizar a ponto de criar um coletivo tanto para apoiar essas meninas quanto para acolher as denúncias que a gente vem recebendo, porque a partir de então, a gente começou a receber denúncias para além daquelas que a gente tinha imaginado (Carolina de Jesus).*

*No primeiro momento, ele [o coletivo] tinha só esse caráter de criar um ambiente menos machista dentro do curso, dentro do trote, no bar...tentar criar um ambiente melhor para as meninas que já estavam entrando no curso. (Cassandra Rios).*

Uma vez que as diversas concepções e desdobramentos a respeito das lutas feministas coexistem, elas estão em constantes rearticulações, produzindo formulações dinâmicas para a pauta feminista. No feminismo da “terceira onda” as discussões quanto ao gênero e a sexualidade serão tensionadas – principalmente a partir das contribuições dos estudos pós-estruturalistas – as questões sobre o sujeito do feminismo, a ideia de identidade e do político. As teorizações de Judith Butler e de outras autoras como Joan Scott vão colocar em questionamento como as discussões sobre o gênero e a sexualidade estão para além de uma noção de sociedade patriarcal. O feminismo a partir das teorizações de Judith Butler irá discutir a respeito de uma plataforma escorregadia para alguns feminismos: a relação entre a transexualidade e sujeito do feminismo.

Quanto a isso chamo a atenção para a coexistência dos feminismos das vertentes interseccional e radical nos grupos e coletivos entrevistados. Nas falas de várias entrevistadas foi possível observar que a transexualidade é um dos elementos de divisão na organização dos grupos, seja quando da formação inicial do grupo, em que as participantes iniciam um novo grupo porque querem incluir a transexualidade como uma das pautas fundantes em sua organização, ou, a posteriori, quando o grupo já formado se divide por divergências quanto à aceitação da transexualidade como pauta. Neste caso, o coletivo ou grupo permanece interseccional e algumas participantes deixam de compô-lo, passando a buscar outros grupos que não incluam a transexualidade. De todo modo, ficou evidente nas entrevistas que os grupos procuram se posicionar quanto a essas questões:

*A gente teve uma menina trans<sup>28</sup> no Feministas de Curitiba<sup>29</sup> [coletivo do qual algumas integrantes haviam participado anteriormente]. A*

---

<sup>28</sup> Termo usado para se referir as pessoas travestis, transexuais e transgêneras.

*gente teve um racha por conta disso, porque a gente adicionou uma menina trans como organizadora...algumas meninas não aceitaram, inclusive gente da organização não aceitou que tivesse menina trans no grupo. Isso levou a uma divisão que quase acabou com o grupo (Carolina de Jesus).*

*Tem meninas que são da vertente radical dentro do coletivo, mas eu acho que, por exemplo, nunca será [do feminismo radical], acho que já está dado: nunca teremos um caso de transfobia dentro do coletivo...acho que nunca teve um caso específico em que algumas questões que a gente tem muita divergência trouxeram esse debate à tona...são mais casos emergentes, geralmente é relacionado a algum cara que foi machista, ou alguma menina que sofreu alguma coisa, dentro ou fora da universidade, e precisa de ajuda. (Cassandra Rios).*

*Um dos grandes preconceitos com o feminismo radical é a visão de gênero que o feminismo radical tem que é diferente bem diferente... não acredita na possibilidade de transexualidade...acredita que gênero é um padrão criado pela sociedade, não tem como você se identificar como mulher. O que é ser mulher? É usar batom e colocar silicone? Para mim não, para mim ser mulher é muito mais que isso (Rachel de Queiroz).*

Outro aspecto da fala de algumas entrevistadas foi o fato de algumas delas mencionarem vertentes do feminismo em relações de oposição, como é o caso da vertente *feminismo liberal*. Uma entrevistada entende o feminismo liberal em oposição ao feminismo popular em que as questões opositoras são as questões de classe social. Para a entrevistada a interseccionalidade também abarca as questões da participação de homens no movimento feminista como forma de articular as questões de classe. Como afirma a entrevistada, “*eu sou da vertente feminismo popular, eu me proponho a conversar com os caras*” (Cassandra Rios).

Outra entrevistada entende que o feminismo liberal está em oposição ao feminismo radical porque ao defender uma ideia de empoderamento feminino, o feminismo liberal estaria ao mesmo tempo defendendo uma hipersexualização da mulher. De acordo com a entrevistada, “*a Marcha das Vadias, por exemplo, é uma marcha totalmente liberal... até que ponto é legal a gente se intitular de vadia?*” (Rachel de Queiroz).

A partir do conceito de poder de Michel Foucault em *A História da Sexualidade volume I* (1988), sendo a sexualidade entendida como mecanismo discursivo dentro de relações de poder, abriu-se uma série de outras indagações entre as teóricas feministas de como o gênero também opera discursivamente, determinando em que medida vidas humanas podem ou não ser viáveis, e, portanto, dignas de agenciamento.

---

<sup>29</sup> Relato o nome do coletivo por não estar mais ativo. No capítulo 4 conto da formação desse coletivo a partir das conversas com algumas entrevistadas que eram participantes na época de sua atividade. De acordo com uma das entrevistadas o grupo se extinguiu por divergências entre integrantes que participavam de partidos políticos.

Se em Foucault podemos entender de que modo são produzidos os sujeitos da norma e os sujeitos perversos, através de uma produção de saberes a respeito do sujeito, podemos então, nas obras de Butler, compreender como um sistema de significação produz enunciados de uma suposta verdade a respeito da relação sexo-gênero-desejo. Em sua obra *Gender Trouble*, Butler, evidencia que o próprio sexo é uma construção em que este não precederia o gênero (1999). Quanto ao gênero, a autora afirma que este não é nem verdadeiro, nem falso, mas uma *performance* realizada na superfície do corpo repetidamente, de tal maneira que a repetição e reiteração de condutas generificadas acabam por produzir efeitos de realidade que invisibilizam as dissonâncias performativas. Em outras palavras, a performatividade do gênero necessita de uma reiteração constante para que o caráter instável dessas produções possa ganhar uma aparência de naturalidade, da ordem da 'natureza', do que há de mais íntimo sobre a 'verdade' do indivíduo. Deste modo, não há nada que dê estabilidade à relação sexo-gênero-desejo. Se não há nada de estável no gênero, como seria possível instituir um sujeito do feminismo cristalizado na figura da mulher? Que pressupostos poderiam garantir a instituição de um sujeito do feminismo?

Butler afirma que as "categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas, e como tal, excludentes" <sup>30</sup> (BUTLER, 1992, p. 15). No entanto, isso não significa que o termo mulher deva ser abolido das discussões feministas. Questionar as produções normativas não significa eliminá-las, mas criar aberturas de outras possibilidades de modificação e significação (BUTLER, 2004). De acordo com a autora:

[...] se o feminismo pressupõe que 'mulheres' designa a um campo de diferenças não designável, o termo mulheres não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, assim o próprio termo torna-se um lugar permanente de abertura e renúncia. (BUTLER, 1992, p. 16, grifo da autora). <sup>31</sup>

A autora chama a atenção para a necessidade de que o termo mulher/es seja uma categoria aberta em que até mesmo significados não antecipados pelo

---

<sup>30</sup> No texto original: "*Identity categories are never merely descriptive, but always normative, and as such, exclusionary*" (BUTLER, 1992, p. 15).

<sup>31</sup> No texto original: "... *If feminism presupposes that 'women' designates an undesignatable field of differences, one that cannot be totalize or summarized by a descriptive identity category, then the very term becomes a site of permanent openness and resignability*" (BUTLER, 1992, p. 16).

feminismo encontrem espaço. Nesse sentido, Joan Scott afirma que as categorias 'homem' e 'mulher' [grifo da autora] são vazias e ao mesmo tempo transbordantes. São categorias "vazias porque não têm (sic) nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas" (SCOTT, 1995, p. 93).

Butler (2004) faz uma crítica aos feminismos que, nesse sentido, assumem as discussões a respeito do gênero a partir de uma "doutrina da diferença sexual", rejeitando que a categoria mulher também é uma instancia de disputa política em favor das pessoas intersex e transgêneras. Quando a categoria mulher está atrelada a uma ideia de materialidade normativa do corpo e uma verdade sobre o sexo, portanto, imobilizada e selada para ressignificações, o que está em jogo é a agência do humano, a possibilidade de outras formas de realidade.

Para a autora a materialidade do corpo não deve ser negada, mas deve-se compreender que o corpo é vivido e experimentado dentro de uma relação com a norma, e que uma incorporação é impensável sem uma articulação social que está em relação com um conjunto de normas. Os corpos que contestam os ideais normativos do corpo são os que potencialmente evocam os questionamentos mais fundamentais sobre quem tem validade humana. Como assinala Butler "as vidas transgêneras tem um impacto potencial e real sobre a vida política em seu nível mais fundamental, ou seja, quem conta como um ser humano, e que normas regem a aparência de humanidade 'real' [grifo da autora]" <sup>32</sup> (BUTLER, 2004, p. 28).

Assim como as categorias gênero, sexo e raça, a ideia de humano também é construída e delimitada historicamente. Uma categoria é relacional, pode ser percebida como inteligível ou ininteligível, ela não é uma expressão de um 'eu' genuíno, ao contrário, uma categoria é, na verdade, uma "despossessão do eu". Butler não defende que exista um 'eu' puro, livre da norma, no entanto, para ela o 'eu' é sempre um movimento relacional, o 'eu' se constitui em relação ao outro.

A reivindicação identitária é um mecanismo que, se por um lado preserva o acesso a certas garantias políticas e jurídicas, por outro, encerra a possibilidade de uma vida legítima para todas as categorias de sujeitos que não podem estar

---

<sup>32</sup> No texto original: "*transgender lives have a potential and actual impact on political life at its most fundamental level, that is, who counts as a human, and what norms govern the appearance of 'real' humanness*" (BUTLER, 2004, p. 28).

representadas nesta reivindicação. Deste modo um feminismo de pressupostos identitários, mesmo que proponha pautas que significam lutas a favor de conquistas políticas, está na mesma medida impondo limites sobre quais sujeitos podem ser inscritos nessas lutas. Ademais, como afirmam César e Duarte (2014), o pressuposto identitário, que em grande medida se articula a partir de uma ideia de aliança com o Estado, tende a “reforçar o paradigma institucional disciplinar e normalizador, que opera de maneira a domesticar ou excluir o desconhecido” (CÉSAR E DUARTE, 2014, p. 411). Como afirmam os autores,

A reiteração de discursos e práticas políticos que assumem e pressupõem de maneira não crítica o sujeito, a identidade e o direito, considerando a cidadania a partir da articulação das noções de identidade e de sujeito de direitos, tende a encerrar os corpos, as práticas, os prazeres e os modos de vida no interior de processos de sujeição normalizadora de caráter disciplinar e biopolítico (CÉSAR E DUARTE, 2014, p. 411).

Deste modo, reivindicar uma identidade que representa uma privação da posse do ‘eu’ não constitui em uma desarticulação política, antes uma reivindicação do ‘eu’ ultrapassa o âmbito de si próprio (BUTLER, 2004). É nesse sentido que o feminismo, ao reivindicar um sujeito do feminismo, deve considerar em que medida há uma abertura para a que a categoria mulher proporcione questionamentos e possibilidades móveis para a agência de vidas humanas. As pautas feministas, ao longo dos tempos, coexistem, elas se dividem e se multiplicam, se somam em composição, às vezes se fundem ou se separam nas tantas lutas. Entretanto, a indagação mais pertinente é se conseguimos situar o discurso de cada pauta para compreender em que medida elas se rompem e produzem silenciamentos entre si. Porque o que está em jogo, no final das contas, não é a disputa de forças entre pautas, mas o quanto elas podem assumir a defesa da agência humana.

### **3.2. TENSÕES NO MOVIMENTO FEMINISTA: EFEITOS DO PÂNICO MORAL**

Durante as entrevistas realizadas para a pesquisa todas as porta-vozes dos grupos, neste caso mais especificamente nos coletivos, relataram que em algum momento da história da formação do grupo houve um evento de cisão entre integrantes feministas radicais e feministas não radicais. Alguns dos relatos ressaltam que há na atualidade um crescimento dos grupos radicais principalmente

entre as feministas mais jovens que excluem do aporte feminista qualquer debate que legitime a transexualidade como uma pauta do feminismo<sup>33</sup>, denominando a questão da transexualidade como uma pauta exclusivamente liberal.

O feminismo entendido como radical que se configura atualmente possui suas bases nas concepções produzidas pelo movimento feminista da “segunda onda”. Muitas das demandas do movimento feminista elaboradas nos anos 1960 continuaram ao longo da produção teórica feminista na arena de disputas sobre a ‘verdade’ da categoria mulher. Como foi pontuado anteriormente neste trabalho, a história do movimento feminista é alinhavada por rupturas e reformulações da ação política, deste modo, não se pressupõe um consenso universal como alicerce do movimento. No entanto, neste novo feminismo algumas características anacrônicas ao movimento parecem denunciar a eclosão daquilo que a autora Gayle Rubin descreve como “pânico moral” e que passa a surtir efeitos dentro do feminismo. O pânico moral se configura através de disputas sobre os valores sexuais e condutas eróticas de um grupo social e que surge de forma intensa e perigosa partir de uma desestabilização política em um determinado momento histórico. Segundo Rubin, estas disputas se tornam um meio “para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Consequentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande stress social” (RUBIN, 2012, P. 1).

Penso que o ressurgimento de um feminismo radical pautado na discussão da construção do gênero e do sexo ao mesmo tempo que ele defende a binaridade cis versus trans pode ser entendido como anacrônico ao feminismo radical em sua fase inicial. O feminismo radical dos anos 1960 foi um movimento que se constituiu a partir da ideia da diferença sexual como produtora da desigualdade entre homens e mulheres, em um contexto em que as discussões sobre transexualidade não encontravam espaços viáveis dentro do movimento do mesmo modo como são os

---

<sup>33</sup> Durante o meu contato com as participantes das entrevistas, passei a acompanhar algumas das páginas de *facebook* dos coletivos. Me chamou a atenção um *post* compartilhado em uma das páginas em que a autoria do texto vinha de um coletivo de mulheres jovens paulistas que se denominavam da vertente do feminismo uterista, ou seja, somente para pessoas que possuem útero. Essa autodenominação como feminista radical pode tanto indicar uma exclusão de pessoas que não possuem útero ou vagina, como pode também dizer a respeito das práticas sexuais das participantes. Em alguns desses grupos é permitida a participação apenas de mulheres cisgêneras e lésbicas, excluindo mulheres cis bissexuais e heterossexuais.

espaços de debates atuais interseccionais, a partir da teoria *queer*, sobre gênero e sexualidade.

Mesmo com ampliações significativas dos debates produzidos pelo movimento como um todo, paira sobre as conquistas feministas, a meu ver, um ranço perigoso do pensamento binário falocêntrico, tão refutado pelas feministas radicais. Esse novo pensamento radical não consegue problematizar a categoria mulher sem acionar uma lógica predatória e de guetização do feminismo, em que cada lócus de êxito do movimento pode tornar-se um espaço hostil e violento. Em outras palavras, em nome do não silenciamento de determinadas pautas impõe-se de forma brutal o silenciamento de outras.

Em uma perspectiva histórica, o feminismo chamado radical dos anos 1960 se configurou como uma modalidade da militância feminista que contestou paradigmas marxistas na mesma medida em que rejeitou o plano liberal de enfrentamento das opressões contras as mulheres. Na visão das feministas radicais da época, mesmo que houvesse um alinhamento do pensamento feminista com alguns dos ideais dos movimentos de esquerda os referenciais marxistas não eram suficientes para romper com alguns dos sistemas de dominação formulados pelas feministas radicais como: o patriarcado, a heterossexualidade compulsória e os princípios teóricos androcêntrico das ciências humanas. Por outro lado, havia um embate entre as feministas radicais e as feministas designadas liberais que não estavam engajadas pelo fim do capitalismo, antes estas feministas lutavam para serem incluídas no sistema liberal reivindicando direitos aos postos de trabalho<sup>34</sup> e à vida social que até então eram considerados exclusivamente masculinos. Deste modo, o feminismo radical da “segunda onda” se constituiu a partir da necessidade de se aprofundar a problemática da categoria mulher na perspectiva das discussões daquele momento, em que nem o plano liberal nem o marxista abarcavam esta proposta. Quanto à especificidade deste feminismo radical Alicia Puleo afirma que,

---

<sup>34</sup> É preciso ressaltar que as demandas relativas ao mundo do trabalho em muito se diferenciavam entre mulheres negras e mulheres da periferia, e mulheres brancas e da classe média. As mulheres negras e mulheres da periferia já estavam, em grade parte, inseridas no mercado de trabalho como mão-de-obra barata e explorada, suas reivindicações eram voltadas para a melhoria das condições de trabalho e o combate ao racismo. Para as mulheres brancas e de classe média a conquista de um espaço no mercado de trabalho tinha o significado de liberdade de escolha, já que muitas delas eram estimuladas a serem mães e donas de casa.

El feminismo radical se diferencia del feminismo liberal reformista que sólo (para o escándalo de muchos, sin embargo, em aquel momento) pedía la integración de las mujeres em el mundo capitalista de trabajo asalariado y de la cultura. También se distingue de una izquierda patriarcal que no reconocía la legitimidade de las reivindicaciones de las mujeres e cebarra los ojos ante el poder masculino ilegítimo existente dentro de los mismos movimientos revolucionarios (PULEO, 2005, P. 20).

Na conjuntura da sociedade dos anos 1960 o movimento feminista radical entendia que era preciso desenvolver um senso de valorização das experiências femininas uma vez que imposições culturais sobre a categoria mulher limitavam uma possibilidade epistemológica outra, era preciso discutir a vida privada e as formas de violência contra as mulheres. Deste modo, tudo o que era particular à experiência da mulher cisgênera<sup>35</sup> tornou-se relevante como produção teórica e como forma de resistência. E foi a partir da percepção de que mesmo que mulheres estivessem lutando lado a lado com homens, militantes da esquerda política por um ideal de uma sociedade mais justa, mas ainda assim, as mulheres estariam em posição de subordinação nesta luta que surge, então, o feminismo radical com a *radicalidade* de se compreender e combater a lógica da dominação e da produção das formas de opressão. Segundo Alicia Puleo,

El separatismo de Las feministas radicales surge, pues, de uma de las muchas experiencias históricas de decepción com respecto a causas políticas emancipatórias que han negado el reconocimiento y la recipricidad a las mujeres.

Esta nueva forma de feminismo se define como *radical* [grifo da autora], porque segundo la etimología de este término, se propone buscar la raíz de la dominación (PULEO, 2005, p. 20).

Entretanto, este movimento de intenção genuinamente libertária e que contribuiu de forma central nas reflexões sobre o corpo e a sexualidade produziu um efeito ‘reverso’: a limitação da categoria mulher, tornando-a identitarizada, genitalizada e excludente. E é por esta razão que algumas teóricas feministas passam posteriormente a questionar as concepções formuladas pelo feminismo radical, pois compreenderam que a defesa da categoria mulher poderia tornar-se o oposto do que se buscou a princípio: o fim de todos os tipos de opressão humana.

---

<sup>35</sup> Utilizo o termo para fazer uma marcação política no texto, embora os termos transgeneridade e cisgeneridade ainda não fizessem parte das discussões feministas até o início do movimento da “terceira onda” do feminismo.



Não quero afirmar aqui que o posicionamento das jovens feministas radicais está pautado na falta de conhecimento do que representou historicamente o feminismo radical da “segunda onda” ou do que significa afirma-se como uma feminista radical, como se o pressuposto da ignorância fosse esse ‘guarda-chuva’ para dar conta de explicar tudo o que complexifica a experiência divergente, e nem pretendo acionar a ideia de que elas são simplisticamente descompromissadas com as lutas de outras minorias políticas. Ao contrário disso, prefiro lançar uma hipótese que poderia, em partes, sinalizar as relações deste movimento emergente. Deste modo, exponho um trecho mais amplo da entrevista realizada com uma das participantes<sup>36</sup> da pesquisa que se autoidentifica como feminista radical e que faz parte de um coletivo que se formou a partir da vertente do feminismo interseccional e liberal. De acordo com as suas afirmações, agora, com mudanças na formação do grupo, todas as líderes desse coletivo passaram se autodefinirem como feministas radicais.

A concepção de liberalismo para o ‘novo feminismo radical’<sup>37</sup> na visão da participante desta pesquisa abarca algumas das críticas formuladas pelo movimento inicial do feminismo radical como, por exemplo, a lógica do consumo para a manutenção do lugar de opressão da mulher e da exploração da mão de obra feminina. Entretanto, para a entrevistada uma das coisas que especificamente marca a separação entre o feminismo radical e outros feminismos é a questão da transexualidade, ao ponto de que a transexualidade acaba por tornar-se o próprio sinônimo de feminismo liberal e não uma das pautas interseccionais do movimento. Pergunto à entrevistada se ela considera as questões de classe, raça e masculinidade<sup>38</sup> como interseccionais, ela afirma que sim. Então questiono se as

---

<sup>36</sup> O nome fictício da entrevistada não foi indicado nesta parte do trabalho. Assim como foi explanado no capítulo primeiro, a proposta deste estudo é promover uma discussão teórica que favoreça o debate feminista, para isso optei por problematizar os trechos de conversa com a entrevistada nomeando-a apenas como a entrevistada ou a participante feminista radical.

<sup>37</sup> O emprego do termo ‘novo’ associado ao feminismo radical é uma indicação minha, pois considero que o feminismo radical pós anos 1960 tomou formas diferenciadas da proposta inicial e tem sido, como indica esta pesquisa, reformulado por uma população feminista jovem do século XXI. Supõe-se que para a entrevistada o feminismo radical que ela descreve não apresenta rupturas e é o mesmo que se configurou no início da “segunda onda” do feminismo.

<sup>38</sup> A compreensão de masculinidade, neste caso, para a entrevistada, trata-se de pensar em ações políticas que aproximem os homens cis, heterossexuais ou homossexuais, das discussões feministas desde que eles não se tornem protagonistas no movimento. Deste modo, o termo entendido pela entrevistada não faz alusão aos Estudos da Masculinidade dentro das teorias feministas, algo que intentei sugerir durante a conversa. Para a entrevistada, homens cis não podem ser feministas, mas devem estar familiarizados com a discussão. Ela entende isso como uma

questões da transexualidade são consideradas interseccionais na opinião dela. Ela responde afirmando que para outras feministas essas são questões interseccionais, mas que para ela não mais porque agora ela se tornou uma feminista radical. Apresento algumas partes da entrevista em forma de cenas para pontuar quais são os temas que estariam promovendo uma esfera de vulnerabilidade para uma política de coalisão feminista. Após a apresentação dos trechos de entrevista, busco problematizar algumas das falas da entrevistada a partir da hipótese de pânico moral como um catalizador da guetização que vem se intensificando no movimento.

### **CENA 1 – Questionamentos sobre as vertentes do feminismo e a transexualidade**

Pergunto à entrevistada: por que ela, ao se considerar uma feminista interseccional para as questões de raça e classe social, não poderia entender a transexualidade como uma das pautas interseccionais do movimento feminista? Quanto a isso a entrevistada responde que:

*Não mais, porque agora eu me identifico mais com o feminismo radical. Na nossa organização a gente não tem mais feminista liberal, mas é uma questão de evolução dentro da teoria mesmo...é passar a ler Simone de Beauvoir com outros olhos ...porque a teoria queer leu 'você não nasce mulher, torna-se mulher' como uma coisa, tipo, 'ah, então posso virar mulher'. A teoria radical lê que o que determina você ser uma mulher não é você ter uma vagina, você ter peito... é a socialização que você sofre e que aí você vira mulher. Por isso, uma transexual nunca vai ser uma mulher, nunca vai saber o que é ser uma mulher cis...você é tornada mulher a força pela sociedade. Como eu era feminista liberal, eu estava bem próxima da questão da transexualidade.*

*Eu acredito que as pautas transexuais e as pautas feministas tem que ser separadas. Porque as pautas transexuais estão entrando no feminismo e estão silenciando as mulheres mais uma vez. Eu fui na (sic) UNE<sup>39</sup> no ano passado, naquele evento da EME<sup>40</sup>, e tinha uma transexual na banca sobre LBTS que disse que não queria que a gente falasse sobre menstruação, porque ela se sentia acuada e porque ela não tem uma vagina. Era um homem silenciando outras mulheres...desculpe [irônico], meu feminismo radical lê assim! Como eu não posso falar sobre menstruação? Fui ensinada a vida inteira que menstruar é ruim. Quando eu estou do lado das minhas irmãs [outras mulheres cis] falando sobre um fenômeno da natureza, que é uma coisa natural, você vai dizer que eu não posso?*

---

interseccionalidade necessária, como algo temporário até que se atinja um ideal, ou nível de consciência esclarecida.

<sup>39</sup> UNE – União Nacional de Estudantes.

<sup>40</sup> EME – Encontro de Mulheres estudantes.

*Essa questão da transexualidade é o que mais o Feminismo Radical é apontado como vilão, por isso eu trouxe essa questão:*

*‘– Ah não, não acredito que você é feminista radical, você é TERF<sup>41</sup>... enfim, que você exclui transexual’. E não é. Eu acho que [a categoria mulher] deveria ser extinta, por isso que eu não acredito em transexualidade porque eu acho que a transexualidade só reproduz o que é ser mulher, ela só reproduz um padrão. O gênero não deveria existir. Quando a gente cuidar do ‘entre homens e mulheres’, gênero vai ser uma questão puramente biológica.*

A partir dessa afirmação de que “o gênero não deveria existir” e de que é preciso “cuidar”, ou focar, em como se dá a relação das categorias homem e mulher, que eu pergunto: - Você acha que as pessoas não binárias entrariam nessa ideia de extinção do gênero?

*O gênero para mim... eu vejo... está na moda agora os não binários, que são homens que não sabem se são homem ou mulher, mas quando é confortável para ele, ele é homem, quando ele vai andar na rua de noite ele é homem, mas quando ele vai para a balada ele é mulher.*

*Acho que depende muito, aí, é uma discussão pessoal, porque eu conheço não binários que se aproveitam da não binariedade para ficar com mulheres. Na teoria os não binários seriam o que seria bom, mas na prática a mulher não binária não é reconhecida, porque é tida como: - nossa olha aquela menina peluda!*

Percebo que nas falas da entrevistada suas opiniões negativas quanto à transexualidade são relativas apenas à figura da mulher trans, e nunca referentes à figura do homem trans. Deste modo, questiono a entrevistada: - Nesse feminismo que você defende, teria espaço para o homem com vagina?

*O que tem, na verdade, é mais um apoio a essas irmãs, para mostrar que você não precisa virar homem, você pode continuar sendo mulher e não precisa seguir padrões de feminilidade. Se uma lésbica vira transexual o feminismo radical tenta apoiar ela [homem trans] para dizer que você não precisa virar homem para quebrar padrão de gênero... porque você é uma mulher, você foi criada como uma mulher, você sofreu o que nós sofremos. E o feminismo radical em relação à transição é uma pauta muito polêmica, até porque, eu acredito que querer todo mundo pode, mas o que elas querem dizer é que você não precisa passar por tanta agressividade para mudar o seu corpo. Fazer uma cirurgia de retirada de mama é uma coisa muito séria, fazer uma transição do pênis para uma falsa vagina é muito dolorido... não precisa ficar tomando hormônio... vamos trabalhar o gênero de uma forma fluída. Hoje, o movimento transexual só reproduz a feminilidade que é invasiva para a gente que é a pressão estética. Eu acredito que um dia... eu espero que um dia as transexuais possam ser livres.*

---

<sup>41</sup> O termo é uma abreviação da expressão inglesa *Trans-Exclusionary Radical Feminist*.

## CENA 2 – Questionamentos sobre a (in)visibilidade social das identidades marginais

Questiono a entrevistada sobre a noção de privilégio cis no que diz respeito ao acesso de direitos e quanto a recursos do Estado como educação e saúde. Pergunto a ela se não seria importante discutir a transexualidade na perspectiva do privilégio cis em seu coletivo e se a falta dessa discussão não seria perigosa para o feminismo radical, já que a entrevistada afirmou que espera que “*um dia as transexuais possam ser livres*”:

*Em relação ao mercado de trabalho, a gente tem um privilégio com relação a elas... é que eu acho que o grande problema é que feministas radicais e transexuais decidiram que são inimigas, e não, a gente tem que lembrar que quem é o nosso inimigo é o homem cis, é o inimigo final. Que a gente é mais privilegiada porque encontra mais trabalho, é verdade, só que a gente ainda está abaixo dos homens que ganham mais que a gente... tem um privilégio sim, em relação a trans, mas não existe o privilégio cis igual ao privilégio do homem na sociedade patriarcal. É falsa simetria se eu disser que eu tenho o mesmo privilégio em relação a elas como os homens tem em relação a mim.*

Também indago sobre como o coletivo da participante entende a prostituição e a liberdade das práticas sexuais:

*Então, a prostituição ... pode ser que tenha alguma prostituta que goste. O feminismo liberal acredita em mulheres individuais e trabalha com essas pautas individuais. O feminismo radical é um pouco mais marxista e trabalha com grupos, então, a prostituição não pode ser positiva porque é um grupo degradante.*

*[...] você virou material de punheta quando você sai em uma revista como a Trip ... porque parece muito legal e libertador, mas você só está disfarçando, está passando maquiagem no machismo. Dentro do nosso coletivo essas opiniões coexistem, mas eu, por exemplo, me tornei feminista radical depois de entrar no coletivo porque eu me obriguei a ler as teorias, e antes, eu só vivia o feminismo. Ai, eu comecei a estudar o feminismo e descobri que me identificava com o feminismo radical, e que o feminismo Liberal não supre mais as minhas necessidades, as minhas crenças*

## Análise das cenas

Seja qual for a posição feminista sobre a sexualidade – direita, esquerda ou centro – que eventualmente alcance dominância, a existência de tal rica discussão será sempre evidência de que o movimento feminista sempre será uma fonte de pensamentos interessantes sobre o sexo. Ainda assim

quero desfiar a assunção de que o feminismo é ou deveria ser o lugar da teoria da sexualidade. O feminismo é a teoria da opressão de gênero. Assumir automaticamente que isso faz com que seja o lugar da teoria da opressão sexual é falhar na distinção entre gênero por um lado<sup>42</sup>, e o desejo erótico, por outro (RUBIN, 2012, P.41).

As produções feministas sobre o sexo e sobre o gênero, sejam elas de diferentes correntes, estiveram sempre preocupadas em viabilizar caminhos de discussões que pudessem dar conta não apenas de explicar como se operam as violências de gênero mas como também encontrar formas de combatê-las. A autora Gayle Rubin, no entanto, assinala a dificuldade que algumas vertentes feministas tem em dialogar com o gênero, o sexo e as práticas sexuais de forma a não reiterá-los dentro de uma norma a qual essas mesmas vertentes rejeitam. O pensamento feminista expressado pela entrevistada desta pesquisa se afasta em grande medida de um alinhamento com feminismo radical dos anos 1960. A entrevistada procura indicar através de algumas afirmações que seu posicionamento dentro do pensamento feminista se apoia nos trabalhos de Simone de Beauvoir e na teoria marxista. No entanto, como mencionado anteriormente neste item, embora o feminismo radical tenha bebido das fontes teóricas marxistas foi o próprio rompimento com o movimento de esquerda marxista que originou o chamado feminismo radical. Isso não significou um afastamento definitivo com as teorias marxistas, mas sim um potente engajamento em questionar essas teorias a fim de produzir uma reformulação centralmente feminista.

Outro ponto a ser observado é que ao mesmo tempo em que a entrevistada propõe uma fluidez e libertação do gênero, por ser este uma construção social - ou seja, uma categoria móvel e, portanto, não essencializadora – ela entende que há algo de genuíno, fixo e estável nesta categoria ao negar que esta categoria possa ser associada às mulheres trans, uma vez que somente mulheres cis saberiam o que é ser uma mulher cis. Tomando assim, a mulher cis como o referencial particular para a categoria mulher. Deste modo, para ela, a estabilidade da categoria mulher estaria vinculada à experiência cisgênera. Ora, se o gênero é uma construção social a ter sua existência supostamente aniquilada pelo feminismo radical, por ser o gênero a fonte da opressão de mulheres, como poderia a categoria mulher estar, ao

---

<sup>42</sup> Na versão original: “on the one hand, and erotic desire, on the other” (RUBIN, 1992). Na versão traduzida para o português utilizada na citação a frase aparece como: “entre gênero por outro lado, e o desejo erótico, por outro” (RUBIN, 2012).

mesmo tempo, sendo combatida e preservada pela redoma da experiência? Não estaria a experiência dentro do escopo da construção social? Como poderia ser a experiência o juízo de valor que autoriza certos corpos a acionarem um gênero e outros não? A partir de quais parâmetros poderíamos mensurar ou julgar qualquer experiência senão através de um modelo pré-estabelecido? Desta maneira, seria incoerente rejeitar o gênero, decretar o seu fim, se ao mesmo tempo ele tivesse que se fazer necessário para balizar quem poderia estar dentro ou fora de uma determinada experiência supostamente definida por ele.

Em um dos trechos a entrevistada sugere que: *“a teoria queer leu ‘você não nasce mulher, torna-se mulher’ como uma coisa, tipo, ‘ah, então posso virar mulher’, e em outro trecho: ‘descobri que me identificava com o feminismo radical, e que o feminismo Liberal não supre mais as minhas necessidades, as minhas crenças”*.

Estes trechos, como tantos outros, indicam que há neste tipo de afirmação uma disputa de retórica que ‘acusa’ a teoria *queer*, ou as teorias feministas pós-estruturalistas, de tratar do gênero de forma leviana e que, assim, se estaria incitando o gênero a fazer parte de uma ‘algazarra’ das identidades em que qualquer pessoa poderia ‘libertinamente’, e não livremente, se identificar com o gênero que desejasse. Deste modo, para a entrevistada, seria preciso retomar uma certa ordem, e pudor, das coisas do gênero. Nesta perspectiva, seria preciso promover uma volta às origens do feminismo? Mas de qual feminismo? O feminismo ao qual ela se refere não seria aquele movimento libertário para o fim das opressões? A entrevistada deixa claro que sua decepção com o que ela chama de feminismo ‘liberal’, o feminismo interseccional pós-estruturalista, tem a ver com o fato de que esta proposta de pensamento “não supre mais” suas “necessidades” e “crenças”.

Após um período relativamente longo de um governo de esquerda no Brasil, diversos programas de políticas públicas foram desenvolvidos para a discussão sobre a violência contra mulheres e a população LGBT. Desde o ano de 2003 o feminismo cresceu vertiginosamente principalmente nos movimentos estudantis e tem protagonizado, desde então, diversas ações contra a instalação de uma nova onda conservadora brasileira. No entanto, é interessante notar que o discurso da entrevistada, do qual segundo ela suas companheiras de organização no coletivo também compartilham, encontra apoio na agenda conservadora em grande medida, e é formulado em um momento em que no país há atualmente uma série de

retrocessos políticos em andamento através da retomada de propostas excludentes para certas minorias políticas, notadamente para as mulheres e a população LGBT.

No Brasil, desde a posse do segundo mandato da primeira mulher eleita como presidente no país, Dilma Vana Rousseff, houve um grande esforço dos grupos de oposição ao seu governo em provocar uma instabilidade econômica e desmobilizar sua gestão, a fim de instituir uma agenda política de bases conservadoras e religiosas. Esta articulação foi complexa, envolveu diversos setores da sociedade e provocou uma repulsa em grande parte da população quanto ao seu partido, sua plataforma de governo e seu gênero, culminando em sua saída do posto de presidente através de *impeachment* sem que houvesse respaldo legal consensual que sustentasse esta ação. Automaticamente, houve uma euforia de setores conservador, que agora saíam fortalecidos com a derrota do governo anterior, e que lançava uma proposta de gestão voltada aos valores da família brasileira, assim, as disputadas sobre a sexualidade se tornaram questões altamente visadas.

Nos últimos dois anos, várias propostas de lei vem sendo formuladas por vereadores e deputados do país com o intuito de se limitar as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, as chamadas leis contra a ‘ideologia de gênero’<sup>43</sup>. Há uma tentativa de reformulação política no país em andamento que vai em direção contrária às demandas das minorias políticas. Esta proposta busca tornar o Estado menos ativo e menos responsável por demandas que são cruciais para as populações que mais dependem dele.

Gayle Rubin, em sua obra *Pensando Sobre Sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*, evidencia que nos momentos de maior instabilidade política o comportamento sexual das pessoas é tomado como um dos alvos principais para a definição de uma nova ordem social. Contudo, tal disputa pela definição do status das práticas sexuais não se trata de uma à repressão da sexualidade. Na obra *História da Sexualidade*, Michel Foucault refuta a hipótese da repressão como um problema da discussão sobre sexualidade. Ao fazer a crítica da

---

<sup>43</sup> A “ideologia de gênero” é uma produção discursiva heteronormativa que se utiliza de alguns conceitos localizados nos estudos de gênero para deslegitimar as teorizações acadêmicas e reivindicações dos movimentos sociais. De acordo com a autora Jasmine Moreira, “busca-se por meio dessa estratégia deslegitimar tanto o conhecimento acadêmico, e seus produtores/as, quanto os movimentos sociais ligados à pauta LGBT; extraindo, dessa forma, sua sustentação social e política” (MOREIRA, 2016, P. 99).

própria noção de sexualidade, Foucault evidencia que a sexualidade é elaborada como um dispositivo de agência das práticas sexuais, instituindo discursivamente a organização dos corpos, dos desejos e das práticas. Neste sentido, não há uma repressão, mas uma proliferação dos discursos. Como afirma Foucault, “o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e falar dele cada vez mais” (FOUCAULT, 2012, P. 24).

No contexto atual brasileiro, a nova ordem política conservadora tem falado cada vez mais a respeito do sexo através de uma retórica altamente libidinosa, a família brasileira. Talvez, nenhuma instância atualmente diga mais a respeito do sexo, das práticas sexuais, da regulação dos corpos e dos desejos do que a própria ideia de família. Defender a instituição família é defender toda essa ‘arquitetura sexual’. Se pensarmos do ponto de vista quantitativo a respeito de toda a produção do saber médico e pedagógico sobre a família, desde o século XIX até os dias atuais, somando-se ao mercado de consumo dos livros de autoajuda, dos programas midiáticos, dos comprimidos e de todos os aparatos tecnológicos fecundativos – tudo para auxiliar a instituição familiar a tornar-se normativa e, portanto, ‘feliz’ – pode-se supor que nenhuma outra instância serve tanto de pretexto para se falar do sexo, do corpo, do gênero e das práticas sexuais como a família principalmente nos momentos de crise de uma nação. E foi através de instabilidade política e de barganhas reformistas que a defesa a família brasileira veio à tona como o modelo referencial para um reordenamento da vida social.

De acordo com Rubin, desde o século XIX os períodos históricos em que instabilidades políticas atingiram a Inglaterra e os Estados Unidos foram os momentos de maior controle e marginalização de práticas sexuais consideradas desviantes, em que leis são criadas para deter os vícios sexuais, já que ao se definir a prática desviante definem-se também quais são práticas as aceitáveis para a ordem da nação. Como assinala Rubin,

Como em outros aspetos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos e interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Neste sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (RUBIN, 2012, P. 1).



O excesso de politização e contestação das discussões sobre gênero e sexualidade para a educação brasileira tem denunciado a vigência de um pânico moral que pode estar surtindo efeitos dentro do movimento feminista: o crescimento do feminismo radical entre as militantes mais jovens. Lanço duas suposições que podem indicar as prerrogativas do novo feminismo radical no escopo do pânico moral, em que uma hipótese não exclui a outra. A primeira consiste em um fechamento das discussões feministas para a transexualidade a partir da defesa de uma categoria mulher legalmente estável que vem ganhando espaço midiático e privilégio nas discussões sobre violência.

O empenho por exclusividade desta pauta poderia ser algo que talvez sempre estivesse presente, porém um pouco deslocado do movimento feminista atual como um todo, mas que agora encontraria um suporte social para dar vazão a esse desejo. Rubin alerta que em momentos como o do pânico moral seria mais fácil se voltar para os argumentos biológicos do feminismo radical, “do que reformular os conceitos de injustiça sexual dentro de um enquadramento construtivista” (RUBIN, 2012, P. 12). No entanto, ainda assim, o novo feminismo radical não estaria de forma alguma abarcado pela norma, nem seria esta a intenção, mas poderia ser visto como um posicionamento moderado do feminismo a fim de dar conta de suas pautas neste contexto político outro.

Rubin chama a atenção para o risco do posicionamento moderado para o feminismo, já que tal posicionamento torna-se alinhado com os grupos que se entendem mais progressistas que conservadores e acabam se orientando nas discussões sobre gênero e sexualidade por estes parâmetros. A autora ressalta que assim com os outros sistemas de julgamento sexual – a religião, a psicologia ou o socialismo – o feminismo também desenha uma linha que determina quais práticas são aceitáveis e quais são repugnantes e desprovidas da “nuance emocional”. Neste sentido, o feminismo poderia perder uma de suas características mais importantes, sua capacidade de resistência e questionamento da normatividade excludente.

A segunda possibilidade de questionamento para proposta do novo feminismo radical tem a ver a uma particularidade própria do pânico moral que, nas palavras de Rubin, consiste em uma atenção desproporcional às questões da sexualidade através de “atitudes difusas” que se canalizam em forma de ações políticas e que se tornam as bases que justificam toda uma regulação da sociedade. A autora afirma que na perspectiva histórica de um pânico moral,

Devido a sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente simbólicas. Atividades sexuais muitas vezes funcionam como significante de apreensões sociais e pessoais com as quais não tem uma conexão intrínseca. Durante um pânico moral tais medos se ligam a uma infeliz população ou atividade sexual. A mídia se torna inflamada com a indignação, o público se comporta como uma massa fanática, a polícia é ativada, e o estado põe em ação novas leis e regulações (RUBIN, 2012, P. 31).

Em um cenário como este, seria improvável que o movimento feminista ficasse isento de tais ações difusas, “ângulos oblíquos”, “alvos falsos” e “paixões deslocadas”. Sob intensa pressão social, os poucos espaços de reivindicação das pautas feministas – duramente conquistados – correm o risco de serem os alvos de uma disputa destrutiva dentro do movimento. Em um trecho da entrevista a entrevistada relata sobre sua participação em um evento do movimento estudantil: *“tinha uma transexual na banca sobre LBTS que disse que não queria que a gente falasse sobre menstruação”*, este fato talvez não tivesse causado a ela tanto impacto se não existisse a impressão de que os espaços de fala estão minguando, e que, por isso, se tem a sensação de que é necessário duvidar da pessoa que reivindica o mesmo espaço que o meu, duvidar de sua intenção, de suas pautas dentro do feminismo.

Outro aspecto do pânico moral é justamente suspeitar de identidades estigmatizadas, dos “dissidentes sexuais”, sob a acusação de que poderiam estar se aproveitando de pessoas inocentes a partir de uma retórica feminista liberal, esse tal liberalismo que supostamente confundiu o movimento e as mulheres, e que agora nos faz vítimas umas das outras, mas também nos faz alvo de uma sociedade furiosa. Na perspectiva deste pensamento do ‘eu’ dissociado da outra pessoa, da outra realidade, o retorno aos pressupostos do feminismo radical pode parecer plausível para algumas militantes do feminismo, já que se estaria lendo Simone de Beauvoir através das lentes do pânico moral.

Se faz urgente compreender que as lentes turvas do pânico moral estão facilmente disponíveis para quaisquer outras vertentes do feminismo, oferecendo muitas possibilidades de tropeço para o movimento. Em tempos turbulentos para o feminismo seria fundamental que a célebre citação de Beauvoir a respeito da liberdade como ‘substância’, ou seja, enquanto um recurso – recurso este para se

rejeitar as limitações das identidades – não fosse entendida como um epítome do espelho, ou uma defesa da autoidentidade, mas sim uma convocação às muitas pautas do feminismo.

#### 4. O FEMINISMO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Nos últimos anos no Brasil, o movimento feminista nas universidades e os movimentos estudantis que pautam o feminismo em suas organizações tem denunciado vários casos de violência sexual em seus campi. As formas como essas violências acontecem parecem ganhar pouca ou nenhuma visibilidade em nossas instituições, as quais refletem um país que só recentemente tem mencionado, ainda que de forma sutil, o termo “cultura do estupro”. A “cultura do estupro” nas universidades brasileiras não está escondida das famílias brasileiras, nem das paróquias, nem da polícia, aliás, a “cultura do estupro” nas universidades está abertamente divulgada nas redes sociais em vários vídeos aterradores que circulam pela *web* sem qualquer consequência para quem aparece neles praticando violências, na verdade, estas práticas de violência são socialmente entendidas como ‘uma fase divertida’ da juventude brasileira.

A violência de gênero passa a se configurar como situações cotidianas nos campi universitários, se apresentando como instância de ‘banalidades’ nas festas, nas portas dos banheiros, nas ‘brincadeiras’ dos trotes, nos rabiscos das paredes entre salas e corredores, nos comentários misóginos de professores e funcionários da instituição, nos gritos de guerra das torcidas dos jogos universitários<sup>44</sup>, nos silêncios de alguns setores e coordenações, no ostracismo da vítima ou na indignação de colegas de classe que acusam a pessoa agredida de ‘vitimização’.

No capítulo que segue, busco tratar da relação dos coletivos e grupos com a Universidade Federal do Paraná e apresentar como, a partir dessa relação descrita pelas entrevistadas foi possível estabelecer categorias que exemplificam as pautas comuns desses grupos. Destaco, também, os eventos mais significativos para o surgimento desses grupos dentro do espaço universitário, casos de agressões misóginas e lesbofóbicas vividos por alunas que se posicionaram contra a violência de gênero na instituição, evidenciando que a Universidade Federal do Paraná, como

---

<sup>44</sup> Nos Anexos C, D e E exponho algumas letras de músicas das baterias universitárias – grupos que criam músicas e gritos de guerra para fazer afrontas a outras universidades durante competições esportivas ou em festas de trotes. As músicas são de baterias de diferentes universidades do Brasil disponíveis em sites e utilizadas aqui como exemplo para a compreensão do teor das letras. Nota-se que o ataque às estudantes da PUC - Pontifícia Universidade Católica – é um tema recorrente entre várias baterias.

tantas outras universidades do Brasil, não está preparada para dar uma resposta de enfrentamento dessas violências.

#### 4.1. ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – PROPOSTAS E DESDOBRAMENTOS

Ano de 2012 – O Manual do Calouro do curso de Direito e o surgimento dos coletivos feministas



Imagem de capa do *Manual de Sobrevivência do Calouro Federal*

Durante as conversas com as entrevistadas, pude observar que os coletivos mais antigos, exclusivamente feministas e organizados como coletivos estudantis da universidade, começaram a se formar no ano de 2012. Um dos coletivos que não está mais atuante, mas, no entanto, teve um papel central para dar origem a outros coletivos feministas em anos posteriores, foi o Frente Feminista.

O estopim para que esse agrupamento se iniciasse foi o repúdio a um material impresso em janeiro de 2012 pelo PDU – Partido Democrático Universitário, do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná – produzido para recepcionar estudantes que estavam ingressando pela primeira vez na universidade, o *Manual de Sobrevivência do Calouro Federal*. O material trazia conteúdos com apologias machistas sobre como estudantes, e nesse caso, estudantes homens, estariam supostamente protegidos pela lei brasileira em caso de abuso sexual. Com a intenção jocosa de alterar a interpretação das leis citadas no impresso, o material sugeria a banalização do estupro ao ilustrar situações hipotéticas em que alunos da universidade poderiam coagir as alunas calouras em práticas sexuais não consentidas. À época, o caso chamou a atenção da mídia jornalística por se tratar de um manual de um curso de direito que suscitava práticas de violências em tom de brincadeira.

## O FIM DE SEUS PROBLEMAS SENTIMENTAIS

O PDU PREPAROU ARGUMENTOS QUE PERMITIRÃO QUE VOCÊ SE DÊ BEM EM SUA VIDA AMOROSA, UTILIZANDO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. SE A DAMA ALMEJADA FOR UMA ACADÊMICA DE DIREITO, MELHOR AINDA, POIS ELA SABE QUE NÃO PODERÁ ALEGAR DESCONHECIMENTO DA LEI (“IGNORANTIA IURIS NEMINEM EXCUSAT”).

SE SEU AMIGO PROMETEU A VOCÊ ARRANJAR AQUELA GAROTA E NÃO CONSEGUIU, CÓDIGO CIVIL, ART. 439: “AQUELE QUE TIVER PROMETIDO FATO DE TERCEIRO RESPONDERÁ POR PERDAS E DANOS, QUANDO ESTE NÃO EXECUTAR”.

A GAROTA FOI COM VOCÊ AO QUARTO, PROMETENDO MUNDOS E FUNDOS (PRINCIPALMENTE FUNDOS), MAS O MÁXIMO QUE VOCÊ CONSEGUIU FOI UM BEIJO: CÓDIGO CIVIL, ART. 233 – OBRIGAÇÃO DE DAR: “A OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA ABRANGE OS ACESSÓRIOS DELA EMBORA NÃO MENCIONADOS (...)”.

ELA PROMETEU E NÃO CUMPRIU. DISSE “VAMOS COM CALMA”: ART. 252, §1º CÓDIGO CIVIL: “NÃO PODE O DEVEDOR OBRIGAR O CREDOR A RECEBER PARTE EM UMA PRESTAÇÃO E PARTE EM OUTRA”. ELA VAI TER QUE DAR TUDO DE UMA VEZ!

CASO A GAROTA SEJA DO TIPO GRUDENTA, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PREVÊ QUE “NINGUÉM PODERÁ SER COMPELIDO A ASSOCIAR-SE OU PERMANECER ASSOCIADO”.

Imagem: trecho do conteúdo do *Manual de Sobrevivência do Calouro Federal*

45

A criação de manuais para calouros e calouras é algo comum nas universidades brasileiras, geralmente os manuais são produzidos por Centros Acadêmicos ou pelo DCE-Diretório Central dos Estudantes, com diferentes conteúdos a cada nova gestão desses grupos. No entanto, esse material produzido pelo PDU ganhou destaque na mídia a partir de uma publicação no jornal 'Folha de S. Paulo' que trazia alguns trechos do manual e seu título de capa: *Manual de Sobrevivência Calouro Federal – como cagar em cima dos humanos em 12 lições*. A partir da matéria de jornal, muitas outras instâncias midiáticas reproduziram de forma crítica o conteúdo, lançando questionamentos quanto ao posicionamento da universidade, a opinião de alunas feministas e dos criadores do material – que afirmavam estarem sendo alvo de oposições políticas que estariam usando uma simples publicação humorística como forma de enfraquecer politicamente o PDU.

Vários setores da comunidade acadêmica da UFPR e instituições de outras regiões do país produziram notas de repúdio ao material. Ao investigar publicações online, observei que grupos feministas de partidos políticos e movimentos feministas de projeção nacional se envolveram na questão e também se posicionaram criticamente àquele momento.

Essa situação promoveu o engajamento de várias alunas da universidade que se organizaram como grupos de denúncia e de informação sobre as violências de gênero e sobre formas de combate ao machismo. Na opinião de uma das entrevistadas a projeção que o Manual do Calouro Federal teve na universidade provocou o desejo de que houvesse mais discussões sobre pautas feministas. Como afirma a entrevistada,

*O manual mostrou que não havia um grupo de mulheres organizadas para discutir questões referentes à mulher. Não havia um coletivo que discutisse por que isso [Manual do Calouro Federal] era uma violência. São discussões que perpassam estupro, consentimento. Na época inclusive foi colocado para algumas pessoas que, de uma forma ou de outra, isso era reflexo de uma cultura de estupro. E os que fizeram o manual ficaram chocados e queriam processar essas pessoas [que discutiam cultura de*

---

<sup>45</sup> imagem extraída da matéria jornalística do Jornal Eletrônico Paraná – RPC sob o título *MANUAL DE ALUNOS DE DIREITO NO PR ENSINA A MULHERES 'OBRIGAÇÃO DE DAR'*.

*estupro] por calúnia. O episódio mostrou a necessidade de se discutir gênero na universidade. Até então, existia um grupo de homens gays que discutia a homofobia e, de vez em quando, lesbofobia. Mas não tinha um coletivo que pudesse juntar todas essas pautas: a mulher cis, a mulher trans, a mulher lésbica, a mulher hétero, o estupro, o aborto (Claudia Celeste).*

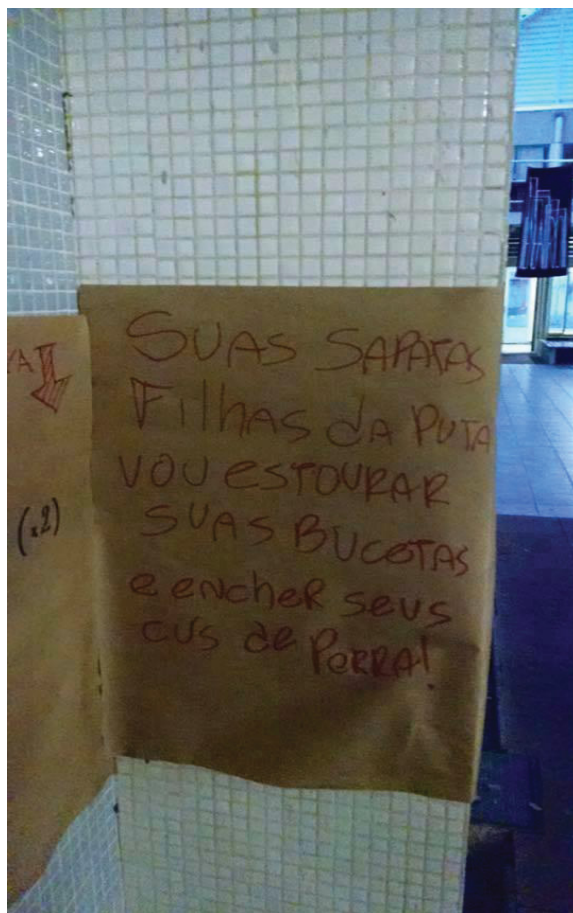
Como forma de resposta ao manual, alunas que já participavam de ações feministas em grupos fora da universidade, alguns ligados a partidos políticos, iniciaram uma série de reuniões e instituíram-se como um coletivo feminista – o Frente Feminista da UFPR – formado por alunas de vários cursos. Entre o final de 2012 e início de 2013 se iniciaram também as reuniões do coletivo Aurora do curso de História e do coletivo Iara do curso de Direito. Em 2013, esses coletivos criaram suas páginas no facebook e produziram conjuntamente o *Manual dx Calourx*<sup>46</sup> que contou com o apoio de outros grupos tanto da instituição como autônomos. O manual trazia debates sobre violência de gênero, machismo na universidade e nas atividades de trotes, a luta LGBT e o enfrentamento do racismo. Além disso, os coletivos disponibilizavam na publicação canais de denúncia de violência contra a mulher e se colocavam como um grupo de apoio para o acolhimento e orientação das vítimas.

### **Ano de 2015 – O caso de lesbofobia no prédio de Arquitetura e Urbanismo e a criação do canal de denúncias “Conte Conosco”**

---

<sup>46</sup> O material Manual dx Calourx UFPR está disponibilizado no Anexo A.





Conteúdo do cartaz: *“Suas sapatas filhas da puta vou estourar suas bucetas e encher seus cus de porra”*

Imagem: cartaz fixado na parede do prédio de Arquitetura e Urbanismo<sup>47</sup>

Em maio de 2015, após uma intervenção feminista no Campus Centro Politécnico, os cartazes que haviam sido colados nas paredes encontraram-se, em dia letivo posterior, todos eles rasgados. No entanto, um novo cartaz estava afixado em uma das paredes do prédio do curso de Arquitetura e Urbanismo. Neste estavam escritos frases de conteúdo lesbofóbico que sugeriam uma ameaça de estupro corretivo contra as alunas que haviam realizado a intervenção.

Diante de tal ameaça, alunas de vários campi se reuniram para outra intervenção que consistia na colagem de novos cartazes e a realização de uma oficina de estêncil no mesmo prédio do curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa ação sugeria uma resposta ao ato de violência que havia ocorrido. No momento da

---

<sup>47</sup> Imagem extraída de matéria jornalística do blog Mulherio no jornal eletrônico da Gazeta do Povo – Paraná sob o título “Quando as universidades levarão o tema do estupro a sério? O caso da UFPR”.

realização dessa intervenção, seguranças do campus e alunos dos cursos de engenharia buscaram impedir a oficina de estêncil e a colagem dos cartazes, sob a alegação de que essa intervenção representava um ato de vandalismo contra o patrimônio público. Posteriormente, o chefe do departamento emitiu um documento exigindo que as paredes fossem 'limpas' naquele mesmo dia.

A partir da postura do chefe do departamento, dos seguranças e dos alunos do campus – todos preocupados em assegurar que as paredes do prédio estivessem limpas, e sua total despreocupação com o cartaz que ameaçava alunas lésbicas de serem estupradas – levantou-se por parte da comunidade acadêmica o seguinte questionamento: em que medida a 'segurança e integridade' das paredes da universidade são mais importantes que a segurança e integridade física das alunas?

Em resposta à situação os diversos coletivos se mobilizaram em articulação com outros setores da universidade e expuseram à Reitoria suas pautas e denunciaram violências que incluíam: declarações misóginas e homofóbicas de professores, atos de racismo, agressões sexuais e estupros cometidos nas dependências da universidade e em festas organizadas por Centros Acadêmicos. A demanda dos coletivos e da comunidade acadêmica por um posicionamento da UFPR frente a essas violências resultou em um fórum de discussões que evidenciou a necessidade de se construir de forma coletiva e institucional meios de enfrentamento de violências e formas de acolhimento às vítimas.



Imagem: reunião de estudantes e participantes da comunidade acadêmica com o Vice-reitor para debater os casos de violência de gênero e racismo na instituição<sup>48</sup>

Quatro principais pontos que foram entendidos nos debates do fórum como lacunas na universidade para o enfrentamento das violências:

1. A necessidade de conhecimento de dados quantitativos a respeito dos casos de violência na instituição e a disponibilização de um canal oficial de denúncias;
2. A urgência da criação de um sistema de acolhimento, de acompanhamento psicológico e legal das vítimas;
3. A necessidade de uma revisão dos regimentos internos no que diz respeito aos encaminhamentos de denúncias para a punição do agressor, seja na forma de suspensão ou até mesmo expulsão;
4. A indispensabilidade da criação de um programa de treinamento para servidores e técnicos administrativos, bem como campanhas de formação para toda a comunidade acadêmica.

Como resultado dos debates do fórum, a Reitoria da Universidade Federal do Paraná lançou uma plataforma on-line de denúncias e contratou uma equipe para o

---

<sup>48</sup> Imagem disponível em <https://www.flickr.com/photos/ufpr> sob o título de *Primeira reunião UFPR Mais Respeito*. Foto: Ana Assunção, junho/2015. (Acesso em: 14/12/2016)

acolhimento e acompanhamento psicológico das vítimas. A ideia da criação de uma plataforma era interessante, mas a gestão da época idealizou e executou o projeto sem a participação das pessoas envolvidas no fórum. Ficou um tanto evidente que a criação da plataforma às pressas tinha o intuito de conter o alvoroço das denúncias e dar a impressão de que a reitoria da UFPR estava atenta a essas questões. Os desdobramentos dessa ação não ficaram claros e até o momento de finalização da pesquisa não havia dados oficiais sobre o desenvolvimento e resultados da utilização dessa plataforma.

Muitas outras questões que são caras aos coletivos e à comunidade acadêmica ficaram de fora neste primeiro momento, uma delas é a falta de um programa que assegure que estudantes vítimas de violência na universidade consigam permanecer na instituição até a finalização de seus estudos. A plataforma de denúncias não era a solução de todos dos problemas. Segundo os relatos das integrantes dos coletivos, as vítimas que denunciam de forma pública os casos de homofobia, transfobia, racismo, misoginia e violências sexuais acabam tornando-se alvo de desaprovação de colegas de sala, de curso e de seus professores. Em alguns casos, as vítimas sofrem ainda mais violências ao fazerem suas denúncias através de processos institucionais.

Foi possível notar ainda neste fórum que os coletivos eram os principais meios de denúncia e que estes vem atuando no apoio às vítimas sem que a universidade sequer tivesse envolvimento nesses processos. Houve uma incapacidade por parte da gestão da época em compreender que seria necessário um investimento humanizado por parte da universidade, algo que os coletivos estudantis já estavam fazendo. Quero salientar que estes grupos estudantis feministas disponibilizam seu tempo e envolvimento emocional no auxílio das vítimas que os procuram, e isso significa se colocar na tarefa de realizar um trabalho altamente complexo sem que haja qualquer recurso ou apoio institucional. Deste modo, nenhuma outra entidade hoje na UFPR entende mais sobre como fazer o enfrentamento da violência de gênero e como dar apoio às vítimas na instituição do que os grupos estudantis feministas. E mesmo assim, a reitoria não deu devida importância às demandas e conhecimentos destes grupos quando eles exigiram um atendimento pessoal e humanizado para as denúncias ao invés de uma plataforma online como canal de comunicação exclusivo.

Uma das entrevistadas desta pesquisa relata que uma das formas mais eficazes no tratamento das denúncias de violência se daria através do destacamento de uma pessoa que pudesse ser identificada como a responsável por um centro de denúncias, em que fosse publicamente conhecido seu nome, um número de telefone e um e-mail disponibilizado para este fim<sup>49</sup>. Segundo a entrevistada, as vítimas ficam receosas em conversar com alguém que não tem rosto e nome e que, portanto, não se mostra como uma outra pessoa. Outro ponto ressaltado pela entrevistada é a importância de que essa pessoa seja uma mulher, de acordo com ela, as meninas e os meninos se sentem mais à vontade para falar sobre estupro ou assédio com uma mulher porque, de maneira geral, as pessoas entendem que um homem poderia não compreender a situação de violência e poderiam se sentir intimidadas, mesmo que ele fosse uma pessoa capacitada para o trabalho sensível às questões das vítimas.

Durante todas as entrevistas desta pesquisa, os coletivos e os grupos fizeram muitas críticas à forma como as reuniões para a decisão de plataforma foram conduzidas e a falta de esclarecimentos sobre como ela seria operacionalizada. Em uma das reuniões finais do fórum houve uma apresentação do *lay out* da página e de um tutorial sobre como a vítima poderia descrever na plataforma a sua denúncia. Em relação ao *lay out da página* a grande crítica por parte das entidades presentes foi a falta de especificidade quanto aos tipos de violência que poderiam ser denunciados ali, afinal de contas as reuniões estavam sendo mobilizadas a partir de pautas centrais e específicas como o racismo e a violência de gênero. A apresentação da página continha uma abordagem abstrata sem que houvesse

---

<sup>49</sup> O modelo de atendimento às vítimas descrito pela entrevistada se assemelha ao formato de atendimento nas universidades norte-americanas. Em 2015, pude conhecer o Women's Center e o LGBT Center da NCSU-North Carolina State University. A realidade brasileira se difere muito da realidade norte-americana, principalmente quanto aos recursos financeiros destinados às universidades. Os centros que visitei possuem equipes inteiras para o atendimento de vítimas e para a promoção de campanhas e cursos de formação que acontecem ao longo de todo o ano letivo. O acompanhamento da vítima acontece desde o acolhimento da denúncia até o encaminhamento dos processos judiciais. No caso da NCSU há também uma equipe de escolta, à paisana, que acompanha os deslocamentos das vítimas entre os dormitórios e as salas de aula. Nos imensos jardins da Duke University existem vários postes que possuem um botão de pânico caso alguém esteja correndo o risco de sofrer um ataque sexual, sem contar com todo o aparato de câmeras e unidades policiais disponíveis. No entanto, é interessante notar que mesmo com todos esses recursos as violências de gênero nas universidades norte-americanas são uma grande questão. Há uma dura crítica às instituições que tentam abafar as denúncias das vítimas para que estas universidades mantenham o status de instituições seguras, e assim não elas perderiam os investimentos provenientes das mensalidades pagas por estudantes e suas famílias. O documentário *The Hunting Ground*, baseado nos casos ocorridos na universidade North Carolina University-Chapel Hill, evidencia como se estabelece essa relação.

qualquer menção à discriminação contra a mulher, à homofobia, ao racismo e às pessoas de outras minorias políticas. O texto da página inicial da plataforma se apresenta da seguinte forma:

A UFPR acredita que o respeito é parte inseparável do senso crítico e da dignidade humana. Acredita que uma universidade deve formar cidadãos, não só profissionais. Acredita que seus valores devem expressar a certeza de uma sociedade mais justa e solidária. Acredita no ser humano e em nossa capacidade de transformar.

A UFPR convida você também a acreditar. Por esta ação pioneira, comunidade acadêmica e sociedade uniram as vozes para que pudéssemos falar, sem medo ou preconceitos, sobre o que foi calado durante tanto tempo. E este é só o começo. Esta é a oportunidade que a universidade mais antiga do Brasil abre para os espaços que se dizem de ensino também se abram ao aprendizado de que transformação social só acontece quando compreendemos as riquezas e as especificidades da diversidade humana (UFPR, 2015).

Ademais, as cores utilizadas também desagradaram aos grupos. Com um texto genérico, alheio às discussões que já haviam sido expostas e que não evidenciava um posicionamento político claro em prol das populações da campanha, a cor principal do *lay out* era o azul, cor esta que é culturalmente associada a uma masculinidade heteronormativa. Os grupos entenderam que nem a identidade visual e nem o conteúdo textual da plataforma representavam a finalidade do fórum e a relevância das discussões que foram expostas. Deste modo, a plataforma não se configurava minimamente como uma resposta da instituição à comunidade acadêmica. Outro ponto que se apresentou frágil na demonstração da plataforma na reunião foram as explicações evasivas da reitoria sobre quem seriam as pessoas que acolheriam as denúncias realizadas. A justificativa era a de que as pessoas designadas para esta tarefa deveriam também operar este trabalho mantendo-se o sigilo de suas identidades, pois não se sabia como essas pessoas poderiam ser impactadas por tal 'exposição'. Imediatamente os coletivos se posicionaram contra esta decisão, explicando a ineficácia deste modo de trabalho. No entanto, a reitoria persistiu em seu argumento.



Imagem extraída on-line através da ferramenta *Print Screen*<sup>50</sup>.

A forma como a Universidade Federal do Paraná lidou com o caso das denúncias de estupro foi pouco eficaz quanto ao engajamento da reitoria da universidade em momentos posteriores às denúncias nas reuniões do fórum. Mesmo com as críticas feitas à plataforma as alterações sugeridas pelos grupos e entidades não foram realizadas e aos poucos a administração da reitoria deixou de promover a continuidade das discussões. Nenhuma outra proposta foi apresentada pela reitoria à comunidade após a criação da plataforma. Algumas entrevistadas apontam que a plataforma de denúncias Conte Conosco não funcionou dentro de sua proposta de criação e que algumas das denúncias feitas através da plataforma foram repassadas para os coletivos. Algumas entrevistadas afirmam que,

*Quando a gente teve uma relação maior com outros coletivos foi nessa reunião [Conte Conosco] da Federal que tinham muitos coletivos..., mas foi um desastre porque a Federal chamou todos os coletivos que pode para sugar todas as ideias possíveis e lançou um programa sem crédito nenhum e que não deu certo. Eles jogaram na nossa mão de novo. No Conte Conosco, em teoria, eles teriam um profissional preparado para receber essas denúncias. Não só não tem um profissional, como a denúncia cai para os coletivos (Rachel de Queiroz).*

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.conteconosco.ufpr.br/>. Acesso em: 14/12/2016.

*O problema é que parece que quando essas questões não tem uma continuidade de trabalho, ou como seguir um roteiro, um dinamismo... acaba-se atentando a um fato, chama muita atenção, ocorrem várias coisas, aí, meio que se dá um tempo dessas coisas e parece que não é mais tão relevante. Essa descontinuidade é um grande problema (Elza Soares).*

Como pesquisadora e participante de algumas dessas reuniões concordo com as entrevistadas que a plataforma *Conte Conosco* não conseguiu suprir as demandas da universidade. As discussões levadas para o fórum ganharam destaque na comunidade no período em que as reuniões foram realizadas, no entanto, elas não ganharam a centralidade necessária para produzir uma mudança organizacional. Penso que a contribuição do fórum foi positiva na medida em resultou em um diagnóstico do quanto a Universidade Federal do Paraná não possui planos de ação institucionais para lidar com as questões de violências de raça e gênero em seus espaços. Também foi significativo nas reuniões observar a urgência em se criar formas efetivas de enfrentamento dessas violências, pois é notória a necessidade de uma revisão do papel social da universidade nessas questões.

Quanto aos coletivos e aos grupos feministas, eles continuaram se multiplicando dentro da instituição, mesmo nos momentos posteriores ao fórum, promovendo um engajamento cada vez maior de novos e novas integrantes. As entrevistadas desta pesquisa se mantêm confiantes quanto às ações realizadas pelos os grupos estudantis feministas na universidade nos últimos anos:

*Desde as meninas que acabaram de entrar no curso... elas se veem fortalecidas por aquelas outras pessoas que estão ali, não tem tanto aquela coisa de competição. A gente vai acolhê-las porque a gente quer um ambiente cada vez melhor. As pessoas já entram pensando diferente a cada ano, esse debate só vai ampliar (Cassandra Rios).*

*Uma primeira pauta é tornar as festas universitárias do C7, por enquanto, um ambiente livre dessas opressões. Ou se não livre, minimamente seguros. Mais para frente, quando a gente instituir isso, a nossa ideia é levar isso para todas as festas da universidade... tentar promover esse tipo de comissão, esse tipo de combate, e mais do que isso, em todas as esferas em que a gente participa (Leila Diniz).*

*Na nossa bateria a gente não canta músicas que ofendam qualquer tipo de minoria. A gente sempre tenta cantar músicas para apoiar nossos times... a gente queria ter essa conversa com as comissões de trote. Conversar e deixar acordado que essas músicas não precisam ser cantadas. Mas é um cenário que está mudando e a gente quer fazer parte dessa mudança (Chiquinha Gonzaga).*

*O meu feminismo é pedagógico. Eu sempre sento, converso [risos]. A partir do nosso grupo, eu vejo que surgiram outros, eu acho que a gente foi uma muda [de planta] (Anita Malfatti).*



## 4.2. ANÁLISES SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DOS GRUPOS

A noção de uma performatividade política consiste na atuação dos grupos feministas em suas práticas produzem efeitos a partir da ideia dos corpos como uma modalidade discursiva na relação com espaço que ocupam. As estudantes feministas da UFPR, ao atuarem conjuntamente nas reuniões do fórum contra as violências evidenciaram um corpo político capaz de concretizar um movimento de luta e resistência na universidade.

Mesmo que os grupos ajam de formas diferentes, e até mesmo divergentes entre si, a relação do corpo com o espaço, neste caso uma instituição universitária, não se resume apenas ao quanto esses grupos tem chamado a atenção para as violências cotidianas da UFPR, pois os corpos em conjunto revelam sua performatividade política a partir de suas potências discursivas. Como afirma Judith Butler, “*the assembly is already speaking before it utters any words* [grifo da autora]” (BUTLER, 2015, P. 156).

A fim de se obter um panorama de como os grupos entrevistados se organizam na perspectiva de uma performatividade política, selecionei três tópicos centrais que pretendem assinalar as categorias que são comuns aos grupos. Os tópicos surgiram com base nas entrevistas, sendo que nem sempre eles estavam ligados às perguntas do roteiro, vários assuntos surgiram de relatos espontâneos se mostrando comuns a todos os coletivos. Dentre estes grupos, somente o DCE não compartilha de uma organização fluída e autônoma, embora a gestão de 2015 tenha se empenhado por modificar suas atividades para incluir o debate de gênero. Deste modo, os tópicos e as categorias encontradas são relativos principalmente aos coletivos e ao grupo do C7 Hella. Os tópicos são: as considerações dos grupos feministas na relação com a instituição; a motivação da formação dos grupos; as formas de constituição dos grupos na relação com outras organizações.

### **Considerações dos grupos feministas na relação com a instituição**

Observei reações ambíguas, especificamente dos coletivos, quanto à ideia de uma ação conjunta com a instituição para a criação de formas de enfrentamento da

violência de gênero na universidade. Ao mesmo tempo em que estes grupos intencionam participar dos processos de criação de formas de enfrentamento, há uma ideia de separação entre a instituição e os coletivos a partir de dois argumentos, o primeiro consiste na ideia de que uma relação institucionalizada dos coletivos com a universidade poderia acarretar em perdas para um movimento que se constitui através da fluidez de participantes e sem hierarquias. Algumas das falas das entrevistadas sugerem que os coletivos estão em oposição à instituição, em defesa de agendas supostamente contrárias. Tal pensamento ignora o fato de que ao se constituírem como coletivos dentro da universidade esses grupos não se isentam de uma composição dentro das relações de poder, deste modo, o coletivo não poderia estar em lugar separado e 'livre' de uma suposta relação opressora com a universidade. O outro argumento diz respeito da invisibilidade da instituição quanto aos coletivos em que não há um reconhecimento institucional desses grupos como há com os grupos de extensão. Deste modo, alguns coletivos sentem a falta de um suporte o qual a universidade poderia estar mais disposta a oferecer. Alguns coletivos entrevistados entendem que a falta de reconhecimento institucional nessa interação evidencia o descaso da instituição quanto à promoção de debate das questões de gênero para a formação de alunos e alunas. Como sugerem algumas entrevistadas,

*[A instituição] começou a nos reconhecer a partir das reuniões do 'Conte Conosco'. Ali a gente era reconhecido como coletivo, mas dentro dos espaços além dali, não. A Federal não reconhece. Se a gente vai querer emprestar uma sala é sempre no nome de uma pessoa...a gente não tem como emprestar no nome do coletivo porque efetivamente o coletivo não existe dentro da Federal. A galera do Conte Conosco sabe que a gente existe, a galera dali. A gente é reconhecido pelos estudantes não pelos setores. Essas pautas são sempre tratadas como se não tivesse a ver diretamente com a universidade. Tenho uma professora que trabalha relações étnico-raciais e gênero e ela fala que é sempre aquele extracurricular... mesmo estando no currículo é tratado como extracurricular, aquele que não tem tanta necessidade de estar ali. Eu vejo que os grupos feministas dentro das universidades que eu tenho conhecimento também é isso:*

*- Ah, tudo bem se a universidade não abrir nesse dia e elas precisarem fazer reunião. Elas se reúnem ali no pátio e está tudo ok. Como se não fosse algo essencial dentro da universidade (Carolina de Jesus).*

*Apesar de ter muitos professores que apoiam, não é oficializado pela Federal, então, não ganha-se hora extracurricular, não ganha nada, e a gente sente que isso faz uma super diferença. Os projetos de extensão, que ganham horas, estão lotados... [se o coletivo se tornasse um projeto de*

*extensão] teria um ganho de público... teria um ganho de empenho para fazer o coletivo acontecer porque a gente acaba ficando afogada pelas nossas responsabilidades e o coletivo fica em segundo plano (Rachel de Queiroz).*

## **A motivação da formação dos grupos**

- Organização contingente a partir de eventos emergentes ou rachas;
- Desejam produzir mudanças nas atividades universitárias relativas a trotes, festas e gestões de Centros Acadêmicos;
- Compartilhamento de experiências, fazendo o acolhimento de vítimas de violência sexual e de gênero, dando encaminhamento às denúncias.

A formação dos grupos, em sua maioria, surgiu a partir de um evento em que houve violência e que pode ter ocorrido em qualquer situação durante as atividades do cotidiano acadêmico. Embora as categorias estejam aqui divididas, uma atividade não exclui a outra. O surgimento de grupo pode ter se dado a partir de um evento de violência e ao longo de suas atividades o grupo passa a incluir atividades que alteram os trotes, oferecendo apoio às vítimas de violência. O tipo de violência que motiva a formação de alguns grupos pode ter sido um termo pejorativo usado por algum professor o qual mantém esta atitude em sala de aula de forma recorrente, pode ter sido um caso de assédio entre professoras e alunas, ou entre alunas e alunos. Por vezes, há situações em que os grupos se organizam a partir da denúncia de estupros ocorrida em um dos prédios da universidade ou em festas realizadas por estudantes. Os grupos feministas reivindicam que as violências que acontecem nas festas fora dos campi devem ser entendidas como uma preocupação da instituição, estas denúncias podem se tornar um processo penal, da ordem do âmbito jurídico, no entanto, por se tratarem de estudantes que ocupam os mesmos espaços em atividades acadêmicas, é imprescindível que a universidade reconheça seu dever em se envolver nessas questões. Deste modo, a formação de um grupo pode surgir também como forma de pressão e reivindicação por respostas da instituição.

Outra possibilidade de formação dos grupos é relativa ao enfrentamento de violências identificadas nas atividades estudantis como festas, jogos esportivos entre universidades em que as baterias entoam músicas ofensivas e nas elaborações dos

troles. Essa forma de articulação de um grupo é motivada pelo intuito de se alterar as práticas violentas e discriminatórias como forma inicial de debate das discussões.

Em outros grupos a formação se estabelece a partir do desejo de se compartilhar as experiências pessoais, discutindo como a produção teórica feminista pode auxiliar as participantes a compreenderem outras perspectivas das relações de poder. Este tipo de organização pretende acolher os anseios das participantes de uma forma que ultrapassa as experiências particularmente acadêmicas.

Em outros casos, os grupos podem surgir a partir de divergências políticas ou de conflitos relativos às diferentes vertentes do pensamento feminista, o grupo Feministas da UFPR é um deles. De acordo com a entrevistada, o grupo surgiu a partir de um racha entre as participantes. Na época da formação do coletivo algumas participantes não aceitaram a inclusão de uma estudante trans. Este conflito levantou a necessidade sobre o debate da transexualidade no grupo, fazendo com que houvesse um posicionamento mais claro das participantes. Por não ter existido um consenso, o coletivo anterior se dissipou dando origem a um novo coletivo chamado Feministas da UFPR que, desde o seu início, estabeleceu que não seria permitido qualquer posicionamento transfóbico no grupo.

### **As formas de constituição dos grupos na relação com outras organizações**

- Elaboração da discussão feminista de forma independente e autônoma;
- Comunicação virtual através das redes sociais;
- Representatividade em outros movimentos, troca de saberes e vivências entre coletivos e movimentos sociais.

Os saberes desenvolvidos pelas participantes do grupo são influenciados por outras organizações, por professoras feministas, por outros coletivos e pelas redes sociais. Alguns coletivos formaram grupos de estudos em que alguns textos e filmes eram debatidos entre as integrantes e pessoas convidadas, como é o caso dos coletivos Estrelícia e Vitória Régia. Algumas entrevistadas afirmaram que não tiveram influência direta de professoras feministas para a criação dos grupos, embora algumas professoras tenham influenciado suas discussões no interior do grupo ao terem apresentado temas pertinentes às questões sobre gênero e sexualidade dentro da sala de aula.

As redes sociais se configuraram como uma forma de intensa troca de informações das discussões feministas, através do compartilhamento de notícias, denúncias e formas de enfrentamento da violência de gênero. Outras fontes de compartilhamento eram os grupos externos à comunidade da UFPR. As integrantes dos grupos, bem como a gestão do DCE, desenvolviam atividades de militância junto a outras organizações políticas e coletivos. Através dos relatos das entrevistadas, levantei os seguintes segmentos de participação: coletivos políticos locais e nacionais, movimento estudantil organizado, partidos políticos e sindicatos. As entidades que surgiram nas entrevistas são:

- Coletivos/Organizações Políticas: Levante Popular da Juventude; Kizomba; ANTIFA; Marcha da Maconha; Marcha Mundial de Mulheres; Coletivo Quebrando Muros; Marcha das Vadias.
  
- Movimento Estudantil Organizado: UNE- União Nacional dos Estudantes e ANEL- Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre.
  
- Partidos Políticos: JSPDT- Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista; PCB- Partido Comunista Brasileiro; PDU- Partido Democrático Universitário; PSOL- Partido Socialismo e Liberdade; PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; PT- Partido dos Trabalhadores; Democracia Socialista (PT).
  
- Sindicatos: SINDITEST - Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Paraná, e SISMUC - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba.

A partir desta lista de grupos dos quais algumas das participantes de coletivos e grupos institucionais feministas fazem parte, evidencia-se que a conexão de alguns grupos feministas com os movimentos políticos de esquerda produz uma troca de saberes que contribui em suas formações. Isto não significa que estes os grupos feministas surgem a partir dos grupos da esquerda política. Ao contrário disso, a maioria das entrevistadas afirmam que em várias situações são elas quem

levantam os debates sobre gênero e sexualidade nessas outras organizações, apontando para um protagonismo feminista cada vez mais fortalecido e autônomo.

## **CONSIDERAÇÕES**

Através das narrativas das entrevistadas pude observar que há atualmente uma polarização crescente quanto ao pensamento feminista sem que seja possível delimitar com exatidão em qual vertente do feminismo os grupos estão se embasando. O fato é que não há uma pureza quanto a esta questão. O coletivo que se considera radical também se considera influenciado pelo feminismo marxista, incluindo uma possível participação de homens, porém excluindo as pautas trans. Outra entrevistada se considera interseccional, do feminismo popular, defende as pautas trans e LGBT, no entanto, não concorda com o conceito do termo 'vadia' como potencial de resignificação e resistência para as mulheres das camadas populares, e, deste modo, entende que o termo 'vadia' pertence a um feminismo da elite e, por isso excludente. Uma das entrevistadas critica inclusive os coletivos da UFPR que discutem sobre feminismo sem sair de seus cursos. Para ela, esta postura limita e empobrece a discussão feminista, fazendo com que o movimento perca seu potencial transformador da sociedade.

Não há um consenso entre os grupos sobre como a prática feminista deve ser desenvolvida, aliás, tal desacordo é próprio da história do feminismo, e são exatamente os conflitos e disputas que fazem com que o movimento seja tão amplo. A meu ver, é de extrema importância que cada grupo se desenvolva de forma única, elaborando pautas pertinentes aos grupos. No entanto, não se pode perder a dimensão do que está em jogo quando as divergências falham em trazer perspectivas de problematização, correndo-se o risco de tornar a disputa um fim em si mesma negligenciando a agência humana.

Outro aspecto que quero evidenciar como conclusão desta pesquisa é como a relação das integrantes desses grupos com organizações políticas exteriores à instituição colocam sob questionamento sobre o que seria um feminismo tipicamente universitário. Talvez, nos tempos do surgimento da pedagogia feminista, durante a “segunda onda” do movimento, pudesse ser possível definir o que era o feminismo

universitário. A partir das narrativas dos grupos que participaram desta pesquisa podemos compreender que a atuação feminista está cada vez mais conectada com grupos que não são acadêmicos e que, por isso, não se resumem somente às reivindicações ou elaborações teóricas e práticas específicas da experiência estudantil.

O feminismo universitário pode ser, e na verdade é, todos os feminismos, com pautas que extrapolam uma ideia de feminismo tipicamente e exclusivamente da academia. Ao mesmo tempo, qualquer ativismo ou militância sempre estará delimitada ao lugar de sua prática. Deste modo, dizer de uma prática feminista alegando que ela não se encaixa em outras realidades como forma acusatória de um feminismo parcial, nos remete mais uma vez à Donna Haraway: é a partir do parcial que se obtém a objetividade. É a partir do particular, das experiências próprias de uma vivência que se pode visualizar a dimensão do político, através das relações de poder, seja esta vivência na academia ou em qualquer outro espaço.

O lugar do feminismo é em qualquer lugar onde estiver o um corpo feminista atuante, produzindo práticas possíveis para este corpo, seja em um confronto nas ruas ou através de um clique. Onde e como o corpo estiver, haverá ali o potencial de resistência.

Corpos individuais são requisito para a ação política coletiva. Seja engajando na macropolítica da luta coletiva ou na micropolítica de resistência individual, são os corpos que resistem. E essa resistência como poder, vem de todos os lugares – de movimentos sociais, de discursos alternativos, de acidentes e contingências, de intervalos entre várias formas de pensar, da desigualdade material flagrante e das reconhecíveis assimetrias do poder (MCLAREN, 2016, P.153).

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Para uma revisão das Ciências Humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres**. In: *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. AGUIAR, Neuma (Org.) – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. (Coleção Gênero; v. 5)

ALVAREZ, Sonia E. **Construindo uma política feminista translocal da tradução**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3): 743-753, setembro-dezembro/2009.

\_\_\_\_\_. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Dossiê *O Gênero da Política: Feminismos, Estado e Eleições*. *Cadernos Pagu* 43. 2014, n.43, pp.13-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf>. Acesso em 21 de Novembro de 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo. Fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª Edição. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970.

BILINSKI, Deise. **Eternamente Pagú, Leila Diniz, Olga e Zuzu Angel: a mulher como protagonista**. Orientadora Sandra Fischer. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://tede.utp.br:8080/jspui/handle/tede/297>. Acesso em 04 de Fevereiro de 2017.

BUTLER, Judith. **Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism**. In; \_\_\_\_\_. SCOTT, Joan. *Feminists Theorize the Political*. Edited by Judith Butler and Joan W. Scott. New York, London: Routledge, 1992.

\_\_\_\_\_. Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_. Judith. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. Harvard University Press, Nov 17, 2015.

\_\_\_\_\_. Judith. **Undoing Gender**. New York, London: Routledge, 2004.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. SETTI, Nádia. **Corpos e identidades em jogo. Dois olhares feministas**. *Labrys*, n. 22, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Maria Rita de Assis. **Escolarização da Sexualidade: apontamentos para uma reflexão**. In: Sierra, J.C.; Signorelli, M. C. *Diversidade e Educação: interseções entre corpo, gênero, sexualidade, raça e etnia*. Matinhos: UFPR Litoral, 2014.

\_\_\_\_\_. Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”**. *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR



\_\_\_\_\_. Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Michel Foucault e as Lutas do Presente**: para além do sujeito identitário de direitos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 401-414, jul/set. 2014

COBBLE, Dorothy Sue. **More Than Sex Equality. Feminism After Suffrage**. In: COBBLE, D. S.; GORDON, L.; HENRY, A. *Feminism Unfinished: a short, surprising history of American women's movements*. – First edition. New York, London: Liveright, 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba**. *Revista de Estudos Feministas*, Número Especial, p. 401-409, 1994.

COSTA, Ana Alice Alcântara. SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades**. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 387-400, 1994b. Volume especial.

\_\_\_\_\_. Ana Alice Alcântara. **O Movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política**. In: MELO, H. P. de. et. al. (Org.). *Olhares Feministas*. Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2009.

DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero y sexualidades**. Introducción a la teoría feminista – 1ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito** : curso dado no Collège de France, (1981 -1982) / Michel Foucault ; edição estabelecida sob adireção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros ; tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. -3ª ed. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. Ed. – São Paulo : Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber, trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Michel, 1926-1984. **O Cuidado com a Verdade**. In: *Ditos e escritos*, volume V: Ética, Sexualidade, Política; organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. Michel, 1926-1984. **O Belo Perigo**; [tradução Fernando Scheibe] -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. Michel, 1926-1984. **Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia**. In: Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das Ciências e da História dos Sistemas de Pensamento; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2013.

GORDON, Linda. **The Women's Liberation Movement**. In: COBBLE, D. S.; GORDON, L.; HENRY, A. *Feminism Unfinished: a short, surprising history of American women's movements*. – First edition. New York, London: Liveright, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, v. 5, p. 7-41, 1995a.

HENRY, Astrid. **From a Mindset to a Movement**. *Feminism since 1990*. In: COBBLE, D. S.; GORDON, L.; HENRY, A. *Feminism Unfinished: a short, surprising history of American women's movements*. – First edition. New York, London: Liveright, 2015.

HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. South End Press – Cambridge, MA, 2000.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Sufragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil**. *Revista de História, Juiz de Fora*, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Conhecer, pesquisar, escrever**. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 25, 2007, 235-245

\_\_\_\_\_. Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 25, n. 2 (jul./dez. 2000), p. 59-76

\_\_\_\_\_. Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista, Petrópolis: Vozes, 1997.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. **Comunicação, ocupação, representação: três olhares sobre a noção de advocacy em contextos de deliberação pública**. *Revista Compólitica*, n. 4, vol. 1, ed. jan-jul, ano 2014.

MICHAELIS. **Dicionário prático da língua portuguesa**. – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas Fechadas: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

NERI, Regina. **A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. – (Sujeito e história)

OXFORD advanced learner's dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Pesquisas Pós-críticas em Educação no Brasil: Esboço de um Mapa**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 283-303, mai/ago. 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev. Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PULEO, Alicia H. . **Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical**. In: Amorós, Celia; De Miguel, Ana (ed.), Historia de la teoría feminista. De la Ilustración a la globalización, ed. Minerva, Madrid, 2005, pp. 35-67. Disponível em: [http://webfacil.tinet.cat/usuarios/ronafo/Alicia\\_H.\\_Puleo\\_El\\_surgimiento\\_del\\_feminismo\\_radical\\_con\\_notas\\_20151107001436.pdf](http://webfacil.tinet.cat/usuarios/ronafo/Alicia_H._Puleo_El_surgimiento_del_feminismo_radical_con_notas_20151107001436.pdf). Acesso em: 13/02/2017

RAGO, Margareth. **A aventura de conta-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. Margareth. **As Mulheres na Historiografia Brasileira**. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) – MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

\_\_\_\_\_. Margareth. **Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil, 1890-1930**. In: MELO, H. P. de. et. al. (Org.). Olhares Feministas. Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2009.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

RUBIN, Gayle. **Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality** (1984). First published in Carol S. Vance, ed., *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, 1992. Disponível em: [https://www.ipce.info/library\\_3/pdf/rubin\\_thinking\\_sex.pdf](https://www.ipce.info/library_3/pdf/rubin_thinking_sex.pdf). Acesso em: 17/02/2017

SARTI, Chyntia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. In: *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, Florianópolis, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero como uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, no. 2, jul./dez. 1995, pp.71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 15,

nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (**Les Cahiers du Grif**, nº37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por **Guacira Lopes Louro**.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**; uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed., 9ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos) 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015. P. 401-442

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**; tradução de Caio Liudvig. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012. – (Série Pensamento Moderno)

WOOLF, Virginia. **As Ondas**. Tradução de Lya Luft. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2004.

WOOLF, Virginia. **The Waves**. The Hogarth Press, London, 1976.

## APÊNDICES

## APÊNDICE – A ROTEIRO DE ENTREVISTA

### ROTEIRO DE CONVERSA PARA A ENTREVISTA<sup>51</sup>

#### Parte A - História do coletivo:

- Quando o coletivo foi criado? (Ano)
- O que motivou a formação inicial do coletivo? (Sua pauta inicial)
- Quem são as pessoas ou grupos que estiveram envolvidos em sua criação? (Estudantes? De quais cursos?).
- Quais são as pautas centrais do coletivo atualmente?

#### Parte B - Forma de atuação do coletivo:

- De que forma o coletivo cria canais de comunicação com as pessoas? (Há o desenvolvimento de performances artísticas? Como são utilizadas as mídias sociais? Há intervenções na universidade e fora dela?).
- O coletivo tem envolvimento/parceria com outros coletivos dessa ou de outra universidade? (Caso sim, quais? Como esse envolvimento acontece?).
- Qual é a relação entre o coletivo e a universidade? A instituição conhece/reconhece a atuação do coletivo?
- O coletivo tem envolvimento/parceria com movimentos sociais que não estão necessariamente ligados às universidades? (Caso sim, quais? Como esse envolvimento acontece?).

---

<sup>51</sup> As observações em parênteses indicam algumas das expectativas quanto às informações que se pretendia obter a partir de cada pergunta feita. Essas observações também se tornavam perguntas adicionais quando pertinentes.

## APÊNDICE – B TERMO DE CONSENTIMENTO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO LINHA DE PESQUISA CULTURA, ESCOLA E ENSINO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA PARA FINS DE PESQUISA ACADÊMICA

Projeto de pesquisa – Feminismos e a Universidade: um mapeamento dos coletivos feministas no espaço universitário (título provisório). Objetivos e justificativas: A presente pesquisa pretende compreender a atuação de coletivos feministas nas universidades de Curitiba-PR. Para isso, busca-se realizar entrevistas gravadas que tratem de temas como o histórico do coletivo desde sua formação, suas pautas centrais e atividades desenvolvidas no espaço universitário, bem como a relação que o coletivo estabelece com a instituição.

As entrevistas serão gravadas em forma de áudio e transcritas para fins de pesquisa. Será assegurado à pessoa entrevistada o caráter confidencial e anônimo de sua participação nesta pesquisa, podendo retirar-se da pesquisa a qualquer momento e sem qualquer tipo de prejuízo a sua pessoa. Os dados fornecidos serão analisados, utilizados e divulgados unicamente para a finalidade de pesquisa acadêmica e trabalhos científicos.

Assim, não serão mencionados os nomes de participantes ou os nomes dos coletivos e grupos dos quais a pessoa entrevistada participa, quer seja em apresentações orais ou em trabalhos publicados. A pessoa pesquisadora responsável por este trabalho é a mestranda Carolina Langnor e Sousa Lisboa, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Rita de Assis César, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação.

Eu \_\_\_\_\_, integrante do coletivo/grupo \_\_\_\_\_ declaro que estou ciente dos objetivos e das justificativas a respeito desta pesquisa e dos propósitos desta entrevista gravada, entrevista da qual aceito participar por decisão livre e pessoal.

Assinatura da pessoa participante da pesquisa:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura da pesquisadora responsável:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**ANEXOS**



**ANEXO A – BRAÇADEIRA DA COMISSÃO ANTI-OPRESSÃO HELLA C7**

ANEXO B – MANUAL DO COLETIVO FRENTE FEMINISTA



*Manual dx  
Calourx*



**UFPR**



## QUEM PROCURAR?

Coletivo Aurora - História  
[coletivo.aurora@gmail.com](mailto:coletivo.aurora@gmail.com)

Coletivo Iara - Direito  
[grupodegenero.wordpress.com](http://grupodegenero.wordpress.com)

Grupo de Gênero do Coletivo Quebrando Muros  
[quebrandomuros.wordpress.com](http://quebrandomuros.wordpress.com)

Coletivo Sou negra!n!h@  
Procurar por "Diáspora Africana" no facebook

Coletivo de Gênero da Psicologia - Psicologia

CAAT - Pedagogia

Coletivo Rompendo Amarras  
[www.rompendoamarras.org](http://www.rompendoamarras.org)

Levante Popular da Juventude  
[levantepopular.org.br](http://levantepopular.org.br)

FEAB - Agronomia  
[feab.wordpress.com](http://feab.wordpress.com)

Movimento Mulheres em Luta  
<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/>

DCE UFPR  
<http://dceufpr.campanhacompleta.com.br/>





## APRESENTAÇÃO

Olá, Calouro! Parabéns pelo seu ingresso na Universidade, agora você faz parte da comunidade acadêmica da UPPR!

Quando entrarmos na universidade, outras oportunidades nos são oferecidas, podemos construir novos conhecimentos e experiências, fazer novas amizades.

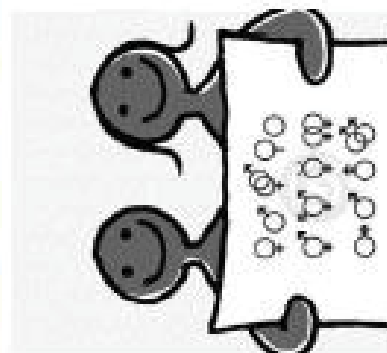
Entretanto, este não é um espaço tão distinto e, geralmente, os valores e preconceitos que são comumente difundidos na sociedade, são aqui reproduzidos também.

Como você verá nas páginas a seguir, temos, infelizmente, que conviver aqui também com o machismo, racismo, homo e transfobia, preconceitos de origem social, que podem ser sentidos desde o trato até em espaços acadêmicos e de socialidade.

A Frente Feminista da UPPR é a união de coletivos – grupos de discussão com pessoas que percebem a existência destes preconceitos e que agem a respeito.

Esta Frente tem a intenção de reunir estes coletivos para potencializar as ações contra o machismo e homofobia na sociedade e, principalmente, no ambiente universitário.

Mas, feminismo não é o contrário de machismo? Machismo ainda existe? E existe na universidade? Saiba mais nas próximas páginas...



## Luta LGBT

Outra forma de opressão presente em nossa sociedade resulta em violência física, sexual e psicológica sofrida pela comunidade LGBT. (lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais e travestis). Índices apontam Curitiba como a capital do Brasil onde mais morrem LGBTs. (lésbicas, gays, bi, pessoas trans, não tem garantido o direito de expressar sua identidade, sendo a Universidade mais um espaço de reprodução do preconceito, onde o assédio moral é constante e outros reproduzem a lógica de “brincar” com esta violência.

Além disso, travestis e transsexuais não têm seus nomes sociais respeitados e nem a garantia da moradia estudantil. A Universidade, enquanto um espaço de questionamento e produção de conhecimento, precisa além de debater a garantia da permanência destes estudantes, também apontar críticas para o combate à homo fobia





## Machismo na Universidade

Ao ingressarmos na universidade, certamente esperamos a realização de uma nova etapa da nossa vida, seja social, acadêmica ou política. Aguardamos ansiosamente pelo início do ano, muitas vezes acreditando que a universidade é um ambiente crítico, apartado da realidade social que a rodeia. De forma idealizada, acreditamos que valores ideológicos como o machismo e o racismo não existem ou que não são reproduzidos pelos estudantes, professores e pela própria instituição.

Entretanto, a Universidade funciona como instituição de reprodução social e assim o modo de produção, a cultura e a organização social da sociedade na qual está inserida funcionam como espaço de reflexão teórico-histórico que a constrói, moldando à estrutura de dominação vigente. Assim, a Universidade acaba por reproduzir as relações opressivas, hierarquizadas e de desigualdade e, mais ainda, pode as legitimar.

Se hoje, por exemplo, nós mulheres somos a maioria numérica na Universidade e ocupamos vagas de cursos que são considerados

“predominantemente” masculinos, ainda são evidentes as desigualdades que enfrentamos na própria instituição, nos salões de aula ou nos espaços de interação e “diversão” universitários. Não estamos nos altos cargos de poder da universidade, são poucas as mulheres professoras titulares, estamos em menor número nos pós-graduações. Também temos que enfrentar a lógica machista que acredita existir cursos para homens e mulheres, oriundos da divisão sexual do trabalho, em que são atribuídas funções determinadas a homens e mulheres conforme uma “capacidade natural ou biológica” para certo trabalho: a reprodução e o cuidado cabem às mulheres, enquanto a esfera produtiva cabe aos homens. Os cursos “femininos”, como pedagogia, enfermagem, serviço social, são desvalorizados no âmbito salarial e social e as mulheres que estão nos cursos “masculinos”, como as engenharias, têm de provar que são capazes e ainda enfrentar piadinhas dos colegas e professores.

Por serem mulheres e por serem negras, as mulheres negras estão em um ponto único, que concede um ponto de vista diferente sobre a opressão. Por isso elas buscam espaço nos debates, tanto do movimento feminista quanto do movimento negro.

Nas universidades públicas, as ações afirmativas permitiram uma maior entrada de estudantes negros. Aqui na UFPR não foi diferente, porém apesar de ser um espaço de construção de saber científico, a universidade não está livre das diversas formas de racismo e sexismo de nossa sociedade. A mulher negra na universidade tem a oportunidade de ressignificação de sua identidade, mas também tem que enfrentar por vezes o racismo de colegas e até mesmo de professores e professoras.

Nós, da Frente Feminista da UFPR, apoiamos a mobilização do Coletivo Sou Negra! para o combate ao racismo e a opressão a mulher negra na universidade.



*Lívia Garcia (1985-1994) considerada uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil.*

## Somos mulheres negras na UFPR



Por muito tempo, o movimento feminista pouco espaço deu as questões relacionadas a mulher negra, principalmente aqui no Brasil, país no qual falar de racismo era considerado um tabu. Porém, com as denúncias feitas por mulheres negras, dentro do próprio movimento negro, as especificidades da mulher negra na sociedade brasileira deixaram de ser apenas uma questão secundária para o movimento feminista.

De fato, a população negra no Brasil representa mais de 50%, porém poucas vezes vemos mulheres negras representadas nos cargos políticos ou em publicidades de beleza. Mulheres negras ainda têm piores condições de acesso à saúde e, por vezes, são tratadas de forma preconceituosa em hospitais. O cabelo da mulher negra ainda é tratado como de segunda categoria (às vezes em pratinhas que julgamos inocentes, mas que atingem a autoestima da mulher), e para piorar o estereótipo da "negra maluca" ainda aparece até mesmo em momentos de protesto contra as opressões de nossa sociedade.

Temos ainda que aceitar que nossos corpos são mercadorias, chamadas nos cartazes para festas universitárias. Temos que ouvir músicas que nos inferiorizam e participar de trotes que nos humilham, acreditando que tudo não passa de uma brincadeira ou piada. Entretanto, a opressão de mulher ultrapassa a ordem do simbólico, da brincadeira e se efetiva pela submissão REAL de mulher nestes espaços. *Laborda de opressão não é liberdade de opressão ou de violência!*

Podemos citar inúmeros os exemplos concretos de exposição da mulher e violência machista na universidade: a estudante Geisy Arruda, humilhada massivamente pelos próprios colegas por usar roupas "inadequadas" aos padrões universitários e excluindo a soberania de seu corpo; O "Rodeio da gordas" na Unesp, na qual a ditadora da beleza é imposta pela agressão a escarpulosa da opressão machista; a "Mas Bixete" na USP São-Carlos, em que calouras são incentivadas a desfilarem sem roupas no trote para que seus veteranos decidam qual merece o prêmio e quando en-

frentados por feministas simulam estapros, jogam bombas e as agredem verbalmente; o assédio comum de estudantes por professores, em que não há o reconhecimento pela instituição.

Por isso nos organizamos na Frente Feminista da UFPR! Frente à realidade de opressão de gênero na Universidade, exige-se uma atuação combativa estudantil que desmascare, revele e desmitifique a estrutura social em sua totalidade, evidenciando os papéis de gêneros e sua composição hierarquizada e propondo atitudes que os extingam. Devemos pressionar incessantemente os órgãos institucionais universitários e as organizações e grupos estudantis, que se omitem, culpabilizam a mulher e evitam qualquer manifestação e envolvimento nas opressões cotidianas no meio acadêmico e social universitário, para que tomem atitudes de rechaço a toda e qualquer forma de violência e sejam responsabilizadas pela propositura de ações concretas para a extinção da desigualdade e de ações afirmativas das mulheres nestes espaços.

Se a universidade ainda é lugar de reprodução do machismo, racismo, homo e transfobia, precisamos ocupar esse espaço e transformá-lo!



## O trote machista

O trote é o momento em que os veteranos dão as boas-vindas para a seus calourxs. Esse momento, porém, é espaço propício para inúmeras situações de violência contra a mulher, contra @s negr@s, homossexuais e trans. Nem todos os trotes expressam as violências que vamos tratar aqui, - muitos inclusive são bem divertidos e promovem de fato um a integração saudável entre @s veteran@s e calour@s - mas devemos ficar muito atent@s com o discurso inocente de que tudo é apenas uma brincadeira.

Muitas calourxs são obrigadas/constrangidas a terem relações sexuais com seus veteranos, ou são expostas publicamente, como já aconteceu aqui e em outras universidades brasileiras, em que foram obrigadas a jantar uma linguça com leite condensado, simulando sexo oral. São inúmeras também as músicas "de torcida" em que as mulheres são colocadas em posição de submissão, como meros objetos que existem apenas para o deleite dos homens.

Muitos veteranos - e, infelizmente, veteranas - obrigam as calourxs a beberem além da conta, deixando-as vulneráveis a qualquer tipo de violência, inclusive a sexual. Depois disso, há a culpabilização da mulher pela violência que ela sofreu, pois há a velha cultura de que "cu de bêbado não tem dono", quando na verdade estamos falando de estupro de vulnerável, reconhecido pela lei como crime hediondo.

Há, ainda, "brincadeiras" de leião de calourxs, ou strip-tease. Podemos citar, inclusive, o "Miss Bixete", que ocorre no campus de São Carlos, em que se contrata uma prostituta para tirar a roupa e incluir as outras meninas a fazerem o mesmo, dentre inúmeros outros trotes machistas e sexistas.

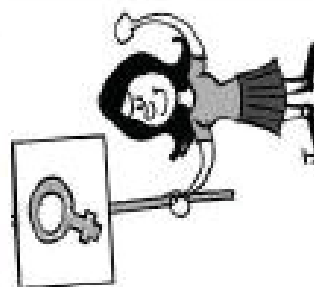
Existe uma grande pressão para que as calourxs participem dessas atividades, com a justificativa de que, se não o fizerem, serão "charentas" e não irão se enturmar com o restante da seus colegas, calourxs ou veteranos. Isso nada mais é que coerção, para que as meninas se submetam a todo e qualquer tipo de exigência de seus veteranos.

Presenciamos também trotes que reproduzem e aprofundam outros tipos de opressão como o racismo, a homo e transfobia, que se utilizam do discurso do "humor" e da "brincadeira", como se isso fosse isento de um conteúdo político. Há pouco tempo vimos diversas notícias nas redes e mídias sobre o trote racista e fascista na UFMG. Isso não é brincadeira! Eventos como esse ajudam a legitimar as diversas formas de violência física e simbólica que as mulheres, @s gays, @s negr@s sofrem diariamente dentro e fora da universidade.

**TELEFONES ÚTEIS:**  
Secretaria da mulher:  
3323-7884  
3323-7883

Delegacia da mulher:  
3219-8600

Se você sofrer qualquer tipo de coerção, violência, inferiorização, intimidação, por parte dos seus veteranos, não participe do trote e denuncie! A Frente Feminista da UFRJ está à disposição para prestar todo tipo de apoio e auxílio caso situações como essas se repitam!



## ANEXO C – BATERIA DA UNIVERSIDADE UNICURITIBA

10/02/2017

aaao••|osborrachos | BATERIA



Login / Registre-se

LOS BORRACHOS   QUEM SOMOS?   ASSOCIADOS   POUPANÇA   ESPORTES   **BATERIA**   EVENTOS   SOCIAL   LOJA

## BATERIA



**Nossa bateria é o coração da torcida. Foi fundada em 1998 por acadêmicos de Direito da FDC, com o intuito de integrar os alunos e apoiar os atletas nas competições universitárias. Com mais de 15 anos de tradição, tornou-se a melhor e mais respeitada bateria universitária do Estado.**

**Fomos a campeã do primeiro Duelo de Baterias Universitárias dos Jogos Jurídicos, se consagrando a melhor Bateria de Direito do Paraná.**

**Atualmente contamos com 25 membros que ensaiam pelo menos uma vez por semana em busca de perfeição e superação, honrando o lema da nossa torcida: Fanatismo e Tradição,**

**Mais do que simples membros de uma Bateria Universitária, somos uma grande família que compartilha o mesmo amor e orgulho, somos todos a Los Borrachos, Amigos que levam o nome de Bonde da Doidera, Provando que os 5 (talvez mais) anos de faculdade serão os melhores da nossa vida,**

**Temos os mesmos moldes de uma Bateria de escola de samba do Rio de Janeiro, com surdos, caixas, repiques, chocalhos, agogôs e tamborins, tocando vários ritmos, de samba até funk e olodum.**

**A Bateria Los Borrachos está sempre aberta e em busca de novos membros. Não precisa ter nenhum dom ou saber tocar algum instrumento, basta querer e se esforçar que sempre haverá um borracho disposto a ensinar. Foi assim que a grande maioria dos membros entrou, sem saber absolutamente nada e hoje dão um verdadeiro show nas arquibancadas e apresentações.**



**LETRAS DE MÚSICAS**  
**BATERIA LOS BORRACHOS**

**GIRA FRANGUINHO**

PRA COMEÇAR EU NÃO TOMO LEITE NINHO  
EU VOU MANDAR UM GIRA FRANGUINHO  
GIRA FRANGUINHO GIRA GIRA FRANGUINHO  
GIRA FRANGUINHO GIRA GIRA FRANGUINHO

**LÁ NO BAIRRO PRADO VELHO**

LÁ NO BAIRRO PRADO VELHO  
TEM UM BANDO DE BICHA  
QUE SE DIZ MALOQUEIRA  
EU CHEGO NOS ESTADUAIS  
SÓ VEJO PIRANHA, VAGABUNDA E ROLEIRA  
NO ALÇAPÃO SÓ TEM BICHARADA  
E A BATERIA É MICROFONADA  
É MORANGUINHO!!!!!!

**TUIUTI**

EU FUI FAZER VESTIBULAR  
EU NÃO PASSEI EU ME FUDI  
NÃO VOU ESTUDAR NA CURITIBA  
VOU ESTUDAR NA TUIUTI  
TUIUTI TUIUTI  
CHUPA O MEU AQUI  
SE EXISTE O FIM DO MUNDO  
O FIM DO MUNDO É AI  
PÓRÓPÓPÓPÓ PÓRÓPÓPÓPÓ

## CORRE FEDERAL

CORRE FEDERAL NA MAIOR VELOCIDADE  
 É LINDA A CURITIBA CONTAGIANDO E SACUDINDO ESSA  
 CIDADE  
 LÁ VOU EU LÁ VOU EU GANHAR OS JOGOS MAIS UMA VEZ  
 SOU CURITIBA MELHOR TORCIDA TEM PRA NINGUEM  
 A FEDERAL SEMPRE CHORA O ALÇAPÃO VAI EMBORA  
 É SEMPRE IGUAL  
 BORRACHOS É MINHA TORCIDA PENTA REGIONAL

## EU SÓ QUERO É SER FELIZ

EU SÓ QUERO É SER FELIZ PASSAR NA CURITIBA A MELHOR  
 DO MEU  
 PAÍS  
 E PODER ME ORGULHAR DIZER SOU LOS BORRACHOS E  
 TAMBEM  
 CONCEITO 'A'  
 ESCUTE FEDERAL O QUE EU TENHO A DIZER  
 EU SOU DA CURITIBA E VOCÊ VAI SE FUDER  
 ESSA TAL DE LABAREDA ISSO NÃO TEM NADA A VER  
 VOCÊ É UM VIADINHO E TÁ QUERENDO APARECER  
 ESSA MINHA RIMA EU DEDICO AO ALÇAPÃO  
 A TORCIDA QUE TEM AULA DE PRIMEIRA COMUNHÃO  
 EU NÃO PARO POR AQUI E VOU FODER A TUIUTI  
 POIS VOCÊS JÁ TÃO LIGADO O FIM DO MUNDO É AI  
 MAS EU SÓ QUERO É SER FELIZ PASSAR NA CURITIBA A  
 MELHOR DO  
 MEU PAÍS  
 E PODER ME ORGULHAR DIZER SOU LOS BORRACHOS E  
 TAMBEM  
 CONCEITO 'A'

## BRAVOS BORRACHOS

BAAAAAAAAMOS BRAVOS BORRACHOS  
 QUE ESTA NOCHE TENEMOS DE GANHAARRR  
 E QUEM NÃO PULA ÉS MARICON  
 FDC ÉS CAMPEON FILHO DA PUTA

## O ALÇAPÃO PASSA MAL

O ALÇAPÃO TU PASSA MAL PORQUE O TERROR É  
 BORRACHO, BORRACHO OOOOOO  
 É O BONDE DA DOIDERA SÓ DA LOUCO E PEGADOR  
 BORRACHO, BORRACHO OOOOOO  
 EU VOU MANDAR UMA RESPOSTA PRA TORCIDA DOS CUZÃO  
 CANSOU DE LEVAR PORRADA E VEM FALAR DO MARANHAO  
 QUEM NÃO TA DE BRINCADEIRA AQUI SOU EU SEU ANIMAL  
 CHUPA XOTA E PERERECA E VOCÊ CHUPA MEU PAU  
 SOU BORRACHO CHUPADOR E COM ORGULHO EU VOU DIZER  
 JÁ CHUPEI A TUA MINA E A TUA MÃE VOCÊ VAI VER  
 BORRACHO, BORRACHO OOOOOO

## BORRACHOS OOO

OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO BORRACHOS OOOOOOOOOOOOOO  
 CURITIBA, CURITIBA É MINHA VIDA CURITIBA É MINHA HISTÓRIA  
 CURITIBA É MEU AMOOORRRR OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO  
 BORRACHOS OOOOOOOOOOOOOO

## BORRACHO É BOM DE BOLA

EL BORRACHO É BOM DE BOLA SÓ QUE É MUITO DOIDÃO  
 SE TIVESSE UM POUCO SÓBRIO DAVA UM BAILE NOS CUZÃO  
 NÃO TAMO AQUI DE BRINCADEIRA TAMO AQUI É PARA DAR  
 SHOW  
 DE TORCIDA ORGANIZADA NOS JOGOS JURÍDICOS  
 GRITA ALTO CURITIBA, LOS BORRACHOS É O TERROR  
 ESSA TORCIDA É SINISTRA E NÃO PARA UM SEGUNDO  
 BATE FORTE BATERIA QUE ESSE BONDE É  
 MATADOOOOOOOOOOOO  
 OOOOOOOO BORRACHOS OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO  
 BORRACHOS OOOOOOOOOOOO BORRACHOS OOO !

**UH TEM MORAL !**

UH TEM MORAL A MAIOR DA CAPITAL !  
 UH TEM MORAL A MAIOR DA CAPITAL !  
 ALÇAPÃO É O CARALHO, VOCÊS SÃO SEM MORAL, O TAL  
 GINÁSIO  
 TREME COM A MAIOR DA CAPITAL !!  
 LOS BORRACHOS CANTA A GALERA SE LEVANTA  
 UH TEM MORAL A MAIOR DA CAPITAL !! HAHHAHA (3X)

**BORRACHO DE CORAÇÃO**

SEMPREEEE ESTAREMOS CONTIGO, QUE SE FODA O ALÇAPÃO,  
 NÃO  
 IMPORTA O QUE DIGAM SEMPRE LEVAREI COMIGOOOOO  
 MINHA CAMISA LARANJA, A CACHAÇA NA MÃO!!  
 O GINASIO ME ESPERA, PARA COMEÇAR A FESTA !!!  
 XALAIALAIA XALAIALAIA XALAIALAIA  
 BORRACHO DE CORAÇÃOÁÁÁÁÁO !!!  
 XALAIALAIA XALAIALAIA XALAIALAIA  
 BORRACHO DE CORAÇÃOÁÁÁÁÁO !!!

**MARCHINHAS DE CARNAVAL**

O PUC VOCE TEM MEDO DE SER COMPRADA PELO EDIR  
 MACEDO  
 (VÁRIAS VEZES)  
 O FEDERAL NÃO LIGA NÃO TODO JUIZ PRECISA DE UM  
 ESCRIVÃO  
 (VÁRIAS VEZES)  
 O FEDERAL COMO É QUE PODE SUAS MENINAS TEM BIGODE  
 (VÁRIAS  
 VEZES)  
 UNIBRASIL PEQUINININHA TUA TORCIDA CABE DENTRO DE UM  
 FUSQUINHA (VÁRIAS VEZES)  
 O PUC EU NÃO ME ENGANO O SEU DINHEIRO VAI PRO  
 VATICANO  
 (VÁRIAS VEZES)

## ANEXO D – BATERIA FACULDADE MARINGÁ

### BATERIA URUBU DA ATLÉTICA ACADÊMICA DE DIREITO



#### Atletica Urubu

[Inicial](#) | [Bateria](#) | Musicas urubu

---

### Musicas urubu

#### **ESTAGIÁRIO DO MEU PAI**

Ando de carro novo você anda de ônibus  
Você mora em república eu moro em mansão  
Estuda , Lava louça, passa a roupa e tudo mais  
Para quando se formar ser estagiário do meu pai  
Creditos: Warrison Gimenez

#### **FESTA PROS CALOUROS**

A sua é estadual a minha é particular  
Todo final de mês mensalidade eu vou pagar  
Que culpa tenho eu se nasci em berço de ouro  
Vocês pedem esmola para dar festa pros calouros  
Creditos: Warrison Gimenez

#### **GAROTA PUQUINA**

Garota puquiãna vo te pega de quatro  
Bota seu cu na reta urubu mete o cajado  
Você faz cara feia, finji que nao aguenta  
Começa o movimento senta senta senta  
Creditos: Warrison Gimenez

#### **QUEM BEBE ,FUMA E CHEIRA**

11/08/2016

Musicas urubu :: Atletica Urubu

Quer me chupar??  
Quer dar a bunda??  
Lá na Puc só tem Puta e Vagabunda  
E que se foda!!  
Quem não gostou  
Urubu  
A putaria começou  
Quem bebe, fuma e cheira??  
E mete a noite inteira??  
Direito Maringá  
Lelelelelelele  
Bota pra fuder!!  
urubu oooo  
Urubuu ooo  
urubu oooooooooo

### **SEXO SELVAGEM**

Sexo selvagem quero sadomaso  
Puquiana não sente dor  
Cigarro no mamilo ela morde o cobertor  
Puquiana não sente dor

Pipipinto gigante  
Saco anormal  
Urubu mata a cobra e mostra o pau  
urubu puta que pariu  
É a melhor do Brasil  
Xaveco e sex appeal

## ANEXO E – TRECHOS DE MATÉRIA DO JORNAL SPRESSOSP – 2014

Home » Sem categoria » Músicas de torcidas universitárias: As aberrações machistas de estudantes

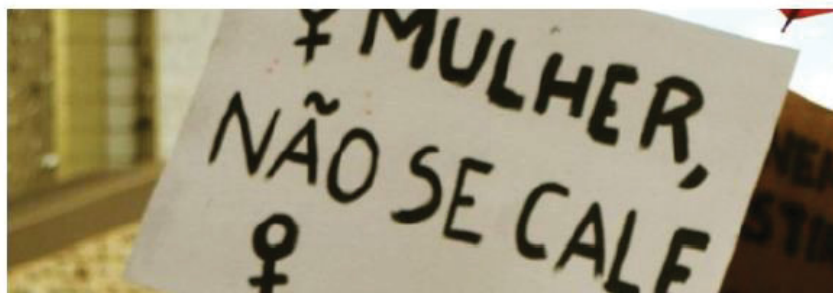
### MÚSICAS DE TORCIDAS UNIVERSITÁRIAS: AS ABERRAÇÕES MACHISTAS DE ESTUDANTES

🕒 18/11/2014 🗨️ 0

Curtir { 1,8 mil

Tweetar

📌 Compartilhar { 2



“Puquiãna não sente dor; Cigarro no mamilo, ela morde o cobertor; Puquiãna não sente dor; Pinto gigante, saco anormal”. Canções como esta, unem alunos de PUC, Cásper Líbero, Unesp e USP. Apenas quatro exemplos que mostram um comportamento padrão nas principais universidades paulistas: o sexismo

Por Igor Carvalho, colaborou Guilherme Franco

Estudantes universitários enchendo de ar os pulmões e gritando com afincos cânticos com letras machistas, homofóbicas e racistas. A cena é bem comum em algumas das maiores universidades paulistas, que continuam assistindo passivamente a opressão de mulheres.

Jarid Arraes, feminista e colunista da Revista Fórum, concorda que há uma objetificação da mulher, citada por Simone. “As letras são misóginas e reduzem as mulheres à condição de objetos sexualmente exploráveis, até mesmo com violência. Retrata a sexualidade feminina como essencialmente passiva, indefesa, como se as mulheres existissem para que os homens as violem e tratem de forma desumana.”

No momento em que a USP é investigada por conta de uma série de estupros ocorridos dentro da universidade, músicas como as expostas nesta matéria fazem pensar se este comportamento machista não estimula a violência sexual contra as mulheres.

“É óbvio que esse tipo de discurso estimula a violência sexual. Se esse discurso fosse inofensivo, ninguém estaria interessado em mudá-lo. Se a gente naturaliza a violência contra mulher em uma música, fica difícil fazer qualquer tipo de conscientização”, afirma Isadora Otoni, da Cásper Líbero, que é acompanhada por Jarid Arraes.

“Penso que sim [estimula a violência contra a mulher], pois demarca relações de poder entre homens e mulheres, e nessas relações os homens dominam e subjagam”, analisa Jarid Arraes. “Funciona como uma naturalização da violência e uma distorção na sexualidade ao ponto de que é considerado desejável ver uma mulher sofrer com o corpo estuproado, sentindo dor e sendo dominada. É reflexo da cultura e alimento da cultura machista ao mesmo tempo”, finaliza a feminista e colunista da Fórum.

**Confira o machismo das músicas na íntegra:**

**Unesp (Atlética Unesp Bauru)**

11/08/2016

Músicas de torcidas universitárias: As aberrações machistas de estudantes - SPRESSO SP

Nós não toma no cú  
 Nós toma na cuneca  
 Vem pra cá suas vagabundas  
 Eu vou comer sua perereca  
 Eu ponho na buceta  
 Eu ponho no seu cú  
 Vou mostrar a minha força  
 Vou mostrar quem é Bauru  
 Uh Uh UNESP Bauru  
 Uh Uh UNESP Bauru  
 Uh Uh UNESP Bauru

#### **Puc (Bateria 22 – Direito)**

Sexo selvagem, quero sadomasô  
 Puquiana não sente dor  
 Cigarro no mamilo, ela morde o cobertor  
 Puquiana não sente dor  
 Pinto gigante, saco anormal  
 Direto PUC, mata a cobra e mostra o pau

#### **FEA-USP (Torcida Organizada da FEA-USP (TOFU))**

As minas lá de perdizes  
 São umas puta baronesa  
 Dão o cú e a buceta  
 Só se for de luz acesa  
 Nós aqui da FEA-USP  
 Somos foda pra chuchu  
 Enrabamo a mulherada  
 E ainda pomo no seu cú  
 No cú, no cú da sua mãe

Olê FEA  
 Olê FEA  
 (x2)

#### **Cáspcr Líbero (Bateria Cáspcr Líbero)**

Comprei um quilo de farinha pra fazer farofa, pra fazer farofa-fá  
 E tubarão pra mim é sardinha, Metô é lá na roça, Metô é lá na roça-çá  
 E na Faap só galinha, ECA nem de graça, ECA nem de graça-çá  
 E a BA é pequenininha, a PUC é uma bosta, a PUC é uma bosta-tá